

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAQUEL RIBEIRO DE SOUZA SILVA

A PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO E RECURSO AO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO: UM ESTUDO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE
ANTONINA – PARANÁ, BRASIL

CURITIBA
2017

RAQUEL RIBEIRO DE SOUZA SILVA

**A PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO E RECURSO AO DESENVOLVIMENTO
DO TURISMO: UM ESTUDO NO CONJUNTO HISTÓRICO E
PAISAGÍSTICO DE ANTONINA, PARANÁ, BRASIL**

Tese apresentada como requisito
para a obtenção do grau de
Doutora em Geografia, Programa
de Pós-graduação em Geografia,
Setor Ciências da Terra,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Marcos
Aurélio Tarlombani da Silveira

CURITIBA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor LERCIAS DA TERRA
Programa de Pós Graduação em GEOGRAFIA
Código CAPES: 40061/216035P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **RAQUEL RIBEIRO DE SOUZA SILVA**, intitulada: **"A PAISAGEM COMO PATRIMÔNIO E RECURSO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO: UM ESTUDO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA, PARANÁ, BRASIL"**, após terem ouvido a autora e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação

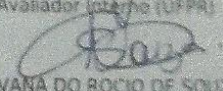
Curitiba, 06 de Março de 2017.


MARCOS AURÉLIO MARINHO DE OLIVEIRA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


LUCIANE SCHEUER
Avaliador Externo (UNESPAR)


MARCELO CHEMIN
Avaliador Externo (UFPR)


MIGUEL BAHL
Avaliador Interno (UFPR)


SILVANA DO RÓCIO DE SOUZA
Avaliador Externo (UFPR)

OBS: este documento é válido por 60 (sessenta) dias a contar da data.

Ao único Deus onipotente, onisciente, onipresente, merecedor de toda honra, glória,
e louvor hoje, sempre e eternamente.
À minha família pelo apoio concedido em todos os meus projetos de vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira, orientador dessa pesquisa, pelo tempo dispensado em direcioná-la, pelos ensinamentos e pela oportunidade concedida de vivenciar a experiência do doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

À Prof. (a) Dr. (a) Silvana do Roccio Silva e ao Prof. Dr. Marcelo Chemin pelas significativas contribuições concedidas na banca de qualificação.

À Prof. (a) Dr. (a) Neide Barrocá Faccio do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente pela oportunidade concedida em ser aluna especial da disciplina Paisagem Cultural e Patrimônio, por meio da qual foi possível conhecer novas perspectivas sobre esses temas. Além disso, agradeço sua generosidade e tempo dispensado compartilhando seus conhecimentos e lendo os meus manuscritos.

Ao Professor Msc. Juliano Ricciardi Floriano Silva pela gentileza da elaboração do mapa de localização da área de estudo dessa pesquisa.

A Brian Asher pela contribuição com o abstract.

A Celia Regina Carrano de Oliveira, bibliotecária do IPHAN em Curitiba, e Adléia Padilha Netto, responsável pelo Arquivo Público de Antonina, pela colaboração com as etapas da pesquisa bibliográfica e documental.

Aos que aceitaram participar dessa pesquisa compartilhando comigo suas experiências e enriquecendo assim meu trabalho de campo.

Ao Instituto Federal de São Paulo pela oportunidade de afastamento de minhas atividades de docente para finalização dessa pesquisa.

Aos professores e funcionários da Universidade Federal do Paraná com os quais eu tive contato desde o mestrado até a finalização desse doutorado por proporcionarem um ambiente propício ao crescimento e amadurecimento tanto pessoal e acadêmico como também profissional.

Aos amigos que acreditaram e vivenciaram comigo essa trajetória e não me permitiram desistir.

Os seres humanos servem para ser mais humanos do que jamais fomos. Mais humanos na forma como trabalhamos. Mais humanos naquilo que aprendemos. E mais humanos no modo como dividimos esse saber uns com os outros. (ANDERSON, 2015, p. 211).

RESUMO

A paisagem enquanto um conceito que compõe as bases da Geografia transita em outras esferas do conhecimento tais como nos estudos dedicados a análise do fenômeno social denominado de turismo e mais recentemente nas questões relacionadas com a proteção do patrimônio, dado o fato de que hoje ela ascendeu a esse status. Apropriando-se dessa pluralidade conceitual selecionou-se como área de estudo o Conjunto Histórico e Paisagístico (C.H.P.) de Antonina, município localizado no litoral do Estado do Paraná. A justificativa para essa escolha esteve pautada na sua condição de patrimônio nacional, título concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 2012 e na ausência de estudos atuais que abordem a experiência vivenciada pelos moradores com relação a esse ato institucional. Frente a isso discutiu-se o seguinte problema: o ato de tombamento aplicado como instrumento de proteção ao patrimônio no C.H.P. de Antonina garante a preservação dessa área? A partir dessa indagação o objetivo geral proposto foi discutir as possibilidades do uso da paisagem local, considerada nessa pesquisa como um patrimônio e recurso ao desenvolvimento do turismo. Para responder ao problema dado e alcançar o objetivo proposto a orientação metodológica esteve baseada em alguns princípios da fenomenologia, especialmente o da experiência, por meio do uso da pesquisa qualitativa de base fenomenológica como procedimento de investigação, cujos instrumentos adotados foram a observação assistemática, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários que permitiram identificar o tombamento como insuficiente para garantir a proteção do patrimônio local. Além disso, possibilitou conhecer as experiências vivenciadas na paisagem tanto por moradores como pelos turistas e compreender que a relação deles com a paisagem difere entre si, pois para o primeiro grupo de sujeitos ela está pautada na afetividade e na historicidade, enquanto que para o segundo grupo, no uso motivado pela busca de atividades de lazer, na contemplação e na curiosidade. De forma geral, os resultados obtidos contribuíram para validar a Tese defendida nessa pesquisa de que a paisagem do C.H.P. de Antonina é um patrimônio e um recurso que pode ser utilizado para o desenvolvimento do turismo, guardadas as devidas ressalvas e limitações inerentes a essa atividade. Nas conclusões, com o intuito de aprimorar a experiência turística local sugeriu-se a criação de um Observatório de Turismo Municipal e Circuitos Interpretativos. Como contribuições espera-se que a partir dessa pesquisa outros pesquisadores sejam instigados a investigar sobre o conceito geográfico de paisagem a partir de uma perspectiva fenomenológica, sobre as possibilidades do uso da paisagem como recurso ao turismo em cidades tombadas como patrimônio e quando houver um interesse local em trabalhar as questões aqui discutidas possa também auxiliar a elaboração de um planejamento turístico e interpretativo para o C.H.P. de Antonina.

Palavras-chave: Antonina. Patrimônio. Paisagem. Turismo.

ABSTRACT

The landscape as a concept that makes up the Geography's foundation, also transits in other spheres of knowledge such as the studies devoted to the analysis of social phenomena called tourism and more recently on issues relating to protection of heritage, given the fact that today it reached this status. Appropriating of this conceptual plurality it was selected to this study the historic and landscape area in Antonina, a city located at the coast of Paraná State. The justification for this choice was based in the fact that this area awarded the title of national heritage by the National Institute of Historic and Artistic Heritage (IPHAN) in 2012 and was related with an absence of current studies that address the experience lived by the residents in relation to this institutional act. Because of that it was discussed the following problem: is this title applied as an instrument of protection to heritage in Antonina sufficient to achieve the goals this area preservation? From this inquiry, the proposed general objective was to discuss the possibilities of using the landscape as a resource to development of tourism. To respond to this given problem and achieve the goal proposed, the methodological guidance was based on some principles of phenomenology, especially the experience using phenomenological qualitative research basis as the investigation procedure. For this, it was used instruments such as participant observation, interviews and questionnaires that helped to identify the given title of national heritage as insufficient to ensure the preservation of local heritage and equally fruitless in the question of bringing a tangible benefit to the population. Furthermore, it was also possible to understand that the experiences and that their relationship in the landscape both by locals and by tourists differs from each other. This is because for the first group of subjects the affectivity and historicity guided their responses, while for the second group, the pursuit of leisure activities, as contemplation and curiosity were the mainly motivation. Overall, the results contributed to validate the thesis defended in this research that the landscape of this titled area as national heritage in Antonina is a resource that can be used for the development of tourism, except for reservations and limitations inherent in this activity. In the conclusions, to enhance the local touristic experience, it was suggested to create a Municipal Tourism Observatory and interpretive tours. The expected contribution is that from this research other researchers could be encouraged to investigate about the geographical concept of landscape from a phenomenological perspective, also about the use of landscape as a resource for tourism in cities classified as national heritage and if it comes to be a local interest in working on the matters discussed it may also aid the development of a touristic and interpretative planning for those heritages in Antonina.

Keywords: Antonina. Heritage. Landscape. Tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO ANTONINA – PR	26
FIGURA 2 – PAISAGEM BAÍA DE ANTONINA COM A IGREJA MATRIZ DE NOSSA SENHORA DO PILAR.....	91
FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO C.H.P. DE ANTONINA.....	91
FIGURA 4 – NAVIOS – PORTO DE ANTONINA.....	93
FIGURA 5 – CONJUNTO DAS INDÚSTRIAS REUNIDAS FRANCISCO MATARAZZO.....	94
FIGURA 6 – RUÍNAS DO ANTIGO ARMAZÉM ANTÔNIO RIBEIRO DE MACEDO.....	95
FIGURA 7 – FONTE CARIOCA (1867)	98
FIGURA 8 – IGREJA DO BOM JESUS DO SAIVÁ.....	99
FIGURA 9 – FACHADA DO IMÓVEL QUE ABRIGA O ARQUIVO PÚBLICO DE ANTONINA.....	100
FIGURA 10 – VISTA PANORÂMICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR.....	100
FIGURA 11 – IGREJA NOSSA SENHORA DO PILAR.....	101
FIGURA 12 - FARMÁCIA INTERNACIONAL DE ANTONINA.....	102
FIGURA 13 – ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ANTONINA.....	103
FIGURA 14 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ANTONINA.....	104
FIGURA 15 – LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS NOMEADOS PARA O TOMBAMENTO.....	108
FIGURA 16 – CASA DA VÓ GENE.....	109
FIGURA 17 – FACHADA DO IMÓVEL DA PREFEITURA DE ANTONINA (1925).....	110
FIGURA 18 – TRAPICHE DE ANTONINA.....	111
FIGURA 19 – TEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA.....	111
FIGURA 20 – TEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA (2016).....	112

FIGURA 21 – COLÉGIO ESTADUAL PROF. BRASÍLIO MACHADO.....	113
FIGURA 22 – IGREJA DE SÃO BENEDITO.....	115
FIGURA 23 – VISTA DA MATRIZ NA PROCISSÃO DE 1901.....	123
FIGURA 24 – VISTA DO MAR NA BAÍA DE ANTONINA.....	145
FIGURA 25 – IMÓVEIS EM RUÍNAS E ABANDONADOS NO C.H.P. DE ANTONINA.....	168
FIGURA 26 – RUA DE PEDRA LOCALIZADA NO C.H.P. DE ANTONINA.....	169
FIGURA 27 – SERRA DO MAR NO ENTORNO DO C.H.P. DE ANTONINA.....	173
FIGURA 28 – AMBIENTES DE ATIVIDADES CULTURAIS NA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PILAR.....	182
FIGURA 29 – AMBIENTES DE DIVERSÃO E COMÉRCIO NA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PILAR.....	182

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	51
QUADRO 2 – DOCUMENTOS PATRIMONIAIS DE 1931 A 1999.....	53
QUADRO 3 – ETAPAS PARA O PLANEJAMENTO DE ATRATIVOS HISTÓRICO CULTURAIS.....	83
QUADRO 4 – PATRIMÔNIO MATERIAL TOMBADO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA.....	97
QUADRO 5 – PERFIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS.....	135
QUADRO 6 – SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA.....	137
QUADRO 7 – SÍNTESE DOS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA PAISAGEM.....	139
QUADRO 8 – SÍNTESE DAS POSSIBILIDADES E DAS FRAGILIDADES PARA O USO DA PAISAGEM COMO RECURSO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO.....	144
QUADRO 9 – SÍNTESE DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM COM MAIOR ATRATIVIDADE TURÍSTICA.....	146
QUADRO 10 – SÍNTESE DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM MENCIONADOS COMO PATRIMÔNIO DE ANTONINA.....	153
QUADRO 11 – SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA COM O TOMBAMENTO.....	160
QUADRO 12 – SÍNTESE EXPECTATIVAS SOBRE O USO DA PAISAGEM COMO RECURSO PARA O TURISMO.....	164

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO	19
1.1 A FENOMENOLOGIA COMO METODOLOGIA NA PESQUISA QUALITATIVA COM ÊNFASE NA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA PAISAGEM.....	19
1.2 CARACTERIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS APLICADOS NA PESQUISA	26
2 O CONCEITO DE PAISAGEM E A FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA.....	30
2.1 A CONCEPÇÃO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA	30
2.2 PAISAGEM E FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA.....	38
2.3 PAISAGEM E FENOMENOLOGIA NA VISÃO DE AUGUSTIN BERQUE.....	44
3 INTERFACES: PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO.....	49
3.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	49
3.2 A TRAJETÓRIA DA PAISAGEM – DO ENTORNO AO PATRIMÔNIO	62
3.3 A PAISAGEM-PATRIMÔNIO COMO RECURSO PARA O TURISMO	74
4 O CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA: UM PATRIMÔNIO NACIONAL	89
4.1 FORMAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUÍDA.....	89
4.2 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS ELEMENTOS MATERIAIS DA PAISAGEM.....	97
4.3 A PAISAGEM SIMBÓLICA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PILAR ..	120
4.4 PAISAGEM, PATRIMÔNIO E TURISMO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA.....	123
5 AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA.....	130
5.1 FASE EXPERIMENTAL DA PESQUISA.....	130
5.1.1 Resultados do questionário piloto	130
5.1.2 Resultados da pré-entrevista	133
5.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA FASE CONSOLIDADA DA PESQUISA	134
5.2.1 A experiência dos moradores.....	136

5.2.2 A experiência dos moradores em fase escolar	165
5.2.3 A experiência dos visitantes	167
5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	170
5.3.1 Discussão dos resultados obtidos junto aos moradores	170
5.3.2 Discussão dos resultados obtidos junto aos moradores em fase escolar	178
5.3.3 Discussão dos resultados obtidos junto aos visitantes.....	178
5.4 SÍNTESE INTEGRADORA DA PESQUISA.....	184
CONCLUSÃO	186
REFERÊNCIA.....	190
APÊNDICE.....	203
QUESTIONÁRIO (PRÉ-TESTE) MORADORES EM FASE ESCOLAR	204
ROTEIRO ENTREVISTA MORADORES.....	205
QUESTIONÁRIO - MORADORES EM FASE ESCOLAR.....	206
QUESTIONÁRIO - VISITANTES	207

INTRODUÇÃO

O conceito de paisagem desenvolvido no âmbito da Geografia Humana e Cultural foi apropriado nas últimas décadas pelas instituições de proteção ao patrimônio, notadamente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as quais estão de acordo sobre as paisagens serem formadas pela integração do homem com os elementos que o cercam, sejam eles de caráter natural, material ou imaterial.

Essa nova abordagem, ao priorizar a experiência humana com e na paisagem, retoma o que foi preconizado pela fenomenologia, sobre a importância do vivido como fonte de conhecimento. Na Geografia essa consideração foi adotada por alguns geógrafos das correntes humanista e cultural inicialmente sob a influência dos escritos de Dardel (2011 [1952]) e Relph (1976, 1989).

Nessa pesquisa discute-se na teoria o conceito de paisagem relacionando-o com a fenomenologia, com a questão do patrimônio e do turismo, e apresenta-se na prática a experiência e o relacionamento dos sujeitos com essas temáticas, partindo do princípio de que elas são relevantes devido à contemporaneidade e à extensão que possuem para além da teoria do âmbito acadêmico e institucional, fazendo-se presente também no cotidiano dos indivíduos.

No entanto, esclarece-se que não houve a pretensão de compilar os escritos de todos os autores que discutiram o conceito de paisagem atrelado direta ou indiretamente à fenomenologia no escopo da Geografia, mas selecionou-se aqueles que expressaram um entendimento de que o homem é parte integrante e constituinte da paisagem, e por isso com ela se relaciona, dentre eles especialmente Berque (1984, 1995).

Igualmente, apresentou-se, com base principalmente nas Cartas Patrimoniais compiladas por Cury (2000), a consideração da paisagem como um patrimônio, sem exaurir a discussão, mas demonstrando como ela adquiriu essa denominação ao longo das discussões nacionais e internacionais que tinham como pauta a questão patrimonial.

A concepção de turismo adotada foi dentre outros autores, aquela apresentada por Santana (2009), autor que compreende a atividade turística como um “encontro”

entre o visitante e a população visitada. Essa perspectiva retira do turismo o rótulo de algo impactante no sentido negativo ou positivo da expressão, considerando como necessário e desejável um planejamento no sentido de propiciar uma experiência que atenda as expectativas dos diversos atores envolvidos nesse processo. O entendimento sobre a importância do uso da fenomenologia nos estudos que envolvem o turismo esteve embasado nos escritos de Panosso Netto (2005), autor que também prioriza a experiência dos sujeitos envolvidos nesse complexo fenômeno social.

Desse modo, com uma ênfase na experiência humana com as paisagens considerou-se para a formulação do problema e dos objetivos dessa pesquisa o que foi exposto por Claval (2004) e Almeida (2013) sobre a paisagem contemplar além dos atributos físicos, também símbolos e significados que demandam uma interpretação.

Por isso, ressalta-se que nessa pesquisa a paisagem não foi apresentada e caracterizada de forma objetiva e quantitativa, mas foi abordada como um patrimônio priorizando o conjunto de elementos que a constitui para subsidiar uma análise qualitativa das experiências dos sujeitos que a vivenciam. Assim, tomou-se como válido que

[...] a paisagem é ao mesmo tempo, ancorada no solo, modelada pelas transformações naturais e pelo trabalho do homem e, acima de tudo, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente no tempo e no espaço pela percepção humana. (LUCHIARI, 2001, p. 19).

Nesse sentido, considerou-se o apontado por Meneses (1992) sobre os diferentes valores que podem ser atribuídos a um patrimônio, nesse caso, a paisagem. Para o autor existe o valor de natureza cognitiva que oferece oportunidade de conhecimento, o valor formal que está mais relacionado com a função estética e visual, o valor afetivo que apresenta características relacionais e o valor pragmático que apresenta funções de uso.

A partir desse referencial teórico selecionou-se como área de estudo o Conjunto Histórico e Paisagístico (C.H.P.) de Antonina, localizado no litoral do Estado do Paraná.

O C.H.P. de Antonina foi tombado no ano de 2012 pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e recebeu o título de patrimônio nacional a partir

da publicação em Diário Oficial, Brasil (2013), homologada pela Portaria nº 28 de 14 de março de 2013.

Esse ato de tombamento foi discutido por Santos (2014) com base em sua experiência no cotidiano da gestão do C.H.P. de Antonina. A autora sugeriu em seu trabalho um programa de normatização que estabelecesse de forma clara as normas e as diretrizes para intervenções nessa área protegida.

Andrúkiu; Gomes; Andrúkiu (2015, p. 178) também investigaram “[...] a relação entre os agentes envolvidos com o tombamento e as implicações desse ato administrativo” em Antonina, e por meio da realização de entrevistas no ano de 2012, como indicado pelos autores, chegaram à conclusão de que não houve uma ampla aceitação sobre essa medida de proteção ao patrimônio entre a população local, sendo que apenas os empresários do setor turístico mostraram-se otimistas com relação a isso por visualizarem um aumento do fluxo de visitantes no município.

Observou-se, portanto, que passados quatro anos desde a instituição desse instrumento de proteção para os elementos constituintes do C.H.P. de Antonina, não houve publicações de trabalhos acadêmicos que apresentassem e discutissem aspectos atuais da experiência vivida dos moradores com relação ao tombamento.

Considerando que esse é o principal instrumento utilizado no município e a diversidade de patrimônios no qual ele é aplicado a justificativa para a realização dessa pesquisa foi contribuir no sentido de investigar como se deu a recepção do ato de tombamento presente no cotidiano dos moradores da área em estudo.

Isso com base em Barretto (2000), Jeudy (1990), Fonseca (2009), Figueiredo (2014) e Santos (2014), os quais discutiram o processo de tombamento enquanto instrumento de preservação do patrimônio e afirmaram que esse ato quando não adequado aos anseios das comunidades nas quais é instaurado, torna-se sem efeito por não conseguir atingir os objetivos aos quais se propõe, contribuindo paradoxalmente para o abandono, o esquecimento e, conseqüentemente, a destruição dos bens representativos de momentos da história que se buscou preservar.

Diante disso, foi formulado o seguinte problema: o ato de tombamento aplicado como instrumento de proteção ao patrimônio no C.H.P. de Antonina garante a preservação dessa área?

A partir desse questionamento e, buscando ampliar a discussão sobre a abrangência do conceito de patrimônio, bem como as tendências, em âmbito

internacional e nacional, com relação as formas de proteção e gestão que vem sendo paulatinamente adotada pelas localidades, apresentou-se ao longo do texto uma discussão sobre os seguintes postulados:

- a) O uso da Chancela da Paisagem Cultural como uma opção para a gestão dos patrimônios do C.H.P. de Antonina.
- b) A compreensão dos sujeitos selecionados para participar dessa pesquisa sobre a consideração da paisagem como um patrimônio.
- c) As expectativas desses sujeitos com relação ao seu patrimônio.
- d) A conservação da paisagem e o seu uso para finalidades turísticas como uma forma de contribuição ao desenvolvimento cultural, econômico e social de Antonina.

Isso porque partiu-se do princípio de que a paisagem do C.H.P. de Antonina é um patrimônio.

Dessa forma, o objetivo geral estabelecido para essa pesquisa foi discutir as suas possibilidades de uso como recurso ao desenvolvimento do turismo.

Os objetivos específicos foram: a) apresentar o conceito de paisagem com base fenomenológica no âmbito da Geografia; b) apresentar a evolução do conceito de patrimônio, de monumento até a sua significação ampliada para a totalidade dos elementos que constituem uma paisagem; c) apresentar o conceito institucional de paisagem cultural como alternativa ao tradicional instrumento de preservação do patrimônio – o tombamento; d) apresentar a paisagem do C.H.P. de Antonina como recurso para o desenvolvimento do turismo; e) conhecer a experiência vivida dos moradores, selecionados para participarem dessa pesquisa, com relação ao tombamento da área em estudo, com um enfoque na questão da conservação do patrimônio local e na opinião deles sobre as possibilidades do uso da paisagem como recurso para o turismo; e f) conhecer a experiência do visitante com essa paisagem.

Para atingir os objetivos propostos, optou-se pela orientação metodológica presente nos escritos de Dartigues (1973), Triviños (1987), Moreira (2002), Panosso Netto (2005), Gomes (2007), Serpa (2016), Pádua (1997), Gil (2010) e Turra Neto (2012) para apresentar a fenomenologia como método e a pesquisa qualitativa de base fenomenológica como procedimento.

As etapas de elaboração dessa pesquisa foram classificadas em duas fases, experimental e consolidada, sendo que no período pré-qualificação realizou-se testes dos instrumentos de coletas de informação e no período pós-qualificação optou-se

pelo uso de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários para conhecer a experiência dos sujeitos envolvidos com a paisagem do C.H.P. de Antonina. Concomitantemente a esses procedimentos em ambas essas fases foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental com as quais fundamentou-se o conteúdo aqui trabalhado.

Assim, estruturou-se cinco capítulos nos quais constam os resultados obtidos por intermédio da realização de consultas bibliográfica e documental, somados aquilo que foi apreendido por meio da observação assistemática, das entrevistas semiestruturadas e da aplicação dos questionários.

No primeiro capítulo apresenta-se a orientação e os procedimentos metodológicos adotados e caracteriza-se a área selecionada para esse estudo descrevendo as respectivas etapas de elaboração.

No segundo capítulo apresenta-se a concepção do conceito de paisagem na Geografia e as suas relações com a fenomenologia.

No terceiro capítulo apresenta-se um breve histórico conceitual sobre patrimônio com o objetivo de explicar como que o conceito de paisagem foi elevado a esse *status*. Na sequência discute-se as possibilidades de uso da paisagem como recurso ao desenvolvimento do turismo.

No quarto capítulo apresenta-se alguns aspectos materiais e imateriais da paisagem do C.H.P. de Antonina incluindo os instrumentos de proteção que incidem sobre o patrimônio local, com base na literatura disponível e no procedimento metodológico de observação assistemática.

No quinto capítulo apresenta-se e discute-se os resultados obtidos com o uso das entrevistas semiestruturadas e dos questionários como instrumentos de coleta de dados, delineando ao final uma síntese integradora da pesquisa.

Dada a amplitude dos temas aqui trabalhados, espera-se elas sirvam de subsídios para a elaboração de um planejamento turístico e interpretativo para o C.H.P. de Antonina.

1 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA E RECORTE ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO

Este capítulo apresenta em seu primeiro tópico a fenomenologia como metodologia, com base em Dartigues (1973), Triviños (1987), Moreira (2002), Panosso Netto (2005), Gomes (2007), Serpa (2016), e a pesquisa qualitativa como procedimento, com base em Pádua (1997), Gil (2010) e Turra Neto (2012) para conhecer a experiência vivida dos sujeitos envolvidos nas temáticas abordadas nessa pesquisa: paisagem, patrimônio e turismo. Na sequência são apresentadas as características da área selecionada para esse estudo e descritas as suas respectivas etapas de elaboração.

1.1 A FENOMENOLOGIA COMO METODOLOGIA NA PESQUISA QUALITATIVA COM ÊNFASE NA EXPERIÊNCIA VIVIDA NA PAISAGEM

Esta pesquisa apoia-se no método fenomenológico, conforme explicado por Moreira (2002, p.117) “com as devidas concessões e adaptações” da filosofia de Husserl limitando-se ao uso dos conceitos fenômeno, essência, e experiência vivida, com o objetivo de compreender a relação que se dá entre os sujeitos e os fenômenos que o cercam, a essência das coisas, neste caso a paisagem considerada um patrimônio e o turismo enquanto um fenômeno, para investigar as possibilidades do uso da paisagem como um recurso ao desenvolvimento do turismo.

Dado o exposto por Husserl (1986, p. 47), de que “na esfera da investigação, uma ciência pode [...] servir à outra de modelo metódico”, e a explicação de Panosso Netto (2005, p. 142) sobre a questão dos estudos transdisciplinares partirem de um problema específico e solicitar “a ajuda das disciplinas para ser resolvido”, cabe esclarecer que a base teórica dessa pesquisa está na concepção de paisagem, do conceito de patrimônio e turismo, e da fenomenologia.

Paralelamente e com o objetivo de apreender como se dá a relação entre os sujeitos investigados com a paisagem do C.H.P. de Antonina e as possibilidades de seu uso enquanto um recurso turístico, fez-se uso de entrevistas semiestruturadas e de questionário como instrumentos de coleta de dados.

Para Turra Neto (2012, p. 1), a metodologia consiste em uma parte do processo “[...] de produção de conhecimento científico [que] avalia e reflete sobre a relação entre teoria e empiria e entre sujeito e objeto”. Segundo o autor esse processo serve ainda como norte determinante dos procedimentos operacionais a serem adotados na

pesquisa, bem como parâmetro indicador para mensurar as potencialidades e limites da mesma.

De acordo com Gomes (2007, p. 325), para os geógrafos que optam pelo uso da abordagem fenomenológica em seus trabalhos, “a fonte legítima do conhecimento” reside na “explicação centrada sobre as experiências vividas cotidianamente”, e no caso da paisagem, “a compreensão do conceito remete sempre a experiência” dos sujeitos.

Nesse sentido, Serpa (2016, p. 29) em sua experiência obtida na disciplina optativa Fenomenologia da Paisagem ofertada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, constatou com seus alunos que por meio do uso do método em questão, é possível perceber que “a paisagem não é externa ao ser humano, mas é constituída nele e a partir dele”.

Da mesma forma, nos estudos relacionados à atividade turística, nos quais estão inseridos igualmente os conceitos de paisagem e patrimônio, Panosso Netto (2005, p. 98) afirma que “a fenomenologia [...] seria um estudo das razões essenciais e do significado [...] do turismo para os seres humanos em função do seu próprio mundo interior e não apenas da perspectiva da sociedade de consumo”. Além disso, para o autor a pesquisa com base fenomenológica “tem como ponto positivo a possibilidade de se compreender melhor as experiências dos turistas e dos empreendedores do turismo” por meio do uso das “essências do pensamento de cada grupo de pessoas entrevistadas”.

Na aplicação do método fenomenológico à pesquisa qualitativa, Moreira (2002, p. 114) explica que “o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes” e que “os diversos aspectos [dessa] experiência [...] constituir-se-ão na essência dessa experiência vivida”.

Nesse ponto, é importante destacar que a crítica sobre o uso do método fenomenológico favorecer o “[...] subjetivismo, pelo fato de que todas as coisas são remetidas ao domínio da [...] consciência” é refutada pela resposta de Husserl apresentada por Gomes (2007, p. 120-122) de que “a consciência se orienta em um mundo de experiências vividas”, a qual é compartilhada e repartida “entre diversos sujeitos”, não sendo, portanto, “constituída pela introspecção pura”. O autor afirma ainda que “o vivido não é um sentimento” e “jamais pode ser visto como uma representação abstrata” e por fim menciona que “o essencial das coisas aparece [...]

no fluxo do vivido e pela comunicação entre os sujeitos e suas experiências”, desta forma “a experiência interior subjetiva não é válida como conhecimento”.

Gomes (2007, p. 117-119) explica ainda que “a racionalidade é, para Husserl um elemento fundamental das ciências, mas não pode ser a base do conhecimento, pois o ponto de partida são os dados imediatos percebidos pela consciência pura”, por esta razão Husserl defendia “um retorno as coisas nelas mesmas”, por meio da observação dos fenômenos sem a influência de “qualquer pressuposto, tanto os do senso comum, quanto os impostos pela ciência”. Isso porque, segundo Dartigues (1973, p. 77) “não se tratará, certamente, para a reflexão fenomenológica de renunciar à objetividade científica, mas de reintegrar o mundo da ciência no mundo da vida”.

Assim, a ideia central nos estudos fenomenológicos na perspectiva de Husserl, portanto, foi a análise dos fenômenos por meio da experiência vivida.

Segundo Gomes (2007, p. 123-124), o ir à essência das coisas “impõe a consideração do fator cultural como portador de sentido e como circulação de significações de homem a homem”.

De acordo com Dartigues (1973, p. 157), o método fenomenológico proposto por Husserl tinha como objetivo “modificar nossa relação com o mundo e melhor extrair seu sentido”.

Para Gomes (2007, p. 123-124), uma melhor compreensão sobre o sentido do mundo se dá por meio da “redução [...] que permite a simultaneidade de ser no mundo e de poder pensá-lo, isto é, de viver a experiência do mundo e de constituir uma consciência de ser neste mundo”.

Triviños (1987, p.43) explica ainda que a fenomenologia

é o ensaio de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, sem nenhuma consideração com sua gênese psicológica e com as explicações causais que o sábio historiador ou o sociólogo podem fornecer dela.

Por isso, segundo Moreira (2002, p. 67), “a experiência vivida no mundo da vida de todo dia é o foco central da investigação fenomenológica”.

Dadas todas essas considerações, ainda pode haver o questionamento e uma inquietação sobre a validade científica do método fenomenológico.

Nesse sentido, Moreira (2002, p. 143) propõem-se a responder a interrogação de se “o conhecimento a que se chega com o auxílio do método fenomenológico pode ser considerado verdadeiramente científico”. Como resposta a essa pergunta o autor

primeiro apresenta a definição de científico comum à maioria das ciências como “o conhecimento de conceitos e leis que permitam explicar e prever os fenômenos com a máxima exatidão possível, de forma independente do maior número possível de fatores”, mencionando que

[...] para explicar e prever o fenômeno a que a [pesquisa] se refere, o conhecimento adquirido por um método qualquer precisa ser “verdadeiro”, isto é, deve pelo menos ser aplicável às amostras a partir da qual foi adquirido. (MOREIRA, 2002, p. 143).

Prosseguindo com sua explanação Moreira (2002, p. 144) expõe a existência dos conceitos validade interna e externa como parâmetro de mensuração da veracidade de um conhecimento obtido nas diversas modalidades de pesquisas. Segundo o autor, a validade interna do conhecimento estaria subordinada à confiabilidade do método utilizado e a sua validade externa à aplicabilidade desse conhecimento “a um grande número de fenômenos do mesmo tipo”, ou seja, a generalização.

Moreira (2002, p. 145), consciente da polêmica em relação a essas duas modalidades de validade presentes no método fenomenológico, primeiro devido à dificuldade de estabelecer uma forma de controle da veracidade dos dados fornecidos nas entrevistas, e segundo com relação à validação externa por meio da generalização, esclarece que

[...] a qualidade dos dados [dependerá da] boa escolha da amostra, e também da experiência do entrevistador. Quanto melhor for a descrição da amostra utilizada de sujeitos, maiores serão as possibilidades de análise da validade interna por parte do leitor ou usuário da pesquisa.

Com relação à validade externa, Moreira (2002, p. 145) explica detalhadamente que, de forma geral, nas pesquisas qualitativas e

[...] no método fenomenológico em particular [...] o objetivo é comumente o de explorar e de desvendar conhecimentos, através da experiência vivida do sujeito [...], trata-se mais do contexto da descoberta de conhecimentos, e não do contexto da verificação, tão característico da pesquisa quantitativa. A amostra tomada, [...] não será estatística [...], ela será intencional [...], composta por sujeitos que foram escolhidos exatamente por causa de certas características que o habilitavam a fazer parte da amostra. Nesses casos, fica totalmente fora de questão falar de generalização.

Moreira (2002, p. 149) conclui suas reflexões com relação à cientificidade do método fenomenológico advertindo que

[...] a validade interna não é absolutamente suficiente para assegurar a validade externa, ou seja, a possibilidade de generalizar os resultados da pesquisa. A validade interna, não obstante, é fundamental para que a pesquisa mereça ser considerada como tal.

Segundo Moreira (2002, p. 149), o pesquisador que faz uso desse método não está obrigado a buscar uma validade externa para sua pesquisa, mas tem como obrigação caracterizar de forma clara a sua amostra para que seja possível, ao leitor ou futuro usuário da pesquisa obter “uma ideia firme de sua aplicabilidade, que, [...], irá depender sempre das similaridades entre a amostra utilizada e a parcela da população para a qual se deseja estender os resultados”.

Dessa forma, para conhecer a experiência vivida dos sujeitos com relação aos fenômenos que se quer investigar, a utilização das técnicas da metodologia qualitativa de pesquisa, por meio da busca do conhecimento em fontes de informação provenientes das entrevistas semiestruturadas, e de respostas obtidas por meio de questionários apresentam-se como procedimentos essenciais no escopo do método fenomenológico.

Schlülter (2003 p. 106-107) define entrevista como “uma situação frente a frente em que uma pessoa, o entrevistador, faz perguntas [ao] entrevistado, com o objetivo de obter respostas pertinentes ao tema estudado”.

Gil (2010, p. 137) acrescenta que a entrevista na modalidade semiestruturada “consiste em uma lista de questões que vão sendo formuladas oportunamente com vistas à obtenção de mais detalhes e ao aprofundamento das descrições”.

Dentre as vantagens do uso desse instrumento de pesquisa, Gil (2010, p. 103) cita que ela “[...] possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal”. Isso, segundo o autor proporciona maiores chances de obter informações e interpretá-las.

O questionário é definido por Gil (2010, p. 102 - 104) como “um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”, formuladas “de maneira clara, concreta e precisa”, e “relacionadas ao problema proposto” na pesquisa. A vantagem do uso desse instrumento, segundo o autor, é o fato de ele ser “o meio mais rápido e barato de obtenção de informações”. Acrescenta-se aqui, também a sua

eficácia para abordagem de grupos específicos como sujeitos em ambiente escolar e visitantes, tanto na condição de turista, como de excursionista, em determinada localidade.

A utilização desses procedimentos é válida tanto no âmbito da Geografia como no Turismo.

Na Geografia, Turra Neto (2012, p. 2) confirma que o material da pesquisa qualitativa “é, basicamente, de natureza discursiva”. O mesmo ocorre na pesquisa qualitativa que envolve o turismo. Por essa razão Panosso Netto (2005, p. 96) recomenda o uso do método qualitativo de base fenomenológica para “compreender o fenômeno turístico”.

Pádua (1997, p. 31) utiliza a terminologia metodologia qualitativa fenomenológica para definir o procedimento de pesquisa que tem como principal característica a preocupação “com o significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais”.

Triviños (1987, p. 127-133) apresenta cinco características gerais dessa metodologia de pesquisa:

- 1) [...] tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2) [...] é descritiva; 3) os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4) [...] os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5) [...] o significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa.

De acordo com Gil (2010, p. 135-136), “a pesquisa qualitativa fenomenológica ajusta-se mais a problemas que se referem à experiência vivida no dia a dia das pessoas”. Com relação aos procedimentos desta modalidade de pesquisa, o autor explica que estes não são rígidos, nem definitivos, cabendo ao pesquisador o “ajustamento do modelo ao fenômeno em estudo”.

Frente à impossibilidade de apreender os significados que toda uma população atribui a determinados fenômenos, o pesquisador deve selecionar uma amostra para a investigação, a qual segundo Triviños (1987, p. 132) é decidida “intencionalmente”, buscando-se e analisando “sujeitos que sejam essenciais, [...] para o esclarecimento do assunto em foco, facilidade para se encontrar com as pessoas; tempo dos indivíduos para a entrevista, etc.”.

Com relação à quantidade, Gil (2010, p. 138) adverte que “não é possível definir a priori o número de participante”, porém menciona que “a maioria das pesquisas fenomenológicas utiliza de 10 a 20 participantes”.

Gil (2010) com base em Moreira (2002) recomenda que os resultados sejam analisados por meio da leitura do conteúdo obtido junto aos sujeitos participantes da pesquisa, extraíndo dele as assertivas que permitam formular significados explícitos e implícitos para depois organizá-los em conjunto de temas e assim sintetizar os aspectos da experiência apreendidos por meio das entrevistas e dos questionários.

Além do uso de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários a pesquisa qualitativa também é composta por pesquisa bibliográfica, documental e iconográfica.

Segundo Gil (2010, p. 29), na pesquisa bibliográfica consulta-se “material já publicado”. O autor explica ainda que

Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes como [...] o material disponibilizado pela Internet.

A pesquisa documental por sua vez de acordo com Gil (2010, p. 30-31) “apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes”. Por essa razão, recomenda-se que “seja considerada fonte documental quando o material é interno à organização, e fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou base de dados”. Ainda segundo o autor, dentre os documentos mais utilizados em pesquisas encontram-se

1. documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações; 2. documentos pessoais, como cartas e diários; 3. material elaborado para fins de divulgação, como folders, catálogos e convites; 4. documentos jurídicos, como certidão, escrituras, testamentos e inventários; 5. documentos iconográficos, como fotografias, quadros e imagens; e 6. registros estatísticos.

Com base nas orientações acima citadas elaborou-se essa pesquisa.

1.2 CARACTERIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS APLICADOS NA PESQUISA

A área selecionada para a realização da presente pesquisa localiza-se no município de Antonina, litoral do Estado do Paraná, entre o Planalto Paranaense e a Serra do Mar.

O município está a uma distância de 80 km da capital do Estado (Curitiba) por meio das vias de acesso Rodovia BR 227, sentido PR 408, e a Estrada da Graciosa a partir da BR 116, sentido PR 410. (FIGURA 1).

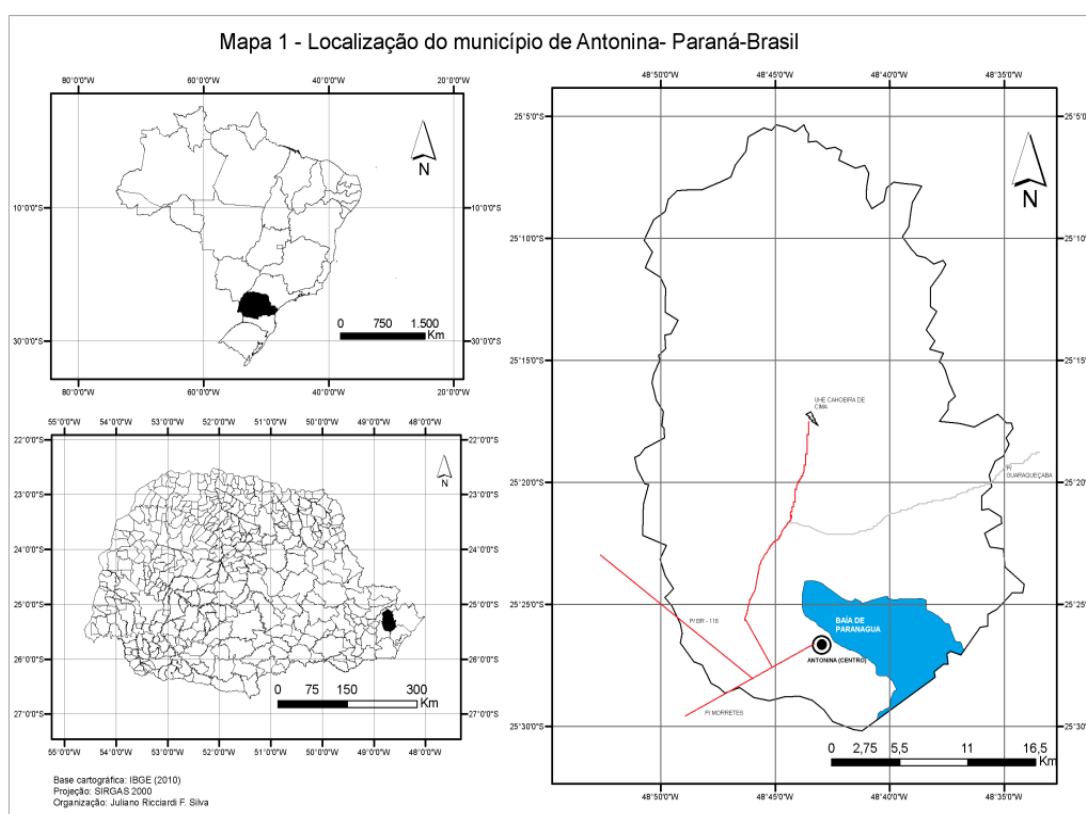


FIGURA 1 – MAPA DE LOCALIZAÇÃO ANTONINA - PR
 FONTE: BASE CARTOGRÁFICA IBGE (2010).
 ORGANIZAÇÃO: SILVA (2016).

Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, IPARDES (2016) indicam que Antonina possui uma população estimada de 19.416 habitantes com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de 0,687¹, o

¹ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD, IPEA, FJP. NOTA: Os dados utilizados foram extraídos dos Censos Demográficos do IBGE. (1) O índice varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto. (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2016, p. 39).

que significa que a renda média local é de R\$ 572,38. As principais atividades econômicas desempenhadas pela população economicamente ativa estão nos seguintes segmentos: 1) agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; 2) comércio; 3) transportes; e 4) serviço público. Ressalta-se que a atividade turística, um dos fenômenos de interesse desta pesquisa, não é mencionada como atividade econômica no referido documento sobre o município.

De posse desses dados preliminares, a primeira fase dessa pesquisa, denominada de pré-qualificação, foi realizada por meio de observação assistemática na qual a pesquisadora optou por visitar *in loco* a área de estudo para conhecer as particularidades do local e buscar os primeiros contatos com os sujeitos ali residentes com o objetivo de conhecer suas experiências com relação aos primeiros temas de interesse, turismo, tombamento e patrimônio.

Segundo Lakatos e Marconi (2011, p. 278) a observação assistemática “[...] estuda uma variedade de fenômenos, permite identificar conjuntos de atitudes e de comportamentos”. Os autores esclarecem ainda que o uso dessa técnica não prevê “[...] planejamento e controle previamente elaborados”.

Concomitantemente a realização da observação assistemática durante as primeiras visitas *in loco* fez-se uso de um procedimento experimental por meio da aplicação de um questionário (APÊNDICE 1) em duas escolas, uma do ensino fundamental e outra do ensino médio, o Colégio Estadual Moysés Lupion e o Colégio Estadual Rocha Pombo, com o objetivo de conhecer o entendimento dos alunos com relação ao conceito de patrimônio, o conhecimento sobre alguns elementos da história local e sobre quais usos eram feitos de seu patrimônio.

Buscou-se também, em caráter experimental, por meio de uma pré-entrevista investigar junto aos empresários da área do turismo se o recebimento do título de patrimônio nacional a partir do ato de tombamento tinha contribuído de forma positiva com a dinâmica turística local.

Concomitantemente a esses procedimentos foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental e para isso visitou-se em Antonina o prédio que abriga o Arquivo Público Municipal. Em Curitiba, visitou-se os seguintes locais: Biblioteca Pública do Paraná; Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional – Paraná; Biblioteca da Universidade Federal do Paraná; Secretaria do Estado da Cultural do Paraná; Secretaria de Turismo de Antonina; Museu Paranaense. Também foram consultados os seguintes recursos digitais: Bases de dados de periódicos científicos

nacionais e internacionais disponíveis na Universidade Federal do Paraná; Legislação brasileira concernente ao patrimônio; sítio eletrônico do Ministério do Turismo; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e do Conselho Internacional para Monumentos e Sítios (ICOMOS).

Na segunda fase dessa pesquisa, denominada de pós-qualificação, percebeu-se a oportunidade de trabalhar juntos aos temas turismo, tombamento e patrimônio, também o conceito geográfico de paisagem, tendo em vista as interfaces de estudo acadêmico existentes entre esses temas, bem como o uso do conceito paisagem cultural pelo IPHAN e pela UNESCO, e a visão do turismo como uma atividade colaborativa para a continuidade no tempo e no espaço dos patrimônios.

Assim, após adequação bibliográfica voltou-se a campo para nova coleta de dados. Na seleção dos sujeitos para participarem das entrevistas semiestruturadas e responderem ao questionário considerou-se os fatores mencionados por Triviños (1987), de acessibilidade, tempo disponível para responder, e conhecimento sobre o tema abordado.

Em campo, após consentimento dos sujeitos abordados, entrevistou-se dezenove moradores, dentre eles sete empresários da área do turismo sendo que seis deles declararam serem proprietários de bens imóveis tombados como patrimônio.

Para os moradores em fase escolar e para os visitantes foram aplicados dois questionários distintos. No total, dezenove alunos e onze visitantes participaram como respondentes desse instrumento de coleta de dados.

Desse modo, entre sujeitos entrevistados e respondentes dos questionários, a amostra contou com quarenta e nove participantes.

Durante a entrevista com os moradores seguiu-se um roteiro de perguntas (APÊNDICE 2). Dessa forma, inicialmente foi solicitado aos sujeitos entrevistados que descrevessem a paisagem do C.H.P. de Antonina e o significado que ela tinha para cada um deles. Na sequência, buscou-se conhecer a relação desses sujeitos com a paisagem por intermédio do questionamento sobre a receptividade ao ato de tombamento do C.H.P. como patrimônio nacional; sobre as possibilidades do uso da paisagem dessa área para o turismo, e sobre a conservação do patrimônio contribuir ou não para o desenvolvimento econômico, social e cultural local. Apesar do uso de um roteiro abriu-se espaço para a inserção de informações que complementassem esses questionamentos. Ressalta-se que esses sujeitos foram selecionados devido a

sua experiência vivida como morador ser essencial para o alcance dos objetivos propostos para essa pesquisa.

A aplicação dos questionários direcionados aos moradores em fase escolar (APÊNDICE 3) foi realizada, após autorização concedida pela direção da instituição, em duas salas de aula do ensino médio e técnico do Colégio Estadual Basílio Machado. Solicitou-se a esse grupo de sujeitos que respondessem as questões que continham o mesmo conteúdo abordado nas entrevistas, exceto a questão sobre o tombamento do C.H.P. de Antonina.

Assim, no questionário aplicado, primeiramente solicitou-se uma descrição da paisagem do C.H.P. de Antonina. Na sequência interrogou-se sobre os significados e sentidos dessa paisagem; sobre as possibilidades de uso da paisagem como recurso turístico; sobre os elementos da paisagem que possuem maior atratividade turística; sobre o sentido da palavra patrimônio; sobre a consideração da paisagem como um patrimônio e o porquê; e sobre as possibilidades que a conservação do patrimônio possui em contribuir para o desenvolvimento econômico, social e cultural do município.

A opção por inserir esse grupo de sujeitos para compor a amostra justifica-se pela motivação da pesquisadora em apreender a compreensão de uma outra faixa etária sobre os temas abordados nessa pesquisa e a intenção de ampliar o perfil da amostra para obter informações à luz de diferentes perspectivas. O critério de seleção utilizado para esse grupo foi o de acessibilidade.

A partir dos questionários direcionados aos visitantes (APÊNDICE 4) buscou-se conhecer a experiência deles com a paisagem do C.H.P. de Antonina por meio da solicitação de uma descrição da mesma e do questionamento sobre as motivações que o levaram a visitar o local. Considerando as peculiaridades dessa parcela da amostra com relação aos fatores de tempo e disposição em responder contou-se com o critério acessibilidade no momento da seleção desse grupo de sujeitos.

Os resultados obtidos foram transcritos e analisados de acordo com as recomendações de Gil (2010). Após a conclusão de todas as fases aqui descritas seguiu-se a redação do relatório final da Tese.

2 O CONCEITO DE PAISAGEM E A FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA

Este capítulo apresenta em seu primeiro tópico a concepção de paisagem na Geografia presente nos estudos de Sauer (1996, 1998 [1925]), Corrêa (1989, 1995), Holzer (1997, 1999, 2004) e Claval (1999, 2004, 2011, 2014) e Seemann (2004) com o objetivo de demonstrar uma evolução até ao ponto em que passou a considerar em seu escopo os aspectos humanos. No segundo tópico expõe-se o conceito de fenomenologia, com base em Dartigues (1973), Triviños (1987), Moreira (2002), Peixoto (2003) e Zilles (2012), dado o fato que o mesmo é aceito e adotado nas vertentes humanista e cultural da disciplina conforme registrado preliminarmente nos escritos de Sauer (1996, 1998 [1925]), depois em Dardel (2011 [1952]), que por sua vez influenciou Relph (1976, 1989) e Besse (2006) a colocarem a experiência vivida dos sujeitos em discussão. No terceiro tópico é apresentada a perspectiva de Berque (1984, 1995) sobre os aspectos relacionais existentes entre as sociedades e as paisagens.

2.1 A CONCEPÇÃO DE PAISAGEM NA GEOGRAFIA

Na Geografia, o conceito de paisagem é de uso corrente desde os primórdios da disciplina, na qual as primeiras abordagens sobre o tema priorizaram o estudo de suas formas físicas, posteriormente inserindo a influência da ação humana como objeto de estudo passou a considerar, nas últimas décadas, os aspectos simbólicos e relacionais expressos na experiência vivida dos sujeitos com as paisagens.

Holzer (1997, p. 81) explica que esse conceito “[...] incorpora ao suporte físico os traços que o trabalho humano, que o homem como agente, e não como mero espectador, imprime aos sítios onde vive”, e por isso é essencialmente geográfico.

Apesar dessa proeminência de significados que enfatizam a experiência humana com e nas paisagens Holzer (1999, p. 164) sublinha que no final do século XX esse conceito se tornou "inconsistente, difícil de ser definido ou passível de uma definição parcial", cuja validade se dá somente “para as culturas ligadas à Modernidade Ocidental”. Isso porque segundo Berque (1995) e Cauquelin (2007), ao longo da história das civilizações a noção de paisagem recebeu diferentes conotações

e esteve ausente em algumas delas, não possuindo, portanto, um significado universal.

Ribeiro (2007, p. 31) assinala que a paisagem possui múltiplas acepções e está em processo de permanente construção, e “ainda demanda um maior esclarecimento de sua importância e função” para e nos estudos geográficos, entretanto essa sua polissemia não diminui o seu valor enquanto um conceito científico, ao contrário disso, contribui para ampliar a discussão e a reflexão sobre o tema à medida que é possível contextualizá-lo com outros conceitos provenientes de outras áreas do conhecimento.

Com o intuito de compreender esse conceito cabe apresentar a origem da palavra paisagem, para prosseguir com as considerações sobre a sua abordagem em algumas escolas geográficas, nas quais diversos autores propuseram reflexões acompanhadas de metodologias que permitem atualmente a sua correlação com outros temas.

Segundo Claval (2004, p. 245), o despertar ocidental para o conceito de paisagem “surtiu no século XV nos Países Baixos, sob a forma de *landskip*”, como forma de pintura “que [apresentavam] um pedaço da natureza, tal como a percebemos a partir de um enquadramento – uma janela”. Por isso, para Besse (2006, p. viii) “a paisagem [significou] originalmente a restrição do mundo visível ao campo visual” que se abria nesse recorte – a janela.

No século XVI o termo holandês para paisagem foi incorporado pelos países europeus com alguma variação de sentido, o que segundo Bolós y Capdevila (1992) passou a designar nas línguas de origem românica, a ideia de país, lugar, área territorial, derivando as expressões em castelhano *paisage*, em catalão *paísatge*, em galego *paísaxe*, em francês, *paysage*, em italiano, *paesaggio*. Nas línguas de origem germânica o significado esteve relacionado com o termo terra do inglês *land* de onde derivaram as expressões *landscape*, e *landschaft*.

Holzer (1999, p. 153) explica que os significados de *landschaft* e *paysage* não são equivalentes, devido à palavra alemã ser mais antiga e medieval, e as palavras de origem latina para designar paisagem serem renascentistas e estarem limitadas às artes plásticas. No francês, “*paysage* teve sua origem no radical *pays*, que na Idade Média francesa significava simultaneamente habitante e território”.

Segundo Holzer (1999, p. 153) “a Geografia Francesa apropriou-se da palavra *paysage* destituindo-a de seu sentido renascentista, e restituindo-a o sentido mais

amplo de seu correlato alemão, *landschaft*” referindo-se a “uma associação entre o sítio (lugar) e os seus habitantes [...] uma associação morfológica e cultural”.

Para Besse (2006, p. 20-21), *landschaft* “possui uma significação que se pode dizer territorial e geográfica”, por isso o significado de paisagem não pode ser definido “como a extensão de um território que se descortina num só olhar desde um ponto de vista elevado”, mas sim “como espaço objetivo da existência, mais do que como vista abarcada por um sujeito”.

Esta pequena etimologia faz-se necessária, pois a Geografia enquanto disciplina científica estabeleceu-se na Alemanha no século XIX, com base no termo *landschaft*, cujo sentido passível de diferentes interpretações ocasionou confusões no momento de sua tradução. Neste sentido, Holzer (1999, p. 153) esclarece que o conceito geográfico de paisagem no final do século XIX “voltou-se para o significado medieval de área fisicamente e culturalmente reconhecível”, ou seja, a definição de origem germânica.

Segundo Corrêa (1989, p. 79), o estudioso alemão Alexandre von Humboldt foi o pioneiro em definir a Geografia como ciências de “estudo da paisagem”, e mesmo sem ter sido fundador de nenhuma escola e não ter deixado seguidores, seus estudos representam uma “referência fundamental no panorama do pensamento geográfico”.

Costa e Rocha (2010) sintetizam a trajetória do estudo da paisagem mencionando primeiro os estudos desenvolvidos por Otto Schlüter, na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, passando pela influência de Carl Ortwin Sauer, na Geografia Norte-Americana, na década de 1920, e tendo na Geografia Francesa, na pessoa do geógrafo Paul Claval a principal influência nos dias atuais.

Segundo Seemann (2004, p. 69), dentre os questionamentos do geógrafo alemão Otto Schlüter estavam a possibilidade dos conceitos e métodos da Geografia Física e Humana serem compartilhados em uma única disciplina defendendo “[...] uma geografia que simplesmente esquecia a dicotomia entre o humano e o físico”.

Seemann (2004, p. 70) explica que a metodologia adotada por Schlüter para o estudo da paisagem baseava-se em compreender sua morfologia por meio das marcas deixadas pela ação humana na superfície terrestre. Esta base metodológica tinha influência das ciências naturais, que consistia em observar e descrever as formas naturais, com o acréscimo de considerar fenômenos tidos até então como não geográficos para uma explicação detalhada da paisagem. Estes fenômenos não geográficos mais tarde seriam incorporados e considerados na Geografia como

elementos de uma paisagem denominada de cultural, por conter a expressão da ação humana criando, moldando, transformando e interagindo com a paisagem.

Todavia, segundo Seemann (2004, p. 70), Schlüter já considerava que os fatores relevantes da paisagem não se limitavam “as forças físicas da terra, mas as ações, os motivos, e as finalidades dos homens”.

Claval (2014, p. 31) relata ainda que como resultado de suas reflexões, Schlüter publicou em 1907 uma curta brochura, na qual consagrou a paisagem como objeto de estudo da Geografia Humana, com o entendimento de que “uma paisagem é tanto modelada pelas forças da natureza e pela vida, quanto pela ação dos homens”.

De acordo com Schier (2003, p. 83) foi também na literatura geográfica alemã que a denominação “Geografia da Paisagem” foi mencionada pela primeira vez pelo geógrafo alemão Siegfried Passarge, o qual desde 1913 propôs em várias de suas obras o conceito de “ciência da paisagem”. Segundo Claval (2014, p. 37), para este autor paisagem era ainda sinônimo de “o conjunto do que o olho pode abarcar”.

Na concepção de Corrêa (1995), os geógrafos Otto Schlüter e Siegfried Passarge contribuíram significativamente para a formação de uma base teórica e metodológica que permitiu que aspectos da cultura humana fossem estudados cientificamente dentro da Geografia.

Essa abordagem, segundo Corrêa (1989, p.114) iria se consolidar no âmbito da Geografia Norte Americana, na denominada Escola de *Berkeley*, local onde o conceito de paisagem tornou-se objeto central da disciplina, com a contribuição do geógrafo Carl Ortwin Sauer. As origens desta escola estiveram ligadas “às ciências naturais, especialmente à geologia”, portanto, com “forte ênfase no estudo dos fenômenos da natureza”, modelo este que seria alterado com as novas considerações sobre a Geografia e seu conceito fundamental, a paisagem, propostos por Sauer, a partir da publicação de sua obra clássica, *The Morphology of Landscape*.

Nessa obra Sauer (1998 [1925], p. 183) defendeu que “a área ou a paisagem é o campo da geografia, porque é uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível”. Segundo o autor, os alemães traduziram as palavras *Landschaftskunde* ou *Länderkunde* como “o conhecimento da paisagem ou das terras”.

Do ponto de vista de Sauer (1998 [1925], p. 187), a função da geografia enquanto ciência consistia em “estabelecer um sistema [...] que [envolvesse] a fenomenologia da paisagem, de modo a captar em todo o seu significado e cor, a

variada cena terrestre”, devido ao fato de que “os objetos que existem juntos na paisagem existem em inter-relação”.

Por isso que para Sauer (1998 [1925], p. 187), “o termo “paisagem” é apresentado para definir o conceito de unidade da geografia, para caracterizar a associação peculiarmente geográfica de fatos”, cujo significado seria

[...] uma forma da Terra na qual o processo de modelagem não é de modo nenhum imaginado como simplesmente físico. Ela pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. (SAUER 1998 [1925], p. 187).

Assim, Sauer (1998 [1925], p. 188) afirmava que “a paisagem não é simplesmente uma cena real vista por um observador. A paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais”.

Expressando uma abordagem fenomenológica, porém com uma ênfase no caráter utilitário e funcional da paisagem, Sauer (1998 [1925], p. 191) esclareceu que

Estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como seres humanos porque somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos. Desse modo, selecionamos aquelas qualidades da paisagem em particular que são ou possam ser úteis para nós.

Essa definição conduz ao cerne do entendimento de Sauer (1998 [1925], p. 191) de que “a geografia baseia-se na realidade na união dos elementos físicos e culturais da paisagem”. Foi com base nessa compreensão que o autor propôs para o estudo das paisagens o método morfológico no qual diferenciou paisagem natural e paisagem cultural.

A paisagem natural para Sauer (1998 [1925], p. 199) era “a área anterior à introdução de atividade humana [...] representada por um conjunto de fatos morfológicos” tais como os materiais da crosta terrestre, o clima, o mar, e a vegetação.

A paisagem cultural, por sua vez, segundo Sauer (1998 [1925], p. 208) era “a área geográfica em seu último significado [...] as obras do homem que caracterizam a paisagem [...] modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural”.

Para Corrêa (1989, p. 115-116), o trabalho de Sauer esteve sob a influência da obra *Anthropogeographie* de Friedrich Ratzel, que teria tido seu conhecimento sobre a diversidade da ação humana aprofundado, chegando até mesmo a criticar seus

trabalhos anteriores “pela ausência de conhecimentos dos trabalhos dos geógrafos europeus e antropólogos”.

Sob esta influência, Corrêa (1989, p. 117) afirma que a Geografia proposta por Sauer foi a “do estudo comparativo de culturas localizadas em áreas, ou seja, o estudo de áreas culturais”, por meio do método empírico priorizando os trabalhos de campo por permitirem “treinar os olhos para generalizações”, buscando conhecer a origem da forma destas áreas. Sua principal contribuição foi defender que a paisagem fosse o conceito central da ciência geográfica, com base no trabalho humano como formas caracterizantes da paisagem cultural.

Nesta fase, a abordagem do simbolismo como parte integrante da cultura nos estudos geográficos e, especialmente, no que se referia aos significados das paisagens, ainda não estava presente nas considerações dos geógrafos, conforme fica evidente na afirmação de Sauer (1996 [1925], p. 309, tradução nossa)² “nós não estamos preocupados na geografia, com a energia, costumes ou crenças humanas, mas com as marcas do homem sobre a paisagem”.

Isso porque de acordo com Corrêa (1989, p. 119 - 120), o conceito de cultura entendido até então se situava em “um nível independente da realidade, externa ao indivíduo, explicável por si própria [...] como força determinante”.

Entendimento similar era compartilhado na Geografia Francesa, de Paul Vidal de La Blache, onde a concepção de paisagem também estava vinculada com as marcas do trabalho humano, e da análise dos gêneros de vida que segundo Claval (2014) mostravam que a elaboração das paisagens refletia a organização social do trabalho.

Este conjunto de ideias e abordagens dos aspectos da cultura na Geografia resultaria no que Claval (1999, p. 61) descreveu como um declínio na credibilidade da disciplina nos anos 1950, 1960 e 1970, devido a alguns procedimentos teórico-metodológicos, tais como a discussão da cultura, sem considerar “as representações, das opiniões e das crenças”, a ênfase nos estudos sobre os “utensílios e dos equipamentos” de trabalho das civilizações, os quais com os avanços técnicos tiveram uma diminuição em sua diversidade, e conseqüentemente uma diminuição no interesse por estudá-los, da mesma forma que o aumento dos tipos de atividades

² “[...] *we are not concerned in geography with the energy, customs, or beliefs of man but with man's record upon the landscape*”. (SAUER, 1996 [1925], p. 309).

realizadas nas cidades fizeram com que a “descrição dos gêneros de vida” perdesse sua importância.

Segundo Claval (1999, p. 65-67), nas décadas de 1980 e 1990, a Geografia esteve pautada em uma nova compreensão do conceito de cultura, com ênfase no aspecto relacional, onde o “indivíduo não a recebe como um conjunto já pronto: ele a constrói através das redes de contato nas quais ele se acha inserido, e pelas quais recebe informações, códigos e sinais” e “tem a ver com a composição da bagagem de representações, de *savoir faire*, de destreza, de conhecimentos de atitudes e de princípios” individuais. Dessa forma foi que, de acordo com Claval (2011, p. 20), a cultura passou a ser entendida “como uma realidade múltipla e em perpétua evolução”.

O advento de novas abordagens sobre a cultura no escopo da Geografia, segundo Claval (2011, p. 21), não representou uma ruptura epistemológica na disciplina, mas sim um “alargamento do campo de estudo”, não podendo ser resumido a uma “passagem de um período onde a ênfase foi sobre as técnicas e outra onde ele foi sobre o sentimento e o simbolismo”, segundo o autor o processo foi de “evolução que não excluía uma [...] continuidade” com a ressalva de que essa “continuidade não significa semelhança”.

É neste novo contexto geográfico que o homem passa a ser considerado como parte integrante da paisagem, não mais apenas por causa de seu trabalho técnico, mas também por meio de suas experiências, atitudes, ideias e valores relacionados ao seu entorno.

Para Almeida (2013, p. 190), a concepção de paisagem além de simbólica é também coletiva, pois “[...] pode ser entendida como formada por movimentos impostos pelos grupos sociais por meio de seu trabalho, trocas informacionais, cultura, emoções, o que lhe confere uma dimensão social”. É com essa perspectiva que a autora explora o simbolismo da paisagem contido na imaterialidade das festas, denominando-as de paisagens festivas, as quais em sua opinião são constituídas “[...] segundo as experiências e as percepções” dos indivíduos que dela participam.

Complementar a isso, segundo Meinig (2002, p. 43 - 45), a paisagem é passível de diversas outras atribuições e interpretações, podendo ser compreendida como natureza; habitat; artefato; sistema; problema; riqueza; ideologia; história; lugar; e estética. Na visão do autor, “a paisagem é um depósito imensamente rico em dados sobre as pessoas e a sociedade que a criaram”, podendo conter diversos significados,

na medida em que sua compreensão “estende-se plenamente além da ciência, retendo significados que nos ligam [...] a um mundo indescritível e infinito”.

Ribeiro (2007, p. 9) sintetiza o aspecto cultural das paisagens como o

[...] fruto do agenciamento humano do homem sobre o seu espaço [que] pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorreram ao longo do tempo [...] como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço [...] como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre materialidade e representações simbólicas.

Por tudo isso Corrêa (1995, p. 3) ainda considera a paisagem como um conceito chave da Geografia, devido às possibilidades que ela apresenta de integrar a própria disciplina “articulando o saber sobre a natureza com o saber sobre o homem”. Com esse mesmo ponto de vista Schier (2003, p. 85) afirma que “a paisagem deve ser encarada não apenas como um objeto de estudo, refletido e interpretado intelectualmente, mas como uma forma de vivência na sua plena positividade do cotidiano das pessoas”.

Isso porque segundo Besse (2006, p. 64 - 65), “o conceito de paisagem não é unicamente uma vista, é antes um território ou sítio, mesmo que este sítio ou este território sejam visíveis, seu ser não se reduz a sua visibilidade”, pois “há como que um “interior” da paisagem, uma substância, um ser da paisagem que só deixa ver seu exterior”, sendo “a intenção e a esperança científica do geógrafo [...] tentar ultrapassar esta superfície, esta exterioridade, para captar a “verdade” da paisagem”.

Nessa mesma linha de raciocínio Claval (2004, p. 265) afirma que “o geógrafo não estuda apenas a paisagem como realidade objetiva. Preocupa-se com a maneira [que ela] está carregada de sentido, investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem”.

Para Luchiari (2001, p. 21) “[...] a paisagem contemporânea é uma concepção híbrida, carregada de natureza e cultura, de processos naturais e sociais”.

Tais perspectivas abrem caminho para os estudos que visam à descoberta da relação que se dá entre moradores e visitantes com a paisagem. Com relação aos moradores o enfoque nos aspectos culturais de determinadas paisagens pode servir ao entendimento da relação do indivíduo com o seu meio. Com relação ao visitante esse tipo de investigação pode servir de subsídios ao planejamento de políticas de

preservação do patrimônio, por instituições e instâncias governamentais, bem como políticas de promoção de atividades turísticas mais significativas.

Com base nessa revisão de literatura que colocou a paisagem como portadora de significados formados na medida em que o homem com ela se relaciona, essa pesquisa busca apreender a relação dos sujeitos investigados com a paisagem do C.H.P. de Antonina e as possibilidades de seu uso como recurso para o turismo, por meio da investigação da experiência vivida, inerente à abordagem fenomenológica, que qualifica a experiência humana com os fenômenos que o cercam como ponto central da reflexão geográfica.

2.2 PAISAGEM E FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA

O estudo da paisagem com viés fenomenológico começa a ser desenvolvido com mais clareza no âmbito do movimento de renovação da Geografia, denominado de humanista, iniciado nos Estados Unidos e no Canadá na década de 1970, porém algumas obras anteriores a esse período já continham as ideias teóricas e metodológicas preconizadas por esse movimento, por exemplo, os estudos de Sauer (1996, 1998 [1925]), e Dardel (2011 [1952]), nos quais o homem assume um papel relevante na paisagem.

Para Holzer (1997, p. 81), a paisagem é um dos conceitos “que permite à Geografia colocar-se como uma das ciências das essências nos moldes propostos pela fenomenologia”.

Segundo Dartigues (1973, p. 11), a fenomenologia é uma corrente filosófica cujo termo foi referenciado pela primeira vez no texto de J. H. Lambert em 1764, e nas obras de Kant e Hegel, nos séculos XVIII e XIX, cada qual com abordagens distintas. Seria apenas no século XX, por intermédio de Edmund Husserl, considerado o pai da fenomenologia, que esse ramo da filosofia se consolidaria, como ciência e método, tendo o fenômeno como principal elemento de estudo.

No entanto, é importante mencionar a ressalva feita por Ricoeur (2009, p. 8) de que

[...] a fenomenologia é um vasto projeto que não se encerra em uma obra ou em grupo de obras precisas. Ela é, [...] um método capaz de encarnações múltiplas, e do qual Husserl explorou apenas um pequeno número de possibilidades.

Triviños (1987, p. 42) assinala que após Husserl, dentro da corrente fenomenológica surgiram outros “grupos de pensadores” que apresentaram “suas próprias peculiaridades” de pensamento sobre o tema, tais como Sartre, Merleau-Ponty, Heidegger, e Max Scheler, aperfeiçoando a ideia inicial proposta pelo fundador. Apesar dessa diversidade de abordagens, Moreira (2002, p. 96) afirma que é no uso da fenomenologia enquanto método “que concorda a maioria dos fenomenólogos”.

O fenômeno, objeto de estudo da fenomenologia, é definido no Dicionário de Filosofia, por Abbagnano (2007, p. 437) como

1) aparência pura e simples (ou fato puro e simples), considerada ou não como manifestação da realidade ou fato real; 2) objeto do conhecimento humano, qualificado e delimitado pela relação com o homem; 3) revelação do objeto em si.

Com relação ao termo fenomenologia, Peixoto (2003, p. 16 -19) explica que o significado desta palavra é o resultado da junção de duas outras palavras de origem grega *phainomenon*, que significa “o que se mostra”, “o que se manifesta”, e *logos*, que significa “discurso”, “ciência”, assim, “etimologicamente falando é [...] o estudo ou ciência do fenômeno”. A fenomenologia para o autor seria então “uma concepção de ciência e de filosofia” e também “uma metodologia, um caminho para se atingir um conhecimento”.

Segundo Peixoto (2003, p. 17), na visão husserliana, tudo o que surge à consciência é fenômeno, por exemplo,

[...] as coisas materiais que percebemos e tocamos as coisas naturais [...], as coisas ideais [...], e as coisas criadas pela cultura, pela ação e pela prática humanas, [são] significações ou essências que aparecem à consciência.

Dessa forma, fenômeno é a essência que apreendemos das coisas que nos cercam diariamente e a consciência que delas temos por intermédio das experiências que vivemos.

As essências, de acordo com Moreira (2002, p. 84), em Husserl,

[...] referem-se ao sentido ideal ou verdadeiro de alguma coisa, dando um entendimento comum ao fenômeno sob investigação. Emergindo tanto isoladamente como em relação umas com as outras, [...] são unidades de sentido vistas por diferentes indivíduos nos mesmos atos ou pelo mesmo indivíduo em diferentes atos [...] representam as unidades básicas de

entendimento comum de qualquer fenômeno, aquilo sem o que o próprio fenômeno não pode ser pensado.

Dartigues (1973, p. 38) complementa essa explicação mencionando que Husserl considerava duas espécies de essências:

[...] as essências exatas que correspondem aos conceitos rigorosos das matemáticas e da física que não têm senão uma relação indireta com a vivência, já que elas não têm que exprimir essa vivência como tal, e as essências morfológicas ou inexatas, que devem, ao contrário, exprimir a vivência em todas as suas nuances.

Para a compreensão das essências morfológicas, segundo expõe Peixoto (2003, p. 22-23), sobre o preconizado por Husserl, há uma necessidade de uma atitude de pensamento fenomenológica, que “reestabelece a relação entre [...] sujeito e objeto, entre o subjetivo e o objetivo, compreendendo a especificidade de cada um desses polos e suas relações intrínsecas”. Assim é que a partir dessa atitude o objeto ou coisa recebe o seu sentido na consciência.

Zilles (2012, p. 45) explica ainda que a atitude fenomenológica representa o pensamento de Husserl com relação às ciências do século XX que defendia a experiência dos sujeitos como fonte originária das ciências objetivas, embora essa origem tenha sido esquecida. Segundo o autor para Husserl a alternativa para crise na qual a ciência encontrava-se estaria justamente na consideração do conceito alemão de *Erfahrungswelt* ou mundo da experiência como uma “fonte do sentido dos conceitos científicos”, isso por que

Contemplar o mundo a partir de nossa atitude fenomenológica significa vê-lo pura e exclusivamente do modo como adquire sentido e validade existencial em nossa vida de consciência e em configurações sempre novas. (ZILLES, 2012, p. 45).

Peixoto (2003, p. 24-25) esclarece que a atitude fenomenológica está baseada em três conceitos fundamentais, a intencionalidade, a *époché* e a redução eidética, ambas componentes de uma linha de investigação filosófica que não se propõe a “explicar fatos mentais e de comportamento, mas [descrever] as essências das vivências [...] enquanto realidade qualitativa [e] forma de conhecimento”. Assim, a intencionalidade (*intentio*) é “[...] o ato de visar às coisas, ato de dar-lhes significação”.

A *époché*, segundo Peixoto (2003, p. 28-29) é uma “[...] palavra grega que significa suspensão, colocação entre parênteses”. A preposição de “ir-a-coisa-mesma significa [...] deixar que o fenômeno se mostre como é de fato”. Aquilo que aparece é o sentido e a essência do fenômeno. A redução eidética, é definida pelo autor como a “[...] descrição dos dados considerados significativos [...], das vivências da consciência”. O seu uso é destinado a “descrever a essência ou a estrutura do fenômeno”.

Ao apresentar a fenomenologia enquanto um método, Peixoto (2003, p.29-30) pontua que por meio dele é possível “alcançar o ainda não dito, o ainda não-tematizado”, sem “conclusões apressadas”, pois esse método, tal como Husserl propôs, está “aberto para a vida, para a significação das coisas, para a valorização do humano, da ética e do diálogo”.

Na Geografia, embora o uso da fenomenologia como método tenha iniciado no movimento humanista, Marandola (2013, p. 49-50) esclarece que “nem toda Geografia Humanista é fenomenológica” explicando que o objetivo central do movimento era o de buscar “alternativas ao neopositivismo e as tendências de quantificação” predominantes nos trabalhos geográficos da época, por meio de uma renovação epistemológica da disciplina, acreditando que “a geografia, ao buscar ser ciência, estava deixando de ser humana”.

A paisagem também não é o conceito central do movimento humanista e nem da Geografia Humana, ficando o conceito de lugar como a marca registrada de ambos, principalmente com os trabalhos consagrados de Tuan (1974, 1977, 1980), que cunharam os conceitos de topofilia e de topofobia significando o sentimento e o tipo de relação que os indivíduos desenvolvem com os lugares, que podem ser positivas ou negativas respectivamente. O trabalho de Buttimer (1974) sobre o mundo vivido, e a Tese de Doutorado de Relph (1976) sobre os conceitos de lugar e não lugar também foram fundamentais para consolidar esse movimento.

Apesar da ênfase dada ao conceito de lugar, o estudo da paisagem utilizando uma abordagem fenomenológica não deixou de ser considerado nas obras dos geógrafos humanistas, como lido em Relph (1976, 1989) e, especialmente na Geografia brasileira, na Tese de Doutorado de Holzer (1998).

Segundo Marandola (2013, p. 50), a fenomenologia é inserida no escopo do movimento humanista “na condição de uma filosofia” capaz de responder às inquietações de alguns desses geógrafos, inserido dentre outras questões de reflexão,

“o mundo da vida da filosofia husserliana” e a ideia de experiência geográfica. A partir de então,

[...] os geógrafos [resignificaram] a ideia de paisagem, trazendo-a da geografia francesa ou alemã, como fundamental para entender a relação homem-meio a partir [...] das atitudes num contexto histórico e cultural. (MARANDOLA, 2013, p. 50).

Para Holzer (1997, p. 77-78), os geógrafos que aderiram a esse movimento procuravam

[...] uma concepção de mundo [...] diversa da cartesiana e positivista, [...] a pretensão era relacionar de uma maneira holística o homem e seu ambiente, ou mais genericamente o sujeito e o objeto.

Na concepção de Marandola (2013, p. 50), o uso da fenomenologia para esses propósitos justificava-se porque sua essência estava em procurar “[...] levantar as experiências concretas do homem e encontrar nessas experiências uma orientação”.

Nesse intento, novos procedimentos metodológicos começam a ser aceitos no âmbito da disciplina, tal como o indicado por Claval (2001, p. 42) de ir a campo para

[...] interrogar os homens sobre a experiência que [eles] têm daquilo que os envolve [...] a maneira pela qual [eles] modelam os ambientes e desenham as paisagens para [nelas] afirmar sua personalidade, suas convicções e esperanças.

A inspiração para essa nova abordagem é proveniente da obra do professor Eric Dardel, *O Homem e a Terra – natureza da realidade geográfica*, publicada na França em 1952, e no Brasil em 2011, a qual expõe principalmente o conceito de geograficidade que, nas palavras de Marandola (2011, p. XII), “expressa a própria essência geográfica do ser-e-estar-no-mundo”, permitindo “uma compreensão fenomenológica da experiência geográfica”.

Nessa perspectiva, Dardel (2011 [1952], p. XIV) apresentou em sua obra os elementos do espaço geográfico, para depois contar a história da Geografia, priorizando em seu relato as relações que ligam os seres humanos ao espaço em que eles vivem, sendo que uma dessas relações que os unem com a Terra se mostra na paisagem, onde o Homem está inserido como um dos elementos que a constitui.

Por isso que para Dardel (2011 [1952], p. 30) a paisagem significava não apenas detalhes pitorescos justapostos, mas sim “um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma ligação interna, uma impressão, que une todos os elementos”.

Dardel (2011 [1952], p. 31-32) afirmava ainda que a paisagem “não é um círculo fechado, mas um desdobramento [...] não uma linha fixa, mas um movimento, um impulso”. Por essa razão, segundo o autor, ela não é feita apenas para se olhar, mas representa “a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social”.

Dado o impacto ainda que tardio dessa obra na Geografia Brasileira, para Marandola (2013, p. 51) ela representa “uma das sementes de todo o movimento humanista”.

Dentre as obras de geógrafos influenciados pelos escritos de Dardel, está a de Relph (1976) sobre as Fundações Fenomenológicas da Geografia, na qual o conceito de geograficidade é revisitado, abarcando os conceitos de espaço, paisagem e lugar, como integrantes da experiência do mundo vivido, em uma perspectiva fenomenológica.

Segundo Relph (1976, p. 17, tradução nossa)³, as paisagens “não possuem apenas conteúdo e substância, mas são a configuração significativa, de experiências diárias e excepcionais”. O significado de paisagem nos termos colocados pelo autor deixa claro as influências filosóficas do conceito de mundo da vida da fenomenologia husserliana atribuindo novos sentidos a esse conceito geográfico.

Relph (1989) considerou também tanto o lugar como a paisagem como parte do próprio ser dos indivíduos, com influência direta na qualidade de suas vidas, proporcionando incontáveis pequenos prazeres, estimulando os pensamentos e até mesmo viabilizando um contexto para profundas revelações. Por essa razão, em seus trabalhos sobre paisagem não tentou explicá-la por meio de modelos, teorias, ou mensurando suas qualidades visuais, mas buscou compreender os processos que caracterizam as relações de todos os seres humanos com seus respectivos ambientes e os seus significados.

³ “[...] not only have content and substance but are the meaningful setting of both everyday and exceptional experience”. (RELPH, 1976, p. 17-18).

Relph (1976, p. 29, tradução nossa)⁴ menciona ainda que os conceitos de topofilia e topofobia também podem ser estendidos para as paisagens, explicando que “ambos estão associados com o caráter das paisagens [...] e com as atitudes daqueles que [a] experienciam”.

A experiência na paisagem também foi tema da Tese de Doutorado de Holzer (1998), “Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI”, na qual o autor explorou, a partir de narrativas bibliográficas, as vivências dos nativos, dos viajantes e dos primeiros ocupantes europeus que se instalaram na costa brasileira no período do descobrimento da América.

Essa pesquisa pode ser considerada uma contribuição importante ao estudo da paisagem pelo viés fenomenológico, dentro da corrente humanista da Geografia no Brasil. O autor também foi o responsável pela tradução para o português em 2011 da obra de Dardel publicada em francês em 1952, e também pela tradução de outros trabalhos de geógrafos internacionais.

Dentre as traduções de Holzer (2004) está a apresentação dos estudos de Augustin Berque, geógrafo francês com forte influência da cultura oriental, e com vivência profissional na Universidade de *Miyagi*, no Japão, e na *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, na França.

As considerações sobre a paisagem realizadas por Berque (1984, 1994, 1995) expuseram uma interpretação de seus múltiplos aspectos relacionais, bem como o reconhecimento de seus aspectos simbólicos, com uma abordagem explicitamente fenomenológica, principalmente com o uso dos conceitos de paisagem marca e paisagem matriz, com os quais buscou expressar as relações do Homem, enquanto ser social, com seu meio, a paisagem na qual está inserido.

2.3 PAISAGEM E FENOMENOLOGIA NA VISÃO DE AUGUSTIN BERQUE

A tradição da Geografia Clássica pautada em estudos sobre a paisagem que a considerava como algo dado e existente por si só, passível de ser analisado objetivamente e excluía o Homem como elemento constituinte dela conduziu Berque (1984, 1995) a reconhecer que havia nas paisagens algo a mais a ser explorado.

⁴“Topophobia, like topophilia, is associated both with the character of landscapes and spaces and with the attitudes of those experiencing the landscape”. (RELPH, 1976, p. 29).

Nesse sentido, a primeira contribuição de Berque foi a introdução, na vertente cultural da Geografia Francesa, dos conceitos de paisagem marca e de paisagem matriz, conforme por ele explicado,

A paisagem é uma marca porque exprime uma civilização, mas é também uma matriz, porque participa de esquemas de percepção, de concepção, e de ação – isto é, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. (BERQUE, 1984, p. 33, tradução nossa)⁵.

Nesse mesmo trabalho, Berque (1984, p. 33, tradução nossa)⁶ advertiu sobre o fato de que os estudos sobre a paisagem que se concentram apenas em descrições e em inventários objetivos estão suscetíveis ao risco de perder-se de vista a noção da “paisagem enquanto um dado sensível”.

Isso porque, com base nos dois conceitos previamente apresentados, Berque (1984, p. 33, tradução nossa)⁷ considerou que “a paisagem [...] existe dentro da relação com o sujeito, um sujeito coletivo: a sociedade que a produz, e a reproduz e a transforma em função de uma determinada lógica”. Sobre essa relação intrínseca sujeito x paisagem, o autor explicou que

[...] faz-se necessário compreender que a paisagem de uma parte é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral gerada por uma política, etc. (BERQUE, 1984, p. 33, tradução nossa)⁸.

As experiências acadêmicas do autor em sociedades orientais e ocidentais fortaleceram a sua ideia de que no estudo da paisagem a tônica não está no sujeito enquanto ser individual, mas sim o sujeito enquanto coletividade formadora de sociedade.

⁵ “*Le paysage est une empreinte, car il exprime une civilisation; mais c’est aussi une matrice, car il participe des schémas de perception, de conception et d’action – c’est-à-dire de la culture – qui canalisent en un certain sens la relation d’une société et à la nature*”. (BERQUE, 1984, p. 33).

⁶ “*le paysage en tant que donné sensible*”. (BERQUE, 1984, p. 33).

⁷ “[...] *il existe d’abord dans sa relation à un sujet, un sujet collectif: la société qui l’a produit, le reproduit et le transforme en fonction d’une certaine logique*”. (BERQUE, 1984, p. 33).

⁸ “[...] *il faut comprendre le paysage en tant, d’une part, qu’il est vu par un regard, appréhendé par une conscience, valorisé par une expérience, jugé (et éventuellement reproduit) par une esthétique et une morale, géré par une politique, etc*”. (BERQUE, 1984, p. 33).

Por isso, Berque (1995) afirmou que a sociedade ocidental contemporânea é uma “civilização paisagística”, e enumerou a presença de quatro critérios indicativos dessa realidade:

1) representações linguísticas, palavras para dizer paisagem; 2) representações literárias orais ou escritas, cantadas ou descritas sobre as belezas das paisagens; 3) representações pictóricas cujo tema seja a paisagem e 4) representação em jardins, que traduzam uma apreciação propriamente estética da natureza. (BERQUE, 1995, p. 34-35, tradução nossa)⁹.

O autor explica que apenas em algumas sociedades encontram-se reunidos esses quatro critérios, sendo que o primeiro deles não é aplicado de maneira universal, conforme ele constatou ao estudar as paisagens chinesas.

Segundo Berque (1995), o conceito de paisagem, tal como propõe o modelo europeu que a representava na pintura, não se dá da mesma maneira na sociedade oriental, mas a relação dos seres humanos com seu ambiente, esse sim é um fato presente em todas as sociedades, o que do seu ponto de vista resume a natureza da paisagem.

Observa-se que a paisagem na concepção de Berque (1994, p. 05, tradução nossa)¹⁰, “não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta” e sua significação “não reside apenas no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos”, interação essa que é expressa nas experiências vividas e, portanto, não identificáveis aos olhares que intencionalmente se mostram desinteressados pelos seus significados.

Para Berque (1995, p. 171, tradução nossa)¹¹, o fato dos significados das paisagens nas quais o Homem está inserido se construir por meio das suas relações

⁹ [...] 1) des représentations linguistique [...] des mots pour dire paysage; 2) des représentations littéraires, orales ou écrites, chantant ou décrivant les beautés du paysage; 3) des représentations picturales, ayant pour thème le paysage; des représentations jardinières, traduisant une appréciation proprement esthétique de la nature” [...] “notre propre civilisation est une civilisation paysagère”. (BERQUE, 1995, p. 34-35).

¹⁰ “Le paysage ne se réduit pas aux données visuelles du monde qui nous entoure. Il est toujours spécifié de quelque manière par la subjectivité de l’observateur; subjectivité qui est davantage qu’un simple point de vue optique” [...] “Le paysage ne réside ni seulement dans l’objet, ni seulement dans le sujet, mais dans l’interaction complexe de ces deux termes”. (BERQUE, 1994, p. 05).

¹¹ “[...] ce n’est pas donner carte blanche à la subjectivité, qu’elle soit individuelle ou collective”. (BERQUE, 1995, p. 171).

com ela, não significa “dar carta branca a subjetividade, seja ela individual ou coletiva”, mas sim considerá-las de forma humanizada.

Por tudo isso, Berque (1995) critica a relação atual da sociedade ocidental com as paisagens, principalmente aquelas denominadas turísticas, por não haver, por parte dos visitantes contemporâneos os devidos questionamentos sobre as motivações e os significados que essas paisagens contêm, mas apenas um frenesi em fotografar sem a intenção de contemplar e apreender os seus significados. Convém mencionar também que a ausência de questionamento sobre as paisagens não é exclusividade da atividade turística, mas faz parte da realidade diária dos sujeitos que, por estarem habituados ao seu meio, não possuem a curiosidade de conhecê-lo.

Diante dessa realidade, segundo Berque (1995), o caráter relacional da paisagem contribui para que os sujeitos percebam o sentido do mundo em que estão inseridos, pois segundo o autor é improvável que uma sociedade sobreviva em um mundo privado de sentido, e por essa razão aconselha a não negligenciar os aspectos humanos contidos nas paisagens.

Em síntese, Berque (1984) apresentando uma perspectiva fenomenológica sobre a questão do estudo e da compreensão da paisagem afirmou que

O que está em questão não é somente a visão, mas todos os sentidos; não apenas a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim não é apenas o indivíduo, mas tudo com o que a sociedade o condiciona e o ultrapassa. (BERQUE, 1984, p. 33, tradução nossa).¹²

Nessas considerações, observa-se que o uso de alguns elementos da fenomenologia como uma metodologia de investigação que se propõe a buscar a essência das coisas, por meio da consciência dessas coisas, fornece o apoio necessário para a compreensão apurada dessa relação entre o homem e as paisagens em que ele vive ou se insere, permitindo acesso aos fatores não observáveis que se tornam visíveis apenas quando descritos por aqueles que a vivenciam, seja no dia-a-dia ou esporadicamente.

Assim, dentro do escopo dessa pesquisa, que considera a paisagem enquanto um patrimônio, e tem especial interesse nas experiências daqueles que a vivenciam, para explorar as possibilidades do seu uso consciente como recurso para o turismo,

¹² [...] *ce qui est en cause, ce n'est pas seulement la vue, mais tous les sens; ce n'est pas seulement la perception, mais tous les modes de relation de l'individu au monde; enfin ce n'est pas seulement l'individu, mais aussi tout ce en quoi la société le conditionne et le dépasse.* (BERQUE, 1984, p. 33).

o próximo capítulo busca apresentar a trajetória de evolução desses conceitos, demonstrando como a paisagem ascendeu ao *status* de patrimônio, para então relacioná-la com o turismo, atividade que busca promover o que Santana (2009) denomina de um “encontro” entre os sujeitos que visitam e aqueles que são visitados. A paisagem nesse contexto seria a principal motivação para esse acontecimento.

3 INTERFACES: PATRIMÔNIO, PAISAGEM E TURISMO

Este capítulo apresenta em seu primeiro tópico a evolução do conceito de patrimônio, com base nas Cartas Patrimoniais compiladas por Cury (2000), nos documentos elaborados pela UNESCO, pelo ICOMOS, pelo IPHAN, pela legislação brasileira, e nas discussões de Lemos (1985), Jeudy (1990), Choay (2001), Meneses (1992, 2002), Fonseca (2009), os quais abordaram a institucionalização dos bens culturais, por meio do processo histórico da ampliação do significado de monumento para monumento histórico, desse para patrimônio, e desse último para a paisagem. No segundo tópico apresenta-se a evolução da abordagem da paisagem nos documentos patrimoniais, principalmente com a adoção do termo paisagem cultural discutido na Recomendação Europeia (1995), em material publicado pela UNESCO, Mitchell; Rössler e Tricaud (2009), pelo IPHAN (2008) e no documento Brasil (2009). No terceiro tópico são discutidas as possibilidades dessa paisagem-patrimônio constituir-se em recurso ao desenvolvimento do turismo cultural, considerando para isso principalmente os apontamentos de Barreto (2000, 2003, 2005), MacDonald (2004), Richards (2003) e Santana (2009) sobre esse tema.

3.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

A temática patrimonial se faz presente no escopo da Geografia devido ao fato dessa disciplina se dedicar ao estudo das sociedades e dos fenômenos que lhes são inerentes. No *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*, o conceito de patrimônio é descrito por Lazzarotti (2003, p. 692-693, tradução nossa)¹³, como aquilo que

[...] merece ser transmitido do passado para encontrar um valor no presente, [...] um conjunto de atributos, de representações e práticas fixadas sobre um objeto não contemporâneo (coisa, obra, edificação, sítio, paisagem, prática).

Historicamente, Choay (2001, p. 17) afirma que a formulação do conceito de patrimônio é resultado de uma invenção das sociedades ocidentais na busca por construir o tempo histórico e uma imagem de si própria e representa uma transformação semântica do sentido original do termo monumento, “do latim,

¹³ “Ce qui est censé mériter d’être transmis du passé, pour trouver une valeur dans le présent [...] un ensemble d’attributs, de représentations et de pratiques fixé sur un objet non contemporain (chose, oeuvre, bâtiment, site, paysage, pratique)”. (LAZZAROTTI, 2003, p. 692-693).

monumentum, que deriva de *monere*, (advertir lembrar)”, significando tudo aquilo que fosse edificado para rememorar ou fazer gerações futuras rememorem fatos remarcáveis do passado, podendo contribuir para manter e preservar identidades.

Isso porque de acordo com Choay (2001, p. 18),

Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança [...], ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento.

No entanto, este sentido de memória foi se perdendo ao longo da história das sociedades ocidentais e os referenciais de origem foram gradativamente sendo substituídos por outros objetos e outras práticas de rememoração como, por exemplo, a apreciação das antiguidades e da coleção, registro iconográfico e elaboração de dossiês com descrições sobre objetos antigos no século XV, o que Choay (2001) vai descrever como a origem do monumento histórico.

Nos séculos seguintes, segundo Choay (2001, p. 20), o ideal de memória vai sendo substituído pelo ideal de beleza, pelo conceito de arte que surgia, e “pelo desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais” apoiadas na escrita e na imprensa.

Por essa razão Choay (2001, p. 26) explica que o sentido de monumento histórico difere da ideia original de monumento porque ou ele é “constituído em objeto de saber integrado numa concepção linear do tempo [...] ou como obra de arte [...] sem a mediação da memória ou da história”.

O apogeu da sequência evolucionária do sentido de monumento viria com o conceito de patrimônio, com o advento da Revolução Francesa de 1789 e a criação dos Estados Nacionais. Choay (2001) indica também como origem para o conceito de patrimônio a reconstrução da cidade de Paris, empreendida pelo Barão Georges Eugène Haussmann, no período de 1853 e 1869, a qual destruiu parte da cidade medieval, com o objetivo de modernizá-la por meio da construção de avenidas amplas, realização de obras sanitárias, criação de jardins ingleses para embelezamento paisagístico e, principalmente, construções de prédios públicos monumentais, os quais seriam os novos patrimônios.

Para Jeudy (1990) essa reconsideração sobre a “função tradicional do monumento pressupõe que o patrimônio seja objeto de um investimento no tempo presente e que não consista em recordar e consagrar o passado”, devido ao fato de

que atualmente o termo monumento passou a dar significado a uma variedade maior de elementos, que passaram a ser entendidos como patrimônios, transferindo a concepção tradicional de monumentalidade, antes restrita aos bens construídos, também aos bens de caráter natural e imaterial.

De forma sintetizada, Llull (2005, p. 203) apresenta a evolução histórica desse conceito, hoje compreendido como patrimônio, demonstrando a função de investimento atribuída aos patrimônios, por meio de uma exploração adequada, que do ponto de vista dessa pesquisa pode acontecer por intermédio do turismo. (QUADRO 1).

Época	Concepção de patrimônio
Idade Antiga	Coleção de riquezas, raridades e antiguidades de caráter extraordinário ou de grande valor material, indicadores de poder, de luxo e prestígio.
Grécia, Roma e Idade Média	Valorização estética e herança cultural de interesse pedagógico
Renascimento e séculos XVI – XVIII	Objetos artísticos especialmente belos ou meritórios, também valorizados por sua dimensão histórica e rememorativa.
Século XIX e início do século XX	Conjunto de expressões materiais ou não materiais que explicam, historicamente, a identidade sociocultural de uma nação.
1945 - 1980	Elemento essencial para a emancipação intelectual, para o desenvolvimento cultural e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, portador de potencial socioeducativo, econômico e cultural.
Atualidade	Riqueza coletiva de importância crucial para a democracia cultural exigindo compromisso ético e a cooperação de toda a população para garantir tanto sua conservação como sua exploração adequada.

QUADRO 1 – EVOLUÇÃO CONCEITO DE PATRIMÔNIO

FONTE: ADAPTADO DE LLULL (2005, P. 203).

ORGANIZAÇÃO: A AUTORA (2016).

Diante dessas transformações e evolução Choay (2001, p. 11) utiliza a seguinte definição para o conceito contemporâneo de patrimônio,

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os *savoir faire* dos seres humanos.

O conceito de patrimônio, atualmente entendido como um bem coletivo, é também um bem institucionalizado, em âmbito internacional, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que conta com o apoio técnico do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), em âmbito nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e em âmbito local pelas secretarias de cultura estaduais e municipais e fundações, sendo que essas instituições atuam, dentro de suas possibilidades e limitações, no sentido de fomentar ações de salvaguarda e proteção que permitam a continuidade dos patrimônios no tempo e no espaço.

A UNESCO¹⁴ é uma instituição não governamental que estabeleceu em 1972 o Comitê do Patrimônio Mundial, com escritório central em Paris, e conta com representantes de vinte e um países. É responsável pela nomeação, inscrição e monitoramento do estado de conservação das propriedades que figuram na Lista do Patrimônio Mundial. Enquanto que, as propriedades consideradas ameaçadas são inscritas na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

A Recomendação de Paris (1972) redigida no mesmo ano em que foi estabelecido o Comitê do Patrimônio Mundial definiu o termo patrimônio e fez distinção entre aqueles de caráter cultural e natural. Conforme consta em seu artigo 1º, patrimônio cultural refere-se aos

[...] monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; os lugares notáveis: obra do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (IPHAN, *online*, s.d, p. 2).

No artigo 2º dessa recomendação, patrimônio natural refere-se aos

[...] monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do

¹⁴ UNESCO. **World Heritage**. Disponível em < <http://whc.unesco.org/en/about/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

ponto de vista estético ou científico; os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico. (IPHAN, *online*, s.d, p. 2-3).

No Brasil, o IPHAN¹⁵ é a principal instituição responsável pela proteção do patrimônio cultural nacional possuindo vinte e sete superintendências estaduais, trinta e um escritórios técnicos e quatro unidades especiais que coordenam, planejam, operacionalizam e executam as ações de preservação, tendo as diretrizes da UNESCO como referência. Sob a responsabilidade do IPHAN encontram-se também os bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

No Estado do Paraná as ações de tombamento, restauração e conservação do patrimônio realizadas pelo IPHAN se dão em conjunto com a Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria da Cultura, que é responsável pelos assuntos referentes à preservação do patrimônio arqueológico, artístico, histórico e natural, em nível estadual, e também com as secretarias municipais em nível local.

Contudo, observa-se na literatura que a preocupação com a proteção do patrimônio em seus diversos aspectos e modalidades já era objeto de discussão em diversos países, antes mesmo de sua institucionalização internacional e nacional, conforme demonstra Cury (2000) na coletânea de documentos resultantes de discussões sobre a temática patrimonial, sob as denominações de Carta, Recomendação, Normas, Compromisso, Declaração, Convenção, Seminário, Manifesto, Conferência, Documento e Decisão no período de 1931 a 1999. (QUADRO 2).

Ano	Local	Assunto
1931	Grécia, Atenas	Carta de Atenas – Definição, conservação e restauração dos monumentos
1933	Grécia, Atenas	Carta de Atenas – Condições da cidade (habitar, trabalhar, recrear-se, circular)
1956	Índia, Nova Delhi	Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisa arqueológica.
1962	França, Paris	Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios
		Carta de Veneza – Conservação e restauração de monumentos e sítios

¹⁵ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O IPHAN**. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

1964	França, Paris	Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedade ilícita de bens culturais
1967	Equador, Quito	Normas de Quito – Conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico
1968	França, Paris	Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas
1970	Brasil, Brasília	Compromisso de Brasília – I Encontro dos governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais
1971	Brasil, Salvador	Compromisso de Salvador – II Encontro de governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil
1972	Itália	Carta do Restauero.
	Suécia, Estocolmo	Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano
	França, Paris	Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural
1974	República Dominicana, São Domingos	I Seminário interamericano sobre experiências na conservação e restauração do patrimônio monumental dos períodos colonial e republicano
1975	Holanda, Amsterdã	Declaração de Amsterdã. Congresso do patrimônio arquitetônico europeu. Ano internacional do patrimônio europeu
		Manifesto de Amsterdã sobre o patrimônio arquitetônico
1976	Quênia, Nairóbi	Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea
1977	Peru, Machu Picchu	Carta de Machu Picchu. Encontro internacional de arquitetos
1980	Austrália	Carta de Burra – orientação para a conservação e para a gestão de sítios com significado cultural
1981	Itália, Florença	Carta de Florença – sobre jardins e sítios históricos
1982	Quênia, Nairóbi	Declaração de Nairóbi – sobre o estado do ambiente em nível mundial
	México, Tlaxcala	Declaração de Tlaxcala. 3º Colóquio interamericano sobre a conservação do patrimônio monumental. Revitalizações das pequenas aglomerações
1985	México	Declaração do México. Conferência Mundial sobre as políticas culturais
1986	Estados Unidos, Washington	Carta de Washington – Carta Internacional para a salvaguarda das cidades históricas
1987	Brasil, Petrópolis	Carta de Petrópolis. I Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de Centros Históricos
1989	Brasil, Cabo Frio	Carta de Cabo Frio Vespuciana – Encontro de civilizações nas Américas
	França, Paris	Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular
1990	Suíça, Lausanne	Carta de Lausanne para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico
1992	Brasil, Rio de Janeiro	Carta do Rio. Conferência Geral das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento
1994	Japão, Nara	Conferência de Nara sobre autenticidade
1995	Brasil, Brasília	Carta de Brasília – Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade
	Europa	Recomendação nº R (95) 9 sobre paisagens culturais
1996	Bulgária, Sofia	Carta Internacional do ICOMOS sobre proteção e gestão do patrimônio cultural subaquático

		Declaração de Sofia – XI Assembleia Geral do ICOMOS
1997	Argentina, Mar del Plata	Documento do Mercosul – Carta de Mar del Plata sobre o patrimônio intangível
	Brasil, Fortaleza	Carta de Fortaleza sobre patrimônio imaterial – estratégias e formas de proteção
1999	Colômbia, Cartagena de Índias	Decisão 460 sobre proteção e recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina

QUADRO 2 – DOCUMENTOS PATRIMONIAIS DE 1931 A 1999

FONTE: ADAPTADO DE CURY (2000).

ORGANIZAÇÃO: A AUTORA (2016).

Este quadro demonstra a evolução da temática patrimonial, desde as primeiras conceituações que definiram o que deveria ser considerado monumento, as formas de proteção e restauração, e a preocupação com as paisagens circundantes, estendida posteriormente aos conjuntos urbanos das cidades históricas e à cultura imaterial de seus habitantes. Esses documentos expressaram também a consideração do meio ambiente como um patrimônio comum a todas as sociedades, bem como a preocupação com outras modalidades de patrimônio tais como os jardins, os patrimônios arqueológicos, etnológicos, paleontológicos e subaquáticos.

Na década de 2000, outros documentos trataram o conceito de patrimônio como, por exemplo, a Recomendação Paris 2003 sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Com relação específica à paisagem estão a Carta de Bagé de 2007 sobre a paisagem cultural e a Portaria do IPHAN em 2009 sobre a instituição da Chancela da Paisagem Cultural como instrumento de reconhecimento e gestão patrimonial.

Fonseca (2009, p. 81), em seu estudo sobre a trajetória do patrimônio no Brasil, explica que o uso desse conceito tem início na década de 1920, momento em que “já estavam [...] em funcionamento os grandes museus nacionais”, mas as instituições públicas “não [...] dispunham de meios para proteger os bens que não integravam essas coleções, sobretudo os bens imóveis”. A autora ressalta ainda que, nesse período, o interesse de preservação recaía sobre as cidades históricas abandonadas e as obras de arte que estavam sendo roubadas do país.

Essa situação reflete a tendência internacional descrita nos documentos compilados por Cury (2000), nos quais as primeiras considerações sobre o patrimônio estavam atreladas à monumentalidade de bens isolados, como por exemplo, as obras de arte e as construções religiosas. Nesse contexto, a paisagem ainda não era

reconhecida como um patrimônio digno de conservação, mas tinha um sentido de ambiência que valorizava esses bens.

Apesar desse enfoque e da falta de recursos destinados ao patrimônio brasileiro de forma geral, Lemos (1985, p. 37) contribui com o entendimento da questão mencionando algumas ações que indicavam uma preocupação com a preservação para além das obras de arte. Nesse sentido, o autor cita o projeto de lei de 1923 do deputado Luiz Cedro, “sugerindo a criação de uma Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil”, com a finalidade “de conservar os imóveis públicos ou particulares” que representassem um valor nacional, e o projeto de lei do governador mineiro Presidente Mello Vianna, de 1925, que mencionava os bens móveis, como os “objetos, [...] a serem conservados”.

É importante destacar que mesmo com essas iniciativas, na época, não estava claro, como ainda não está nos dias atuais, a ideia do que poderia ser considerado como nacional, sendo que a preocupação com as questões relativas ao patrimônio permanecia como objeto de atenção de um grupo seletivo de intelectuais, e não da população.

Foi nesse contexto que segundo Lemos (1985) o projeto de Mario de Andrade, de 1936, buscou apresentar uma nova concepção de patrimônio nacional, na qual estavam contempladas

[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, e a organismos sociais e a particulares nacionais, [...] e estrangeiros residentes no Brasil. (LEMO, 1985, p. 38-39).

O diferencial desse projeto residia na consideração dos artefatos nacionais e expressões populares como dignas de figurar dentre os bens considerados como patrimônio.

Fonseca (2009, p. 84) relata que para Mário de Andrade “o conhecimento do Brasil se fazia na literatura, via criação, e na ciência, via observação e pesquisa”, pois para o autor a ênfase não estava na construção imediata de uma identidade nacional, pois via isso como uma ação para o futuro, que deveria “ser precedida por um trabalho de análise e de conhecimento das raízes culturais brasileiras”, e era com esse objetivo

que empreendia suas viagens pelo Brasil registrando em seus escritos¹⁶ o que reconhecia como o verdadeiro aspecto nacional brasileiro.

Foi essa perspectiva sobre o que seria o patrimônio brasileiro que fez do projeto de Mário de Andrade algo inovador para a sua época, pois uma abordagem ampliada do conceito de patrimônio só teria lugar em documentos internacionais décadas mais tarde, porque a sua execução demandava uma estrutura administrativa e financeira ainda não existente no país, impedindo que o mesmo fosse colocado em prática, conforme idealizado, tendo sido apenas aproveitado em partes na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) que passou a funcionar oficialmente, segundo Fonseca (2009, p. 97), “a partir da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937”.

Na Lei nº 378, conforme consta no documento Brasil (1937, não paginado), os objetivos do SPHAN, constantes no artigo 46º, era de “promover, em todo o país e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional”.

Segundo Meirelles (1991), a palavra *tombar* é originária do Direito Português e tem como significado realizar a inscrição ou inventário de algo. Nesse sentido é que o Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937 institui o ato do tombamento como o principal recurso para assegurar a proteção dos bens culturais de natureza material, por meio da inscrição em um dos livros do tombo, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes Aplicadas, conforme especificado no artigo 4º.

De acordo com a legislação brasileira, Brasil (1937, não paginado), no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (LAEP) deveriam ser inscritos os bens das categorias de artes arqueológicas, etnográficas, ameríndia e popular, bem como os monumentos naturais, as paisagens e sítios que importassem serem conservados por sua singularidade. No Livro do Tombo Histórico (LH) deveriam ser inscritos os elementos e as obras de arte de interesse e importância histórica. No Livro do Tombo das Belas Artes (LBA) e no Livro do Tombo das Artes Aplicadas (LAA) deveriam ser inscritos as obras de arte erudita e aplicada fossem elas nacionais ou estrangeiras. Atualmente, segundo Fonseca (2009, p. 49), o LAA se encontra “em desuso, e dele constam apenas quatro inscrições”.

¹⁶ ANDRADE, Mário de. **O visitante aprendiz**. Duas cidades: São Paulo, 1976.

Silva (2012a) explica que o ato de inscrição em um destes livros determina as diretrizes de conservação estabelecidas pelo órgão responsável pelo tombamento, além disso, o bem tombado pode ser de caráter público ou privado e também voluntário ou compulsório, sendo definitivamente tombado apenas quando se conclui o processo e o mesmo é inscrito em um dos livros apropriado a sua categoria.

É importante destacar que nas quatro décadas que sucederam a criação do SPHAN, denominadas pela própria instituição de “fase heroica”, foi dada uma prioridade ao tombamento dos bens de arquitetura religiosa luso-espanhola, sendo que segundo Fonseca (2009, p. 110) foi sobre esses “bens imóveis dos séculos XVI, XVII e XVIII, que a instituição desenvolveu a maior parte de suas pesquisas”.

Fonseca (2009, p. 113) também indicou 803 bens tombados, no período de 1937 até o final de 1969, dentre eles “368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais”.

Para Fonseca (2009, p. 114), isso reflete a realidade dos primeiros anos do SPHAN, nos quais a preocupação de seus primeiros técnicos estava em tomar os bens dotados, do ponto de vista deles, de um valor artístico em detrimento dos valores históricos. Por essa razão, a autora afirma ainda que “a constituição do patrimônio no Brasil foi realizada a partir de uma perspectiva predominante estética” devido ao quadro profissional da instituição ser composto prioritariamente por arquitetos.

Cabe mencionar que essa preocupação estética com os bens selecionados em nada contribuía para o acesso ao conhecimento sobre o patrimônio histórico e artístico nacional a todas as camadas da população, tal como idealizara Mário de Andrade, perpetuando dessa forma um distanciamento entre as comunidades e a instituição, cujas ações de divulgação do trabalho que estava sendo realizado ficavam restritas aos integrantes do meio científico por meio de publicações, conferências, e cursos voltados a um grupo seleto de intelectuais.

Lemos (1985, p. 84) utiliza a expressão “deseducação coletiva” com relação ao patrimônio nacional para descrever essa situação, afirmando que a população brasileira carecia, e pode-se dizer que ainda carece, de uma “educação de massa no que diz respeito à memória coletiva”, sendo que a dificuldade em alcançar esse ideal reside no fato mencionado por Fonseca (2009, p. 143) da “ênfase dada aos monumentos da cultura do colonizador” excluindo do escopo da preservação “as manifestações culturais [...] e [...] a cultura popular”, desde a fundação do SPHAN.

Fonseca (2009) relata que na década de 1970, o SPHAN entra em sua “fase moderna” com uma perspectiva modificada sobre o conceito de patrimônio, devido a influência que a UNESCO tinha sob a instituição, bem como o conteúdo das cartas patrimoniais, em especial as Normas de Quito de 1967, que enfatizava o potencial turístico do patrimônio como via de desenvolvimento econômico, não entendendo como conflitante a relação entre ambos. Essa ideia foi verificada no seguinte trecho do documento descrito por Cury (2000, p. 112),

[...] os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se aos interesses turísticos [...] um monumento adequadamente restaurado, um conjunto urbano valorizado, constituem [...] uma lição viva de história.

Não obstante o otimismo contido nas Normas de Quito com relação ao uso dos patrimônios para finalidades turísticas, faz-se necessário atentar-se ao fato de que as referências positivas mencionadas no texto do documento são relacionadas com as experiências dessa modalidade de turismo no continente europeu, cuja realidade econômica, social e cultural é distinta de muitos dos países que naquele momento eram signatários das referidas Normas.

No Brasil, o turismo com base nos patrimônios não alcançou de imediato o “sucesso” descrito nas Normas de Quito, e pode-se dizer que o país ainda não vive esta realidade de valorização de seus bens culturais tal como ocorre na Europa, mas caminha em direção a um cenário mais positivo em comparação com a década de 1970, pois de acordo com dados do Ministério do Turismo, Brasil (2010), nas pesquisas sobre o dimensionamento do turismo doméstico e da demanda internacional, o turismo cultural ocupou o terceiro lugar no ranking de motivação para a realização de viagens domésticas e a cultura brasileira apareceu como principal motivação das viagens realizadas ao país.

Retomando a discussão do patrimônio brasileiro na década de 1970, Cury (2000, p. 137-143) menciona o Compromisso de Brasília, no qual governadores de Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais comprometeram-se a dar apoio “à política de proteção aos monumentos, à cultura tradicional e a natureza” e o Compromisso de Salvador cujo objetivo era conceder “[...] apoio à política de proteção

aos bens naturais de valor cultural” incluindo-se aí as paisagens e os conjuntos urbanos.

As discussões do Compromisso de Brasília em 1970 e do Compromisso de Salvador em 1971 foram também decisivas no sentido de descentralizar as ações do então Departamento do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (DPHAN), pois segundo Fonseca (2009, p. 142-143), em síntese recomendava-se

[...] que os estados e municípios exercessem uma atuação supletiva à federação na proteção dos bens culturais de valor nacional, e assumissem, sob a orientação técnica do então DPHAN, a proteção dos bens de valor regional [...] criando quando fosse o caso instituições e legislações próprias.

Tendo como base esses encontros e as diretrizes estabelecidas pela UNESCO para a preservação do patrimônio, o governo brasileiro empreendeu algumas ações como, por exemplo, a criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas em 1973, cujo objetivo, conforme descrito por Fonseca (2009, p. 143) foi “criar infraestrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do nordeste”, buscando a inserção do hoje denominado turismo cultural no contexto brasileiro.

Outro avanço das discussões sobre o patrimônio brasileiro foi a criação do Centro Nacional de Referência Cultural em 1975, segundo Fonseca (2009, p. 144) com o interesse de “atualizar a reflexão sobre a realidade brasileira e buscar formulações adequadas para a compreensão da cultura”. Nesse ponto entende-se que a ênfase nos fazeres e saberes populares foram também um avanço institucional representando uma tentativa de aproximação com a população brasileira, valorizando a cultura popular e incentivando o fomento de ações turísticas tendo como objetivo mostrar esses elementos como um atrativo, desvinculando-se aos poucos da concepção de patrimônio até então restrita às construções e aos grandes monumentos.

Na década de 1980, Fonseca (2009, p. 158) afirma que não é mais “[...] pela seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação” do patrimônio brasileiro.

A redação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216º, vai demonstrar as modificações sobre o entendimento do conceito de patrimônio, ao passar a considerar como tal os:

[...] bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas, tecnológicas, as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticas - culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (BRASIL, 1988, *online*, não paginado).

Fonseca (2009, p. 179) menciona que nas décadas de 1970 e 1980, “em termos dos instrumentos de preservação [...] praticamente não se recorreu, no Brasil, em nível federal, a formas alternativas as do tradicional instituto do tombamento”. Apenas na década de 1990 que novos instrumentos começam a ser utilizados, tais como a Chancela da Paisagem Cultural, adotada pela UNESCO, e os mecanismos para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial discutido na Recomendação Paris de 2003 e adotados no Brasil com a criação do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) em 2004 pelo IPHAN.¹⁷

A partir da criação desse Departamento os instrumentos de proteção do patrimônio imaterial brasileiro passaram então a ser o Registro de Bens Culturais Imateriais e o Inventário de Referências Culturais, com o objetivo de reconhecer, identificar e dar continuidade a estes bens, que podem ser inclusos nos livros de registro nas categorias de saberes, formas de expressão, celebrações e lugares, conforme Mario de Andrade já preconizava em meados da década de 1930.

Atualmente, o ato de tombamento permanece como o principal instrumento de proteção ao patrimônio utilizado pelo IPHAN, e por mais que o envolvimento da população e o usufruto dos bens culturais brasileiros tenham sempre sido atividades restritas a pequenos grupos intelectuais da elite, que decidiam inclusive quais bens eram dignos de serem conservados, e da consequente dissociação entre a educação popular e o patrimônio citada por Lemos (1985) e Fonseca (2009), essa situação mostra sinais de superação, na medida em que surgem no âmbito da instituição novas formas de proteção, as quais propõem em seu escopo uma gestão patrimonial compartilhada.

Nessa perspectiva, com uma ênfase na paisagem enquanto um patrimônio das sociedades, essa pesquisa buscou demonstrar como o campo de estudo do

¹⁷ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrumentos de Salvaguarda**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>>. Acesso em: 08 set. 2016.

patrimônio evoluiu em sua compreensão cultural e espacial, passando do monumento histórico às paisagens para explorar a relação entre essa paisagem-patrimônio e os sujeitos que as vivenciam, seja habitando-as ou apenas visitando-as, como ocorre no caso da atividade turística.

Para isso, nos próximos tópicos apresenta-se a evolução da abordagem do conceito de paisagem em documentos internacionais, que culminaram na instituição de um novo instrumento de reconhecimento e gestão do patrimônio, a Chancela da Paisagem Cultural, adotado pela UNESCO na década de 1990 e mais recentemente pelo IPHAN no ano de 2009 para, na sequência, apontar as possibilidades que essa paisagem-patrimônio portadora de marcas e marcos humanos que testemunham e contam a história de uma localidade possui de ser utilizada como recurso para o turismo, na medida em que a partir de sua interpretação podem surgir novos sentidos e significados para o encontro que se dá entre visitantes e populações visitadas.

3.2 A TRAJETÓRIA DA PAISAGEM – DO ENTORNO AO PATRIMÔNIO

Os estudos geográficos nas escolas humanistas e culturais proporcionaram um entendimento sobre o conceito de paisagem enquanto formas dinâmicas em permanente transformação que abriga elementos materiais e imateriais da cultura, o que permite atualmente a consideração da mesma como um patrimônio.

No entanto, conforme descrito nos primeiros documentos internacionais, compilados por Cury (2000), sobre monumentos e patrimônios, a paisagem não é mencionada na maioria deles, e nos poucos em que ela aparece seu sentido não é de um patrimônio, mas sim de entorno e de ambiência.

Na Carta de Atenas de 1931, sobre os monumentos históricos, descrita por Cury (2000, p. 14) observa-se uma preocupação com a estética e os entornos, especialmente no trecho no qual se recomenda que “algumas perspectivas particularmente pitorescas deveriam ser conservadas” e também que “plantações e ornamentações vegetais convenientes” deveriam ser estudadas e inseridas para “conservar o caráter antigo” dos monumentos. Esse documento apresenta uma concepção de paisagem como a “moldura” de um quadro mais amplo, um elemento secundário, relacionado principalmente à visibilidade dos monumentos antigos.

Na Recomendação Paris de 1962, sobre a proteção e salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, conforme descrita por Cury (2000, p. 82), mesmo com a consideração desses elementos como importantes aos aspectos “físico, moral

e espiritual” da vida humana, eles ainda não eram compreendidos como patrimônio, e sim como o “entorno de”, conforme esclarece o seguinte trecho:

[...] disposições especiais deveriam ser tomadas para assegurar a salvaguarda de algumas paisagens e de determinados sítios, tais como as paisagens e sítios urbanos, que são, geralmente, os mais ameaçados [...] uma proteção especial deveria ser assegurada as proximidades dos monumentos. (CURY, 2000, p. 83).

Segundo Cury (2000, p. 84), as medidas de salvaguarda mencionadas nesse documento demonstram uma concepção de paisagem como elemento estético e ambiental que deveria ser considerada nos planejamentos urbanos, rurais, regionais, e em sítios isolados, recomendando em linhas gerais que se evitassem as construções em desarmonia com a ambiência local, a poluição visual advinda da publicidade nas áreas urbanas, a poluição do ar e da água, e o “desmatamento, inclusive [a] destruição de árvores que contribuem para a estética da paisagem, particularmente as que margeiam as vias de comunicação ou as avenidas”.

Na Carta de Veneza de 1964, sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, segundo lê-se em Cury (2000, p. 92), as considerações sobre paisagem permaneciam direcionadas ao entorno dos monumentos, ressaltando que nesse documento a concepção antes restrita a grandes obras passou a considerar os sítios urbanos ou rurais e também as “obras modestas que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural”.

Nas Normas de Quito de 1967, sobre a conservação e a utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, segundo Cury (2000), a paisagem ainda não era considerada um patrimônio, mas enfatizava-se a obra humana representada nas construções monumentais, conforme demonstra o seguinte trecho:

[...] os lugares pitorescos e outras belezas naturais, [...] não são propriamente monumentos nacionais. A marca histórica ou artística do homem é essencial para imprimir a uma paisagem ou a um recinto determinado essa categoria específica. (CURY, 2000, p. 106).

É possível notar nesse documento o enfoque dado ao valor econômico dos patrimônios e ao incentivo à promoção desses em atrativos para o turismo. A expectativa era promover o progresso em países em fase de desenvolvimento.

Nas Recomendações de Nairóbi de 1976, sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e a sua função na vida contemporânea, a noção de monumento cede lugar ao conceito de conjunto histórico, cuja definição dada foi, segundo Cury (2000, p. 219),

[...] todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no meio rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural.

Neste documento, a paisagem foi abordada no sentido de ambiência, o que conforme Cury (2000, p. 220) significa “o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço”. Há ainda a consideração da concepção estética da paisagem expressa na preocupação de uniformização e despersonalização dos conjuntos, mas a paisagem em si não possuía ainda o sentido de patrimônio.

Na Carta de Florença de 1981, sobre a proteção dos jardins históricos, a paisagem ganha uma valoração distinta dos documentos patrimoniais anteriores, passando a ser considerada não apenas pelos seus aspectos estéticos e naturais, com destaque para a vegetação, mas também pelos seus aspectos históricos, não se restringindo a um entorno ou a uma ambiência, mas a um sítio histórico, aproximando-se da concepção de paisagem como patrimônio, especialmente nesse trecho transcrito por Cury (2000, p. 254): “um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior”.

Na Carta de Washington de 1986, sobre a salvaguarda das cidades históricas, de acordo com Cury (2000), a paisagem não foi considerada como patrimônio, mas sim como o entorno natural ou construído dos monumentos.

Para Ribeiro (2007, p. 40), ainda que esses documentos tenham sido de grande importância para a valorização da paisagem, eles contribuíram para a manutenção de uma “visão dual entre um determinado bem e a paisagem” onde ela era valorizada somente quando atribuía “sentido a um bem mais importante”, no caso, aos monumentos históricos.

Figueiredo (2014, p. 112) também considera que o tratamento das paisagens nestes documentos

[...] remetiam mais a ideia de beleza do ambiente natural associada à noção de monumento natural, ou como pano de fundo ou entorno dos monumentos históricos [...] estabelecendo uma hierarquia entre o bem principal e o secundário (*a paisagem*).

Diferente de todas as menções feitas com relação à paisagem nos documentos patrimoniais até meados da década de 1990, a Recomendação nº R (95) 9 discutiu a conservação integrada das áreas de paisagens culturais europeias buscando alcançar uma relação equilibrada entre sociedade e meio ambiente por meio de políticas paisagísticas propostas pelos Estados-membros do Conselho da Europa. (IPHAN, 1995).

Nessa Recomendação, segundo o IPHAN (1995, p. 3), a paisagem é considerada detentora de um “triplo significado cultural” ao ser definida e caracterizada por meio “da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou por uma comunidade” pelo “testemunho ao passado e ao presente do relacionamento existente entre os indivíduos e seu meio ambiente” e pela ajuda que fornece em “especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições”. Enquanto que as áreas de paisagem cultural são descritas como sendo as

[...] partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço, e quanto de valores reconhecidos têm adquirido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (IPHAN, 1995, p. 3).

Além disso, a Recomendação nº R (95) 9 considerou as áreas de paisagens culturais como recurso socioeconômico a ser utilizado como propulsor do desenvolvimento local citando as atividades relacionadas ao turismo como exemplo, com a ressalva de esse ser pautado em um planejamento que conserve a integridade e o caráter dessas paisagens. (IPHAN, 1995).

Essas considerações sobre a paisagem e as áreas de paisagem cultural estão em consonância com as concepções fenomenológicas sobre a paisagem expressas nos trabalhos dos geógrafos Dardel (2011 [1952]), Relph (1976, 1989), Holzer (1998, 1999), e Berque (1984, 1994, 1995) na medida em que tal como discutidos por esses autores, priorizam-se os significados relacionais contidos na paisagem.

No Brasil, a abordagem da paisagem em documentos sobre patrimônio foi realizada de forma direta demonstrando um entendimento de que esta não estava relacionada apenas com o entorno de outros monumentos, mas era também um bem a ser conservado, conforme descrito no Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937, no qual ela figura como elemento a ser considerado por sua singularidade, e na Constituição Federal de 1988, na qual os sítios de valor paisagístico são considerados como patrimônio.

No âmbito regional brasileiro, o Estado do Paraná, local de interesse dessa pesquisa, devido à localização do objeto de estudo, a Lei nº 1211 de 16 de setembro de 1953¹⁸, sobre o patrimônio histórico, artístico e natural, já mencionava em seu artigo primeiro a importância da preservação das paisagens, tanto por suas características naturais como por aquelas modeladas pela ação humana.

A Carta de Petrópolis de 1987, resultado do I Seminário Brasileiro para preservação e revitalização de centros históricos, segundo Cury (2000), é um documento que apresenta uma concepção mais próxima da paisagem como um patrimônio, ainda que de forma não explícita, além de considerar as experiências dos sujeitos como parte integrante dessa paisagem, conforme observado na definição de sítio histórico urbano, descrito como

[...] o espaço que concentre testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações [...] parte integrante de um contexto amplo que comporta as paisagens natural e construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em processo dinâmico de transformação. (CURY, 2000, p. 285).

Não obstante esses *insights* sobre a paisagem em documentos nacionais e internacionais que trataram sobre o patrimônio, é a adoção da nomenclatura paisagem cultural, pela UNESCO, como tipologia de reconhecimento e proteção de bens culturais, a qual de acordo com Mitchell; Rössler e Tricaud (2009, p. 18, tradução nossa)¹⁹ considera “a variedade de expressões da interação cultural das pessoas com

¹⁸ PARANÁ. **Lei Estadual 1.211, 16 de setembro de 1953**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Curitiba, 1953. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>>. Acesso em: 24 jul.2016

¹⁹ “the various expressions of the cultural interaction of people with their natural environment in every geo-cultural context”. (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009, p. 18).

seu ambiente natural em todo contexto geo-cultural” que vai conceder definitivamente às paisagens o *status* de patrimônio.

Esse conceito de paisagem cultural representa uma visão integrada do homem com a natureza por meio de suas relações e usos da terra, suas crenças, costumes tradicionais e artísticos, conforme já discutido no âmbito da Geografia por Sauer (1996, 1998 [1925]), Dardel (2011 [1952]), Corrêa (1989, 1995), Holzer (1998, 1999), Claval (2004, 2014), Besse (2006) e Berque (1984, 1994, 1995).

Mitchell; Rössler e Tricaud (2009, p. 19, tradução nossa)²⁰ entendem a paisagem cultural como representativa da

[...] evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidade apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural que nelas interferem.

Dada à abrangência do conceito, as paisagens culturais podem ser classificadas, segundo a UNESCO, em três categorias: (I) Paisagem claramente definida; (II) Paisagem evoluída organicamente com as subcategorias (i) paisagem relíquia ou fóssil ou (ii) paisagem contínua; e (III) Paisagem cultural associativa. O documento Patrimônio Mundial, elaborado pelo IPHAN (2008, p. 21-23), traduz as respectivas definições como

I - A paisagem claramente definida, concebida e intencionalmente criada pelo homem: abrange paisagens de jardins e parques criados por razões estéticas que são muitas vezes (mas nem sempre) associadas a construções ou conjuntos religiosos. II - Paisagem organicamente em evolução: resultante de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e/ou religiosa e alcançou sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. Elas podem ser caracterizadas como: i) paisagem relíquia (ou fóssil): paisagem que foi submetida a um processo evolutivo que foi interrompido, mas onde suas características essenciais foram mantidas; (ii) paisagem viva (ou contínua): paisagem que conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea, estreitamente associado ao modo de vida tradicional e no qual o processo evolutivo continua. III - Paisagem cultural associativa: paisagem que se justifica pela força da associação a fenômenos religiosos, artísticos ou culturais do elemento natural.

²⁰ “[...] *evolution of human society and settlement over time, under the influence of the physical constraints and/or opportunities presented by their natural environment and of successive social, economic and cultural forces, both external and internal*”. (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009, p. 19).

Para que uma paisagem cultural seja classificada e inserida com tal denominação na Lista de Patrimônio Mundial ela deve atender pelo menos a um dentre os dez critérios²¹ estabelecidos como requisitos para a obtenção desta distinção, segundo o descrito por Mitchell; Rössler; e Tricaud, (2009, p. 19). Atualmente, existem oitenta e oito propriedades²², localizadas em diferentes países, inclusive no Brasil²³, inseridas nesta Lista.

As conceituações da UNESCO e em certa medida da Recomendação nº R (95) 9 influenciaram as discussões sobre a paisagem cultural no Brasil, as quais tiveram início no encontro realizado na cidade de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul, para o I Seminário do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, no ano de 2007, do qual resultou a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, como proposta de um novo instrumento de reconhecimento e gestão do patrimônio, a Chancela da Paisagem Cultural. (CARTA DE BAGÉ, 2007).

Com base na definição de patrimônio cultural apresentado na Constituição Federal de 1988, a Carta de Bagé (2007, p. 2) considera a paisagem cultural como “um bem cultural, o mais amplo, completo e abrangente de todos”, definindo-a em seu artigo 2º como:

²¹ “(i) represent a masterpiece of human creative genius; (ii) exhibit an important interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design; (iii) bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared; (iv) be an outstanding example of a type of building or architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history; (v) be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change; (vi) be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance (the Committee considers that this criterion should justify inclusion in the List only in exceptional circumstances and in conjunction with other criteria); (vii) contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance; (viii) be outstanding examples representing major stages of earth’s history, including the record of life, significant on-going geological processes in the development of landforms, or significant geomorphic or physiographic features; (ix) be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological processes in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals; (x) contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of outstanding universal value from the point of view of science or conservation”. (MITCHELL; RÖSSLER; TRICAUD, 2009, p. 19).

²²UNESCO. **Cultural Landscape**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#4>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

²³ A paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro foi reconhecida pela UNESCO no ano de 2012, atendendo aos critérios (v) e (vi) estabelecidos por esta instituição como requisito para a classificação. Fonte: UNESCO. **Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

[...] o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza, e reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais. (CARTA DE BAGÉ, 2007, p. 2).

A Carta de Bagé expressou como objetivo a defesa das paisagens culturais de forma geral e, mais especificamente, uma preocupação com aquelas da região dos Pampas e das Missões, ambos localizados no Rio Grande do Sul, com relação às ameaças à biodiversidade advindas das formas de uso predatórias que, conseqüentemente, de acordo com o descrito nesse documento, prejudicam a identidade cultural local.

Dessa forma, nota-se que as considerações preliminares sobre a paisagem cultural, expostas na Carta de Bagé, apesar de mencionarem a amplitude do conceito, expressaram certo regionalismo, o qual pode ser considerado em certa medida positivo por abrir a discussão sobre o tema.

As ideias discutidas em Bagé e a influência das ações da UNESCO sobre a proteção do patrimônio cultural brasileiro contribuíram para que o IPHAN oficializasse pela Portaria nº127, de 30 de abril de 2009, a Chancela da Paisagem Cultural como um novo instrumento de reconhecimento e gestão do patrimônio, considerando que “os instrumentos legais vigentes que tratam do patrimônio cultural e natural tomados individualmente, não contemplam integralmente o conjunto de fatores implícitos na paisagem cultural”.

Conforme descrito na referida Portaria, Brasil (2009, p. 17), a paisagem cultural é compreendida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Tal definição possui um viés geográfico mencionado por Corrêa (1995, p. 4) quando ele considerou a paisagem cultural como

[...] um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, a casa, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores resultantes da ação transformadora do homem sobre a natureza.

Contudo, da mesma forma em que os questionamentos sobre o que se deve preservar recai sobre os patrimônios no caso do tombamento, o mesmo se dá com a

Chancela da Paisagem Cultural, com a vantagem de que no segundo caso, de acordo com a Portaria, Brasil (2009), que a estabeleceu, cabe a sociedade civil a manifestação do interesse em obter tal título e uma parcela da responsabilidade de mantê-lo.

A inserção da responsabilidade civil na gestão da paisagem está em concordância com o exposto por Meneses (2002, p. 60) de que esta enquanto patrimônio “deve destinar-se, primeiro aos habitantes, sem detrimento, é claro, da partilha com os de fora”, para finalidades turísticas, por exemplo. O autor também enfatiza a importância da gestão compartilhada e a consideração dos elementos do cotidiano nas políticas de preservação e valorização da paisagem.

Para Fonseca (2009, p. 16), a criação da Chancela da Paisagem Cultural decorre justamente “da constatação de que é necessária uma perspectiva mais integrada e participativa de proteção” das paisagens, que passam a ser sinônimo de patrimônio, tendo em vista que os instrumentos em uso por vezes mostram-se ineficazes para atingir os objetivos propostos.

Diante da novidade desta abordagem no contexto brasileiro, o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, realizado em dezembro de 2009, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, debateu e apontou na síntese preliminar das discussões²⁴ do evento, como os principais desafios inerentes ao uso deste modelo de gestão, a compreensão do conceito de paisagem cultural pelos profissionais envolvidos; a transmissão do valor da paisagem cultural à sociedade; e a inserção desta temática em todos os níveis da educação.

Para Costa (2011, p. 47) o principal desafio da Chancela da Paisagem Cultural é também “definir [...] um conjunto de normas gerais [...] e estipular um conjunto de normas específicas [...], de modo a respeitar a singularidade e as características formadoras” das paisagens culturais brasileiras.

Scofano (2012) corrobora com o exposto por Costa (2011) mencionando a ausência de um guia contendo conteúdos básicos que devam fazer parte do plano de gestão das paisagens culturais como uma fragilidade da Chancela, inferindo que fica a cargo de cada localidade que tenha sua paisagem chancelada identificar a melhor estratégia de gestão.

²⁴ Síntese preliminar das discussões subsídios para a III CNC. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**. IPHAN, Brasília, 2010.

De acordo com o descrito no documento que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural, Brasil (2009), enquanto meio de reconhecimento e gestão patrimonial observa-se que esse diferencia-se do tombamento, por prever a elaboração de um plano de gestão para o bem que recebe este “selo de qualidade”, e incluir também a responsabilidade compartilhada entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, além de um processo de avaliação e monitoramento, com validade de dez anos, que mantém ou retira a nomenclatura recebida.

A execução de todos esses procedimentos é complexa, devido ao fato indicado por Figueiredo (2014, p. 210) de que “a noção de paisagem cultural é bastante recente e ainda está em construção”, conforme indicam os estudos em andamento no IPHAN no sentido de cancelar outras localidades.

De acordo com levantamento realizado por Figueiredo (2014) estavam em processo de análise a Paisagem Cultural do Patrimônio Naval, na região do Nordeste; a Paisagem Cultural da Foz do Rio São Francisco – Alagoas e Sergipe; a Paisagem Cultural da Grota de Angico e Rota do Cangaço - Sergipe; e a Paisagem Cultural do Vale do Ribeira - São Paulo. Segundo a autora no ano de 2011 foi concedida a Chancela para a Paisagem Cultural do Vale do Itajaí - Santa Catarina.

A proposta de gestão compartilhada da paisagem que surgiu após as discussões descritas na Recomendação nº R (95) 9, (IPHAN, 1995) e, que foi adotada no escopo da Chancela da Paisagem Cultural, ao buscarem incentivar a presença de um maior número de participantes nos processos decisórios sugerem, ainda que não explicitamente, um aporte fenomenológico às questões patrimoniais ao considerarem as experiências vividas dos sujeitos em suas paisagens.

A ideia do uso da fenomenologia relacionada aos instrumentos de gestão dos patrimônios está também inserida no âmbito dos estudos geográficos, tendo sido explorada por Wells (2016) quando a introduziu como tema de discussão sobre a possibilidade da integração entre a pesquisa fenomenológica e a conservação do patrimônio no texto base da Conferência de Abertura do VI Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia, realizado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na cidade de Diamantina, Minas Gerais, no ano de 2015.

Wells (2016, p. 4-5) apontou como um impedimento para a consolidação das ações empreendidas na gestão dos patrimônios o fato delas estarem pautadas em um modelo “positivista empirista que pressupõe como real apenas os fenômenos diretamente observáveis pelos sentidos” presente nos atos de tombamento, os quais

por não considerarem os significados e valores que os bens tombados possuem para aqueles que o vivenciam em seu cotidiano provoca um distanciamento entre a população receptora desses atos e os profissionais responsáveis pela garantia da proteção dos patrimônios, em todas as suas modalidades. Nas palavras do autor, “o processo de tombamento ignora as dimensões de significações derivadas da experiência e dos valores socioculturais”.

Segundo o entendimento de Wells (2016, p. 13),

[...] os valores do patrimônio, derivam do mundo-da-vida e, portanto, são manufaturados por meio da experiência e não são, como dita a doutrina da conservação patrimonial, baseadas em uma realidade objetiva e fatos históricos.

Wells (2016, p. 14) defende que se a conservação do patrimônio é realizada para o benefício de pessoas e comunidades não há razões para ignorar ou rejeitar as suas experiências e valores e nesse sentido é que, segundo o autor, a “fenomenologia pode levar a ferramentas mais efetivas para a identificação e conservação” dos patrimônios.

As discussões sobre a consideração da paisagem como patrimônio em âmbito internacional permanecem atuais e também teve lugar na Declaração de Florencia, documento elaborado pelo ICOMOS (2014), no qual os países membros presentes na 18ª Assembleia Geral sobre patrimônio e paisagem como valores humanos, na Itália em 2014, afirmaram

Nós somos conscientes que as paisagens fazem parte integrante do nosso patrimônio, que constituem a memória viva das gerações passadas e que asseguram a ligação tanto material como imaterial, com as gerações futuras. (ICOMOS, 2014, tradução nossa, p. 2).²⁵

Esse documento sublinha que a paisagem contribui ao desenvolvimento do patrimônio material e imaterial quando os atores sociais locais estão engajados em um processo de gestão compartilhada. Cita ainda os benefícios econômicos, sociais, ambientais e turísticos inerentes à conservação das paisagens afirmando que essas refletem a qualidade de vida das comunidades.

²⁵ “*Nous sommes conscients que les paysages font partie integrante de notre patrimoine, qu’ils constituent la mémoire vivant des générations passées et qu’ils assurent le lien, tant matériel qu’immatériel, avec les générations futures*”. (ICOMOS, 2014, p. 2).

O conteúdo de todos esses documentos aqui mencionados direciona a constatação de que a noção sobre o conceito de patrimônio só existe a partir do momento em que algum tipo de valor lhe é atribuído, e no viés dessa pesquisa o mesmo se dá com as paisagens.

Meneses (1992, p. 193) expõe quatro categorias de valor que definem o significado de um bem patrimonial: os valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos. Os valores cognitivos são aqueles “associados à possibilidade de conhecimento”; os valores formais “mobilizam propriedades dos objetos físicos, para funções estéticas”; os valores afetivos “implicam relações subjetivas dos indivíduos (em sociedade) com espaços, estruturas e objetos”; os valores pragmáticos “são os valores de uso”.

Para Luchiari (2001, p. 13), “[...] tomada pelo indivíduo, a paisagem é forma e aparência. Seu verdadeiro conteúdo só se revela por meio das funções sociais que lhe são constantemente atribuídas no desenrolar da história”.

Compreende-se, portanto, que ao considerar uma paisagem como patrimônio é a partir de um conjunto de valores e de funções atribuídas que se torna possível determinar os seus significados.

É neste contexto de funcionalidade que o turismo figura como uma atividade que contribui para a valorização desta paisagem-patrimônio, pois de acordo com o exposto por Barretto (2000, p. 17) “o patrimônio sustenta-se também mediante a aplicação de técnicas comerciais”.

Desse modo, a paisagem enquanto patrimônio, quando parte constituinte de um planejamento turístico, representa um recurso para o desenvolvimento do turismo e pressupõe possibilidades de desenvolvimento social e cultural das localidades que a detêm, pois conforme Barretto (2000, p. 17) não se trata simplesmente de “manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo”.

Neste sentido, o próximo tópico apresenta o turismo, partindo do *Grand Tour*, momento de contemplação das paisagens já conhecidas pela pintura, passando por suas características cambiantes, de instrução a diversão, até o período contemporâneo que se volta mais uma vez à instrução, por meio de prática de atividades inseridas no segmento denominado de turismo cultural. A ênfase da abordagem reside no uso da paisagem enquanto um patrimônio nesse segmento turístico, devido à possível utilização dos recursos naturais, materiais e imateriais nela presentes como atrativo para o turismo.

A título de ressalva cabe mencionar que para essa pesquisa o entendimento do fenômeno social turismo se dá de forma genérica conforme discutido por Santana (2009) como um “encontro”, entre o visitante e a população da localidade selecionada como destino de viagem, portanto, isenta-o do rótulo de atividade impactante no sentido negativo ou positivo da expressão, considerando como necessário e desejável um planejamento no sentido de propiciar uma experiência que atenda às expectativas dos diversos atores envolvidos nesse complexo processo.

3.3A PAISAGEM-PATRIMÔNIO COMO RECURSO PARA O TURISMO

Conforme demonstrado ao longo do texto dessa pesquisa, as paisagens atualmente são consideradas patrimônios da sociedade e, por esta razão, estão diretamente relacionadas ao fenômeno social denominado turismo.

Barretto (2003, p. 47 - 48) explica que o conceito moderno de turismo surgiu entre os séculos XVI e XVIII na Inglaterra, em um formato diferente do atual, pois segundo a autora “não havia propriamente turismo, mas sim, *tours*, viagens de ida e volta realizadas [...] por uma minoria rica (elite), um *tour* de aventura masculino [...] esporádico e com uma duração aproximada de três anos”. O objetivo era que após o retorno os jovens viajantes viessem “a exercer cargos na classe dirigente, civil ou militar, adquirissem experiência de vida, firmeza de caráter e preparação para a guerra”.

Segundo Barretto (2003, p. 49), estas viagens eram denominadas de *Petit Tour* e de *Grand Tour*, sendo que a primeira compreendia apenas Paris e a segunda as cidades italianas Veneza e Roma.

Barbosa (2002, p. 35) acrescenta que essas viagens eram descritas e publicadas em livros e em jornais, nos quais se enalteciam “as belezas paisagísticas, o patrimônio histórico e cultural, a gastronomia, o conforto das estalagens e hospedarias, as vias de comunicação [e] os melhores meios de transporte”. Nesse período, segundo o autor, surgiram as primeiras publicações explorando o potencial paisagístico das localidades descritas, o que posteriormente seriam os guias turísticos, que também contribuiriam para a consolidação das viagens individuais por meio de “conselhos” de viajantes experientes.

Dessa forma, o final do século XVIII caracterizou-se como o período do turismo romântico, o qual segundo Barretto (2003, p. 51), desde então até o presente século

está marcado pela motivação do “prazer do descanso e da contemplação das paisagens”.

Na literatura, de acordo com Barretto (2003, p. 09), dentre as definições que se propuseram a explicar o turismo, a primeira delas foi escrita em 1911, pelo economista austríaco Hermann von Schullern zu Schrattenhofen, que o entendia como um “conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do visitante de um determinado município, país ou Estado”.

As demais definições que se seguiram passaram a considerar diversos fatores inerentes ao turismo, para além dos aspectos econômicos e de deslocamento como, por exemplo, a infraestrutura e as organizações necessárias para a concretização da atividade turística e as motivações de viagens.

Neste sentido, De la Torre (1992, p. 19)²⁶citado por Barretto (2003) considerando o turismo como um fenômeno social, explica que este

[...] consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (BARRETTO, 2003, p. 13).

Dentre os elementos importantes nas várias definições para o turismo, Barretto (2003, p. 13) destaca “o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita [...] e a procura do prazer por parte dos turistas [...] por livre e espontânea vontade”.

Oficial e internacionalmente, de acordo com a Organização Mundial do Turismo (2003, p. 18), a prática do turismo define-se como as “atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por não mais de um ano consecutivo para lazer, negócios ou por outros objetivos”.

Andrade (2006) explica que a classificação de uma viagem como turística depende do tempo de permanência do visitante no local visitado, devendo este ser igual ou superior a vinte quatro horas, e quando esse período de permanência é inferior qualifica-se o sujeito em viagem como excursionista.

²⁶DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

Para o turismo, as definições técnicas são úteis para situá-lo como um objeto de estudo, porém não são suficientes para expressar todas suas implicações, dado o seu caráter de fenômeno social.

Neste sentido, Santana (2009) atribui a metáfora de encontro a esta atividade, que está sujeita às motivações, experiências e expectativas dos visitantes, dos residentes e dos intermediários, no papel de profissionais da área.

Dessa forma, os deslocamentos e as motivações que levam a realizá-los constituem o cerne do turismo. Possivelmente seja por isso que a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) adota a classificação do turismo segundo o motivo da visita, podendo ser ela de lazer, recreação e férias; visita a parentes e amigos; negócios e motivos profissionais; tratamento de saúde; religião e peregrinações, e outros motivos não mencionados.

São as diferentes motivações que direcionam os visitantes aos inúmeros segmentos do mercado em que a atividade turística está dividida com o objetivo de atender aos mais variados tipos de interesses.

Para Lohmann e Panosso Netto (2008, p. 166), esta “hipersegmentação” é devida ao fato das pessoas buscarem no turismo “novos tipos de experiências que venham dar mais significados as suas vidas”.

Igualmente para Santana (2009, p. 26), o turismo na atualidade funciona como uma “válvula de escape para o estresse social”.

Dentre as inúmeras opções existentes no mercado turístico apresentados por Lohmann e Panosso Netto (2008) em sua obra, no Brasil, de acordo com o Ministério do Turismo²⁷, Brasil (2006) são reconhecidos oficialmente apenas os segmentos de turismo social; ecoturismo; turismo cultural; turismo de estudos e intercâmbio; turismo de esportes; turismo de pesca; turismo náutico; turismo de aventura; turismo sol e praia; turismo de negócios e eventos; turismo rural e turismo de saúde.

Estas informações sobre a natureza do turismo justificam sua análise do ponto de vista geográfico, pois além da paisagem, primeiro aspecto lembrado quando se trata de características turísticas, ele relaciona-se com outros conceitos base de análise na Geografia, como o de território, e o de lugar, os quais por permitirem adequações, são utilizados para explicar as realidades do universo turístico.

²⁷ BRASIL. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

Para o turismo, os recursos naturais e materiais presentes na configuração da paisagem das localidades são importantes em seu desenvolvimento, pois configuram a infraestrutura turística local, passando a ser denominados de recursos turísticos.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (2001, p. 138), recursos turísticos são “todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana e dos meios a sua disposição, tornam possível a atividade turística”.

A existência ou ausência de uma infraestrutura turística adequada é o que vai determinar as categorias de território estabelecidas por Knafo (1996), (a) território sem turismo ou (b) território turístico, ou ainda (c) turismo sem território. Na primeira categoria estão inseridos os lugares não apropriados pelo turismo, na segunda os lugares modificados em função do turismo, e na terceira os lugares inventados para o turismo, os quais Barbosa (2002) define como “não-lugares”, por não vincularem-se ao espaço no qual estão inseridos como, por exemplo, os *megaresorts* e os parques temáticos.

No turismo, o conceito de lugar é abordado, sobretudo do ponto de vista da localização, porém dependendo do perfil e da motivação do visitante, é também percebido como artefato único, principalmente quando as viagens são realizadas, por exemplo, no modelo *slow travel*²⁸, o qual permite uma convivência temporal prolongada com as pessoas e com as paisagens dos lugares visitados.

Desta forma é que as paisagens dos locais com vocação para o turismo passam a possuir significados de singularidade e raridade, características distintivas que conferem ao indivíduo que delas podem desfrutar um *status* diferenciado na sociedade atual.

Além disso, é inegável a posição de destaque da paisagem, antes, durante e após as viagens, inicialmente por meio do imaginário turístico comercializado pela publicidade, depois pelo desfrute no local de destino, e após por meio das fotografias e cartões postais que cumprem um papel de comprovantes da viagem realizada.

Todavia, Yázi (2002, p. 21-23) alerta que “não se pode [...] reduzir o turismo à mera questão da paisagem”, pois segundo o autor, o que os visitantes buscam nas

²⁸ Movimento internacional que propõe meios de desacelerar o ritmo de vida das sociedades, direcionando-se aos ideais da sustentabilidade. Fonte: SLOW MOVEMENT. **What is slow travel**. Disponível em: <http://www.slowmovement.com/slow_travel.php>. Acesso em: 17 jul. 2016.

viagens não são apenas paisagens, mas “lugares que se revelam pelas paisagens, daí a importância que elas têm de elo entre o estranho e o mundo a ser descoberto”.

Para Silveira (2014, p. 58) a paisagem representa “ [...] um complexo sistema de relações [...] articulado em pelo menos três componentes interdependentes”, os quais o autor define como

1) A paisagem espaço – suporte: Porção do território abarcada pela visão, formada de objetos e apropriada por diferentes grupos sociais; 2) A paisagem espaço – visível: Uma vista panorâmica, uma vista de um lugar; 3) A paisagem – representação ou espaço percebido: Cada pessoa percebe a paisagem de acordo com a própria percepção. (SILVEIRA, 2014, p. 58-59).

Silveira (2014), Yázigi (2002), Meneses (2002), Silva (2012b), são alguns dos autores para os quais a paisagem é um recurso ao turismo funcionando como um instrumento de valorização de localidades com potencialidade turística.

Segundo Silveira (2014, p. 65), por meio do turismo, a valorização da paisagem das localidades ocorre “quando os turistas se apropriam dos lugares de notável beleza cênica” para seu descanso e desfrute, atribuindo-lhes valor estético e econômico.

De acordo com a literatura aqui apresentada a paisagem pode ser um recurso para o turismo porque está preenchida por elementos naturais, materiais e imateriais que motivam e despertam o interesse daqueles que com ela entram em contato. Por essa razão é que, do ponto de vista dessa pesquisa, o turismo cultural é o segmento turístico que dela melhor se apropria por contemplar em seu escopo uma diversidade de atividades.

De acordo com o Ministério do Turismo, Brasil (2010, p. 13), o turismo cultural, “compreende as atividades relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico cultural e dos eventos culturais valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura”.

A discussão sobre esse segmento de turismo teve início no I Congresso sobre Turismo Internacional, realizado em Roma, no ano de 1963, pela Organização das Nações Unidas²⁹ (ONU) resultando em discussões que culminaram na elaboração das Normas de Quito em 1967, cujo conteúdo versava sobre a conservação e a utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico ressaltando o valor econômico desses bens culturais, e as possibilidades de sua utilização para

²⁹ UNESCO. **History**. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/history-0>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

finalidades turísticas, buscando promover o progresso dos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento.

Leal (2008, p. 18) menciona que ainda no ano de 1967, a 4ª Conferência Regional das Comissões Nacionais do Hemisfério Ocidental, reunida no México adotou a Declaração de *Tlateloco*, lançando as bases para o desenvolvimento do turismo cultural na América Latina, defendendo “programas para a valorização dos bens culturais e para o desenvolvimento integrado dos povos em sua própria civilização por meio do turismo cultural”.

Neste contexto de discussões internacionais sobre a importância econômica e social do turismo cultural, Leal (2008) e Pereira (2012) relatam que no Brasil a parceria estabelecida entre a antiga Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), órgão então responsável pela manutenção do patrimônio nacional, o atual IPHAN, com a UNESCO, no ano de 1964, viabilizava ao país a assistência e a cooperação técnica, por meio das denominadas “missões” de consultores internacionais para auxiliar na gestão dos monumentos e emitirem pareceres indicando como melhor aproveitá-los para promover o desenvolvimento.

Pereira (2012) em sua pesquisa sobre as missões da UNESCO e sua influência para o fomento do turismo cultural brasileiro relata que este segmento turístico que surgia no país tinha como enfoque a superação do subdesenvolvimento e era visualizado como um meio de prover infraestrutura para as cidades economicamente estagnadas, notadamente as cidades mineiras, consideradas na época como principais detentoras de bens culturais.

Leal (2008) e Pereira (2012) apresentam a missão do inspetor Michel Parent, técnico do Serviço Principal de Inspeção de Sítios na França, no período de 1966 a 1967, como importante nesse processo de formação do turismo cultural no Brasil.

Segundo Leal (2008, p. 29-30), o objetivo da missão de Parent foi “o estudo e execução de um programa com vistas a aceleração do movimento turístico para a proteção e a valorização do patrimônio cultural e dos sítios naturais” com visitas aos estados do Pará, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Goiás, “com destaque para as cidades, monumentos e sítios já protegidos” pela então denominada DPHAN.

De acordo com Leal (2008), o relatório e os apontamentos de Michel Parent foram descritos no documento “*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel*

brésilien dans le cadre du développement touristique et économique” (Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico). Neste documento, Parent não apenas enfatizou as ações necessárias para acelerar o desenvolvimento, mas também ressaltou que a rentabilidade advinda do turismo não deveria ser a única forma de mensurar o sucesso da atividade no país,

[...] ao contrário, importa que o turismo não constitua um fim em si mesmo, nem mesmo um meio de satisfazer simultaneamente a curiosidade e o conforto de não-brasileiros ou de uns poucos brasileiros desconectados da realidade nacional, mas que o modelo técnico da infraestrutura associe o modo de conhecer a cultura brasileira a maneira de vivê-la e, desse modo, possa integrar a tradição, a ciência, e a salvaguarda dos valores do Brasil antigo ao desenvolvimento do Brasil futuro. (LEAL, 2008, p. 51).

Neste documento, segundo Leal (2008 p. 27), Parent sublinhou “a importância do patrimônio cultural e natural brasileiro em uma perspectiva dupla”, por um lado buscou chamar atenção dos governantes para as “potencialidades econômicas e turísticas” locais, por meio de um “processo de revelação do Brasil para si próprio”, e por outro lado, demonstrando o valor do patrimônio brasileiro estimulando “mais planos de assistência técnica e financeira” para o país.

Correa (2015) considera como repercussões da missão de Parent no Brasil a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a revitalização de bairros e centros históricos das cidades de Salvador, Ouro Preto, São Luiz e Alcântara, bem como criação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos (PCH)³⁰, no período de 1972 a 1977, o qual posteriormente foi ampliado para a região sudeste.

Na década de 1970, as discussões sobre o turismo cultural tiveram prosseguimento no âmbito internacional, e de acordo com o publicado pelo IPHAN (1976, p. 2) foi no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo em Bruxelas, Bélgica, em 1976, que o ICOMOS apresentou o turismo cultural como uma “forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos”. Observa-se nesta abordagem a ausência de um reconhecimento da paisagem enquanto patrimônio, e um enfoque patrimonial ainda impregnado da noção de monumentalidade.

³⁰ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional **Programa Cidades Históricas**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-de-cidades-historicas-pch>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

No entanto, seria somente com a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, (ICOMOS, 1999), que o conceito de patrimônio seria entendido como atrativo fundamental para turismo, incluindo, dentre outros elementos de sua abordagem, a paisagem, conforme lê-se na seguinte definição:

El concepto de patrimonio es amplio e incluye sus entornos tanto naturales como culturales. Abarca los paisajes, los sitios históricos, los emplazamientos y entornos construidos, así como la biodiversidad, los grupos de objetos diversos, las tradiciones pasadas y presentes, y los conocimientos y experiencias vitales. Registra y expresa largos procesos de evolución histórica, constituyendo la esencia de muy diversas identidades nacionales, regionales, locales, indígenas y es parte integrante de la vida moderna. (ICOMOS, 1999, online, não paginado)³¹.

Anterior a Carta Internacional do Turismo Cultural, a Organização Mundial do Turismo (1985)³² citada por Richards (2003) já considerava a paisagem em sua definição de turismo cultural, e o entendia como uma atividade que tinha como base a motivação que leva o visitante a empreender sua viagem, considerando, por exemplo, as viagens de estudo, as viagens para participação em festivais e outros eventos culturais, as visitas a sítios e monumentos, as viagens para estudar a natureza, o folclore, a arte e as viagens de peregrinação.

Diante das inúmeras possibilidades de uma atividade ser caracterizada como cultural, Richards (2003, não paginado) menciona a problemática existente em se conceituar com exatidão o que é cultura, destacando que popularmente todo turismo pode ser entendido como cultural, considerando o deslocamento e o contato do indivíduo com outra realidade. Segundo o autor, estas “indefinições” sobre o que exatamente pode ser classificado como turismo cultural, e a falta de controle no sentido de identificar quem é o “visitante cultural” refletem de forma negativa no planejamento e na gestão desse segmento turístico.

³¹ O conceito de patrimônio é amplo e inclui os entornos tanto naturais como culturais. Engloba as paisagens, os sítios históricos, as localizações e entornos construídos, assim como a biodiversidade, os grupos de objetos diversos, as tradições passadas e presentes e, os conhecimentos e experiências vitais. Registra e expressa longos processos de evolução histórica, constituindo a essência de diversas identidades nacionais, regionais, locais, indígenas e é parte integrante da vida moderna. (ICOMOS, 1999, online, não paginado, tradução nossa).

³² OMT – Organização Mundial do Turismo. **The state's role in protecting and promoting culture as a factor of tourism development**. Madrid, 1985.

No Brasil, segundo o que consta no material de orientações básicas do turismo cultural, as atividades pertencentes a este segmento turístico são as

Visitas a comunidades tradicionais e/ou étnicas; aos sítios arqueológicos e/ou paleontológicos; aos espaços e eventos religiosos; aos lugares místicos e esotéricos; aos monumentos e celebrações cívicas; aos museus e casas de cultura; aos cinemas e teatros; passeios para festas, celebrações e manifestações locais. (BRASIL, 2010, p. 33-34).

De acordo com o Ministério do Turismo, Brasil (2010), no segmento do turismo cultural, o turismo religioso figura como uma subcategoria com ocorrência principalmente nas cidades brasileiras de origem católica que possuem cada qual um padroeiro ou uma padroeira e anualmente reúnem fiéis para celebrações.

Para Andrade (2006, p. 77), esse segmento turístico é definido como um “conjunto de atividades com utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religião”.

Independente do enfoque concedido no âmbito das inúmeras possibilidades do turismo cultural toda e qualquer atividade turística requer um planejamento para desenvolver-se de forma orientada. Segundo Barretto (2005, p. 41)

Planejar turismo significa planejar para todos os envolvidos no fenômeno: os que realizam turismo, [...] os empresários, [...] os funcionários, [e] os moradores locais que não estão ligados à atividade turística, mas que compartilham o espaço físico e social com os visitantes.

Para atrativos histórico-culturais, Barretto (2000, p. 81) sugere algumas etapas para a elaboração de um planejamento que contemple a totalidade e as peculiaridades da área com potencial turístico enfatizando a participação da comunidade nesse processo. (QUADRO 3).

Etapas	Descrição
Estudo preliminar	Estudo de campo e bibliográfico para detectar possíveis atrativos históricos
Escolha e delimitação da área	Delimitação de uma área na qual estejam os atrativos históricos
Estudo diagnóstico	Verificação da quantidade e avaliação dos potenciais atrativos. Verificação da acessibilidade aos atrativos
Definição de objetivos e metas	Definição de quais resultados pretende-se obter com o planejamento em termos sociais, econômicos, pedagógicos e turísticos
Escolhas de alternativas de intervenção	Elaboração de uma proposta de integração do atrativo em um produto turístico mais amplo e definição de prazos para a concretização dessa intervenção
Implementação	Elaboração de orçamentos preliminares e procura de recursos financeiros próprios ou de investidores
Implantação	Dimensionamento das possibilidades de aproximação do público com o atrativo
Execução e controle	Verificação da utilização dos equipamentos e espaços conforme o plano e realização de ajustes de detalhes para melhorar a experiência turística e potencializar os benefícios sociais.

QUADRO 3 – ETAPAS PARA O PLANEJAMENTO DE ATRATIVOS HISTÓRICO-CULTURAIS
 FONTE: ADAPTADO DE BARRETTO (2000).

O processo participativo priorizado por Barretto (2000) apresenta dupla face porque a comunidade interessada, ao mesmo tempo em que formata um “produto” a ser comercializado, adquire conhecimento histórico do próprio patrimônio habitado, da paisagem cultural local.

Segundo Camargo (2002),

Ao contrário do que se pode imaginar, os moradores locais, embora possuindo afetividade por elementos do patrimônio constituído ou potencialmente a constituir, não tem condições para distinguir sua importância enquanto tal. Os objetos estão incorporados ao seu cotidiano. É preciso afastamento e estudo, compreendendo que aquilo que temos diante de nós apresenta diferenças que não podem ser conhecidas intuitivamente. (CAMARGO, 2002, p. 98).

Contudo, Barretto (2005) não deixa de sinalizar as incongruências e os interesses difusos que podem surgir em um processo de planejamento participativo cuja finalidade não seja trazer benefícios à população local explicando a diferença entre o processo de conscientização e o de planejamento:

Esse planejamento que ouve a comunidade não deve ser confundido com as campanhas de conscientização que constam de algumas diretrizes de planejamento oficial de turismo. Essas propostas de conscientização são questionáveis na medida em que os moradores locais não ligados diretamente à atividade turística são utilizados como parte da paisagem, sendo levados por meio de técnicas de convencimento, a tratar os turistas com simpatia e condescendência, mediante a alegação de que o turismo é uma atividade que traz dinheiro para o local, dinheiro esse que a população em geral não vê porque fica na mão dos empresários que trabalham diretamente na atividade turística. (BARRETTO, 2005, p. 21).

Por isso que para Barretto (2005, p. 23) a execução do planejamento participativo está “[...] limitada por condicionantes sociais” tais como “o nível educacional da população e o estágio de atendimento das necessidades básicas”, fatores que segundo a autora podem qualificar ou desqualificar a participação popular nesse processo.

Cumpridos os requisitos que qualificam a população, ou uma parcela dela, a fazerem parte de processos decisórios relacionados ao turismo, como parte integrante de um planejamento turístico para o desenvolvimento e melhor aproveitamento das atividades inseridas no segmento cultural pode-se nele inserir a utilização de estratégias de interpretação patrimonial, expressas nos escritos de Tilden (1977), Beck e Cable (1998), e Murta e Goodey (1995) devido à capacidade desta atividade de revelar significados e relações por meio de objetos, experiência direta ou meios ilustrativos.

Tilden (1977) considerado o “pai” da interpretação estabeleceu alguns princípios que devem nortear a atividade interpretativa. Segundo o autor, a interpretação primeiramente deve estar baseada em informações sobre o local a ser interpretado, deve buscar relacionar-se com a experiência do visitante enfocando a provocação, mais do que a instrução, e deve seguir uma abordagem diferenciada de acordo com as diferentes faixas etárias, considerando as variações de apreensão de cada fase.

Com base nesses princípios iniciais, Beck e Cable (1998) propuseram o uso de tecnologias da informação para fins interpretativos, com prudência e cuidado, recomendando especial atenção para a quantidade e a qualidade das informações apresentadas. Isso porque para os autores todos os lugares são detentores de uma história, cabendo aos intérpretes dar vida ao passado tornando o presente agradável e o futuro significativo.

Chiozzini (2011) aponta que o fato de o visitante entrar em contato com informações históricas de uma localidade, faz com que o patrimônio, e acrescenta-se aqui a paisagem que o contém se torne mais do que um objeto de mera contemplação, mas sim um meio de conhecer os aspectos culturais da localidade visitada. Neste sentido, Murta e Goodey (1995) adicionam que a interpretação do patrimônio é um processo de agregar valor à experiência da visita turística. Da mesma forma para Meneses (2002) o ato de interpretar significa tornar o patrimônio atrativo para outros conhecerem.

A temática interpretação do patrimônio, também presente em discussões internacionais, foi tema central da Carta ICOMOS (2008) sobre “Interpretação e apresentação de sítios patrimoniais culturais” ratificada na Assembleia Geral realizada no *Québec*, Canadá, onde esta atividade foi considerada uma ferramenta básica para aprimorar a apreciação e a compreensão do público sobre os sítios patrimoniais. Nesse documento recomendou-se a inserção da comunidade local no processo de planejamento interpretativo de seus patrimônios.

Para Murta e Goodey (1995), dentre os possíveis canais de interpretação para uso turístico patrimonial estão a interpretação ao vivo, por meio de uma visita guiada, a distribuição de um roteiro e de *folders* ilustrativos aos visitantes, a sinalização dos detalhes históricos e a instalação de placas explicativas, as quais, segundo os autores, aperfeiçoam a qualidade da visita e a experiência do visitante.

Para Silva e Silveira (2015) a interpretação do patrimônio vem ao encontro das exigências do visitante que busca conhecer os significados das paisagens visitadas, podendo levá-los a prolongar sua permanência no local visitado, e estimular o retorno para novas visitas.

Ressalta-se aqui a compreensão de que não é prudente atribuir unicamente ao turismo cultural a partir do uso de atividades interpretativas a tarefa de construir, (re) construir, fortalecer ou afirmar identidades das comunidades receptoras, devido ao caráter complexo desse conceito, considerado por Hall (2005, p. 8-9) como “pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova”, sendo, portanto, segundo o autor “impossível oferecer afirmações conclusivas ou fazer julgamentos seguros sobre as alegações e preposições teóricas” sobre o tema.

Nesse sentido, Barretto (2000) explica a questão da identidade nos períodos denominados de modernidade e pós-modernidade.

Na modernidade, a identidade passa a ser mais flexível, sujeita a mudanças e inovações e depende em grande parte da relação com os outros [...] as pessoas passam a perceber que a identidade é uma construção social e que pode ser mudada [...]. Na pós-modernidade, assiste-se a um processo de fragmentação. O sujeito pós-moderno possui múltiplas identidades, que coexistem e se manifestam em razão de fatores diversos, externos ou internos a ela; é parte integrante de uma sociedade, em grande medida determinado e moldado por sua história e por seu inconsciente; não tem um comportamento nem uma postura sempre iguais ao longo da vida e em todas as circunstâncias. (BARRETTO, 2000, p. 45).

Do mesmo modo, Ortiz (2012, p. 8) afirma que “não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos”.

Assim sendo, não é coerente a cobrança por identidade e autenticidade nos produtos comercializados no segmento do turismo cultural, porque conforme explica Santana (2009, p. 163) “a autenticidade é extremamente subjetiva”, e os consumidores, turistas contemporâneos estão “conscientes e cúmplices da reprodução da qual eles estão se apropriando”.

Nesse contexto é que Barretto (2003, p. 129) denomina de pós-visitante aquele “[...] consumidor *cool*, que sabe que muitas coisas que vê não são autênticas, que pertencem a cultura do simulacro, mas não se importa, desde que estejam revestidas de alguma aura que lhe agrade”.

Cabe mencionar ainda que apesar das críticas direcionadas à comercialização da cultura, do passado e da história como mercadorias discutidas por Urry (2001, p. 207), o mesmo autor ao discorrer sobre os benefícios do turismo cultural nas cidades britânicas, reconhece que este segmento turístico transforma o ambiente urbano, promovendo “reestruturação econômica [...] mudança social [...] intervenção política [...] e reavaliação cultural” por parte dos residentes.

Na concepção de Urry (2001, p. 204), “o turismo contemporâneo vem assumindo em parte as características do *Gran Tour*”, pois “está se interconectando intimamente com a instrução” e, acrescenta-se aqui, com o retorno ao interesse pelas paisagens em todos os seus aspectos discutidos anteriormente.

Para Richards (2003) a tendência do turismo cultural será focar-se nos patrimônios como principal atrativo do segmento, sendo que o sucesso da atividade turística nessa modalidade estará pautado no crescimento do sentimento de nostalgia

pelo passado³³, devido a constante sensação de desorientação e de perda ou ausência de sentido existencial que caracterizam os indivíduos da sociedade atual, como discutido por Hall (2005).

Contudo, o turismo cultural, apesar de abordado nessa pesquisa como um fenômeno, também representa uma atividade econômica. Nesse sentido, ele está sujeito às advertências com relação aos impactos que pode ocasionar nas localidades nas quais se desenvolve, no entanto, do ponto de vista de Santana (2009, p. 175), “pouquíssimos turistas geram impactos negativos de forma consciente e premeditada e costumam colaborar quando existe uma informação ou um código de conduta acessível”. Com base nesse pressuposto, o autor enfatiza a questão da necessidade de um planejamento turístico, também discutida por Barretto (2000).

MacDonald (2004, p. 67, tradução nossa)³⁴ considera que

[...] o desenvolvimento dos recursos culturais com propósitos turísticos, nem sempre é algo negativo [...] porque “sem o desenvolvimento do turismo, importantes lugares culturais correm o risco de acabar em ruínas.

Dada a abrangência de interesses vinculados com o turismo cultural Santana (2009, p. 148) o entende como o resultado “[...] de um encontro, nem sempre expresso como positivo ou negativo para o conjunto de atores”.

Nesse sentido, para Santana (2009, p. 154), a questão econômica está presente, porém acrescida de outras perspectivas, conforme menciona o autor com base em seus estudos: “[...] os grupos locais residentes consideram o turismo uma maneira de melhorar suas economias domésticas, de se abrir para o mundo exterior”.

Essa possibilidade de encontro encerra em si trocas de experiências, as quais podem ser compreendidas a partir de alguns dos princípios da fenomenologia que se propõe a buscar a essência das coisas, por meio da consciência das mesmas. Essas considerações fornecem um apoio para um entendimento da atividade turística sob uma perspectiva que envolve igualmente diversos sujeitos como protagonistas desse processo e as paisagens em que eles vivem ou se inserem temporariamente.

³³ Mais informações sobre o tema podem ser encontradas em Jeudy (1990) e Choay (2001).

³⁴ “*developing cultural resources for the purposes of tourism are not always a negative thing*”. [...] “*Without tourism development, important cultural sites can run the risk of ending in ruins*”. (MACDONALD, 2004, p. 67).

Dado o contexto e as possibilidades do turismo, com ênfase no segmento cultural, essa pesquisa parte do princípio exposto por MacDonald (2004, p. iii, tradução nossa)³⁵ sobre o “turismo cultural não [ser] uma panaceia para todos os problemas do turismo de massa”.

Igualmente considera a advertência de Rodrigues (2001, p. 30) de que “o turismo não deve ser visto como única alternativa de valorização para regiões de economia deprimida”, bem como as palavras de Santana (2009, p. 43) de que “a atividade turística não funciona como organização benéfica”.

Ressalta-se aqui também a compreensão de que a atividade turística é sujeita às crises e variações do mercado econômico e financeiro, bem como à sazonalidade, não sendo, portanto, autossustentável, mas dependente da integração com outros setores da economia que a sustentem e tragam o desenvolvimento tão discutido pelos estudiosos da área e, ao mesmo tempo, almejado pelas localidades.

Desse modo, o fenômeno social denominado de turismo, independentemente da modalidade em que seja praticado ou do segmento em que esteja inserido, não deve sujeitar-se a rótulos e discursos tais como o de que se trata de uma atividade impactante para as localidades receptoras no sentido negativo do termo ou daqueles que preconizam tratar-se de uma solução generalizada e “mágica” para todos os problemas locais.

Ao contrário disso, é necessário e desejável a existência, de acordo com o interesse das populações, de um planejamento coerente a fim de propiciar uma experiência que atenda as expectativas dos diversos atores envolvidos nesse complexo fenômeno. Com essa perspectiva, apresenta-se nos capítulos seguintes elementos da paisagem da área em estudo que possuem potencialidade de serem explorados, no sentido positivo do termo, pelo viés do turismo, com as devidas ressalvas que aqui já foram expostas.

³⁵ “*cultural tourism is not a panacea to the ills of mass tourism*”. (MACDONALD, 2004, p. 67).

4 O CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA: UM PATRIMÔNIO NACIONAL

Este capítulo apresenta em seu primeiro tópico alguns aspectos da formação da paisagem construída do C.H.P. de Antonina com base na historiografia de Leão (1926), Gomes (2004), Berg (2006) e Nascimento (2006). No segundo tópico, com base na literatura disponível e na observação assistemática realizada no período dessa pesquisa discute-se o processo de tombamento do C.H.P. com o apoio do conteúdo das legislações municipal, estadual e federal voltadas à proteção dos patrimônios edificados e no documento que subsidiou o referido processo elaborado pelo IPHAN (2009). No terceiro tópico, com base nos autores já citados e acrescido do exposto por Claval (2004) e Almeida (2013) apresenta-se a Festa de Nossa Senhora do Pilar como uma paisagem simbólica tanto por conter uma expressividade religiosa quanto por ter desempenhado um papel agregador de pessoas que deu origem ao município. A ideia que permeia ambos os tópicos é a possibilidade de utilizar os elementos constitutivos da paisagem do C.H.P. em suas formas construída e simbólica como recurso ao desenvolvimento do turismo enquanto meio de sociabilidade e rentabilidade.

4.1 FORMAÇÃO DA PAISAGEM CONSTRUIDA

A formação da paisagem do C.H.P. de Antonina está vinculada ao processo de expansão e ocupação territorial no sul do Brasil pela Coroa Portuguesa a partir do século XVIII, ao primeiro ciclo do ouro no Brasil e, especialmente, ao culto religioso devotado à Nossa Senhora do Pilar. (LEÃO, 1926).

Segundo Leão (1926), a história do então povoamento iniciou-se em 1646, quando o Capitão-mor Gabriel de Lara, concedeu três sesmarias na região, na época denominada de Guarapiracaba a Pedro de Uzeda, Manoel Duarte e Antônio Leão. No início do século XVIII esse bairro tinha uma população pouco expressiva, sendo a principal localidade o Sítio da Graciosa, no qual duas mulheres devotas consagravam à Nossa Senhora do Pilar suas orações e celebravam, anualmente, em 15 de agosto, terços dos quais participavam residentes locais e trabalhadores, inclusive mineradores e aventureiros em busca de ouro que habitavam nas proximidades.

De acordo com Leão (1926, p. 33-34), ao notar o agrupamento de pessoas promovido por esse culto, o sesmeiro Manoel do Valle Porto juntou-se também ao grupo de devotos concedendo com sua presença, “uma maior importância à devoção

do bairro” e, posteriormente, decidiu por construir uma capela com “o propósito [...] de deixar uma obra duradoura que perpetuasse sua memória como fundador de uma nova povoação”.

Para Berg (2006), a construção da capela iniciou-se em 1714, após solicitação de Manoel do Valle Porto e a autorização concedida pelo Frei D. Francisco de São Jerônimo, sendo oficialmente inaugurada em 14 de agosto de 1722, na véspera da festa dedicada à padroeira. A partir desta inauguração o povoado passou a ser denominado de Freguesia do Pilar da Graciosa e seus moradores de Capelistas. Esta última expressão é utilizada até os dias atuais.

Segundo Gomes (2004), a Capela de Nossa Senhora do Pilar representou um avanço para o desenvolvimento urbano local pois, segundo o autor, novas construções começaram a constituir-se em suas proximidades, dessa forma,

[...] pode-se imaginar com grandes chances de acerto que [...] as contribuições ao templo seriam feitas não apenas em troca de benefícios espirituais, mas também de pequenos lotes de terra. (GOMES, 2004, p. 11).

De acordo com a síntese histórica do município publicada pelo IPHAN (2009, p. 16), além do “papel da Igreja como centro agregador”, ela também era “proprietária de grande parte da área da vila”.

Na concepção do IPHAN (2009, p. 14), o desenvolvimento urbanístico a partir da construção da capela representava o modelo urbano lusitano que associava “o poder do Estado e da Igreja como marco fundador e centro de expansão da cidade colonial luso-brasileira”, o que justifica a posição de destaque da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar na paisagem antoninense.

Kozák (s.d) em sua obra artística retrata a Baía de Antonina e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar. (FIGURA 2).



FIGURA 2 – PAISAGEM BAÍA DE ANTONINA COM A IGREJA MATRIZ
FONTE: KOZÁK (s.d).

Segundo o descrito nos documentos do IPHAN (2009, p.16-23), a paisagem antoninense organizou-se “de forma espontânea” em seus primeiros anos seguindo o modelo lusitano de urbanismo, o qual não priorizava uma “ordenação geométrica da cidade”, deixando o crescimento da malha urbana seguir as “características naturais do terreno”. (FIGURA 3).

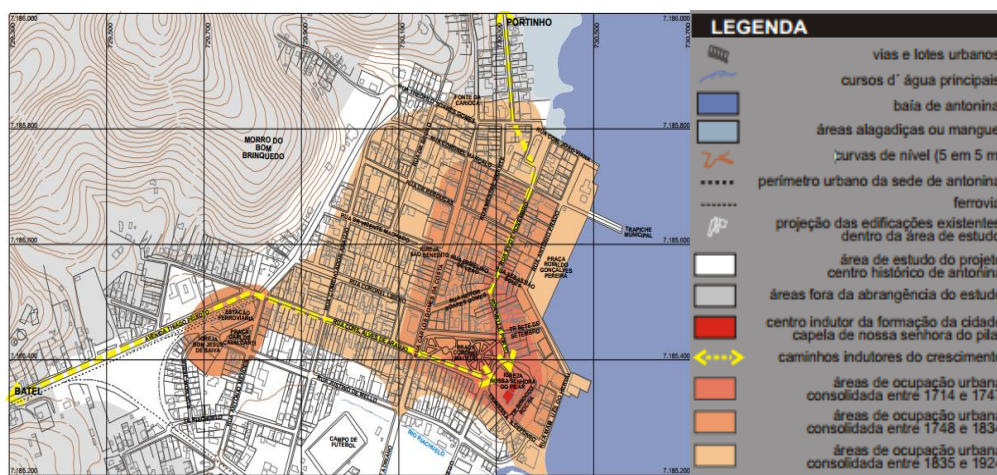


FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO C.H.P. DE ANTONINA
FONTE: IPHAN (2009).

Como demonstrado na Figura 3, a então Freguesia do Pilar da Graciosa cresceu, dentro de seus limites, após a construção e inauguração da Capela de Nossa Senhora do Pilar cabendo ressaltar que a mesma teve influência positiva na decisão sobre a emancipação política local, o qual de acordo com Leão (1926) ocorreu em 29 de agosto de 1797 quando a Freguesia passou a ser denominada de Vila Antonina.

Ferreira et al. (2006) explica que essa nomeação foi uma homenagem ao príncipe Dom Antônio,

[...] primeiro filho, do sexo masculino, de Dom João e Dona Carlota Joaquina, nascido em 1795, [...] herdeiro do reino de Portugal e suas colônias, que ao falecer ainda menino, [...] deixou o trono para seu irmão Pedro de Alcântara, mais tarde imperador do Brasil. (FERREIRA et al., 2006, p. 34).

Com relação à situação econômica da época, Westphalen (1964, p.18) relata que em 1798,

[...] na Vila Antonina, 92,55% da população produtiva estava ocupada em atividades enquadradas no setor primário, tais como os agricultores, caçadores, escravos geralmente ocupados na lavoura, mineradores de ouro e alguns pescadores.

Apesar dessas condições primárias de organização econômica no período que sucedeu sua fundação em termos políticos, o crescimento dessa nova Vila, segundo o IPHAN (2009) foi viabilizado pela influência da Igreja e também devido à abertura do Caminho da Graciosa na primeira metade do século XIX, via que ligava o litoral ao planalto curitibano, que contribuiu para um novo impulso econômico local, por meio do aumento da circulação de mercadorias, isso acrescido ao incremento da agricultura de subsistência, acelerando assim o processo de povoamento.

A abertura dos Portos, no ano de 1808, foi outro fator colaborativo ao desenvolvimento da então Vila de Antonina inserindo novos elementos na paisagem local. Conforme dados do IPHAN (2009, p. 16), tal abertura desobrigou o município “a exportar e importar pelos portos de Paranaguá e Santos”, inserindo-o “no eixo de escoamento da produção paranaense”, corroborando o impulso ao desenvolvimento “comercial e urbano, chegando a aproximadamente 3310 habitantes em 1835”.

A obra artística de Krieger (1985), Navios – Porto de Antonina, (FIGURA 4), ao retratar uma paisagem pictórica com um navio de carga em primeiro plano na Baía de Antonina ilustra a importância cultural e econômica do Porto para o município durante um período de quase um século.



FIGURA 4 – NAVIOS – PORTO DE ANTONINA
FONTE: KRIEGER (1985).

Além da obra de Krieger (1985) que ilustrou o período em que o Porto de Antonina tinha uma relevante importância para a economia local, segundo informações coletadas pelo IPHAN (2009, p. 17), o município também recebeu estrangeiros, que “deixaram suas impressões gravadas em publicações”, nas quais evidenciaram o apreço pela paisagem antoninense, como o fez Von Koseritz (IPHAN, 2009, p. 17) afirmando: “Antonina tem um bonito cais e é uma gentil cidadezinha”. Nas palavras do engenheiro inglês Bigg-Wither (IPHAN, 2009, p. 17), “Antonina em seu conjunto [pode] ser chamada de lugar pitoresco, situada entre terra e água, aos pés de gigantescas montanhas da Serra do Mar”.

Observam-se nesses relatos os elementos da paisagem de Antonina sendo celebrados e admirados da mesma forma em que inspiraram Kozák (s.d) e Krieger (1985) na composição de suas respectivas pinturas.

Em continuidade à fase áurea da economia antoninense, na paisagem “pictórica” do C.H.P. de Antonina foram inseridas algumas construções do Conjunto das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) inaugurado em 1915. (FIGURA 5).



FIGURA 5 - CONJUNTO DAS INDÚSTRIAS REUNIDAS FRANCISCO MATARAZZO
 FONTE: ACERVO DA 10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN (s.d).

De acordo com o descrito no Projeto “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo Antonina-PR”, Paraná (1988, não paginado), o conjunto das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM) contava com “trapiche próprio em concreto armado, um ramal ferroviário que passava por dentro de suas instalações e um sistema de sucção mecânica que retirava a carga do navio”. Era “uma cidade dentro da cidade”. Além disso as instalações eram compostas por

[...] moinhos de trigo, sal e açúcar; fábrica de sabão; depósitos para trigo, erva mate cancheada, açúcar, ração, inflamáveis e madeira; escritório; arquivo; oficina mecânica; carpintaria; cocheiras; usina termoeletrica; central elétrica; lavanderia para sacos de trigo; armazém de gêneros alimentícios; padaria; vila operária; residência para funcionários graduados; e escola. (PARANÁ, 1988, não paginado).

Segundo documento disponível no Acervo da Biblioteca Pública do Paraná (1977, p. 2), redigido por “um antoninense”, que não se identificou, “a firma internacional Indústrias Reunidas F. Matarazzo [estava] em 3º lugar, no Brasil, como firma industrial e comercial, com grande número de filiais tanto no Brasil como no estrangeiro”.

O sucesso das IRFM perdurou em Antonina por cinquenta e sete anos, o que sugere determinada importância e relação dos antoninenses com essa modalidade de atividade econômica.

Giambarresi (2016), autora com experiência vivida como moradora nascida em Antonina, em seu artigo de conclusão de curso demonstrou um entendimento de que a relação dos antoninenses com as IRFM era de dependência, dada as condições de

trabalho de caráter paternalista oferecidas aos operários, provendo-os de todos os recursos necessários a uma sobrevivência comum, desde moradia, escola, hospital até alimentos.

De acordo com o descrito no Projeto Matarazzo de Antonina (s.d., não paginado) no ano de 1972 o encerramento dessas atividades industriais trouxe um aumento no nível de desemprego no município o que provocou “uma situação de desagregação” da população antoninense obrigando-a a buscar em outras localidades novas oportunidades.

Para Giambarresi (2016) desde o momento em que as IRFM fecharam as portas até os dias atuais, Antonina está em crise devido à falta de iniciativa de seus moradores em investir em atividades alternativas capazes de gerar desenvolvimento econômico, como por exemplo, o turismo.

Por outro lado, Nascimento (2006, p. 112), autor também com experiência vivida como morador nascido em Antonina concorda que as atividades das IRFM foram responsáveis “por grande parte do desenvolvimento econômico e social da cidade” e qualifica as construções do antigo complexo industrial como representantes de um patrimônio não exclusivamente pertencente a uma elite, mas também “[...] da família trabalhadora antoninense”.

No Projeto Matarazzo de Antonina (s.d., não paginado) as construções e as ruínas das IRFM (FIGURA 6) são mencionadas como um lembrete de que “[...] do tempo de trabalhar chegou o tempo de lembrar que por detrás de ruínas e do mato verde” existem muitas histórias.



FIGURA 6 – RUÍNAS DO ANTIGO ARMAZÉM ANTÔNIO RIBEIRO DE MACEDO
FONTE: A AUTORA (2016).

Considerando a perspectiva de Meinig (2002) sobre a diversidade de interpretação que pode surgir do olhar de quem contempla a paisagem é possível inferir que as ruínas das IRFM são capazes de trazer à memória dos moradores lembranças de um tempo áureo e despertar a curiosidade dos visitantes sobre essas histórias.

Para Jeudy (1990, p. 126), a “estética do abandono” inerentes as ruínas é objeto de atração que persiste e evoca “[...] uma doce nostalgia, como se os eventos que haviam anunciado seu fim se tornassem os signos de sua transmutação em símbolo” habilitando-as a receberem a classificação de patrimônio.

Não apenas as ruínas, mas a totalidade da paisagem do C.H.P. de Antonina com as marcas impressas em suas demais construções de ambos os períodos de sua história, a prosperidade e a decadência, representa um patrimônio com potencialidade de tornar-se um atrativo turístico não apenas por sua atratividade visual, mas pelos significados que carregam.

Desse modo, o turismo cultural enquanto uma atividade turística que em seu planejamento contemplasse a oferta de visitas interpretativas, conforme recomendado por Murta e Goodey (1995) e na Carta ICOMOS (2008) teria a potencialidade de proporcionar aos visitantes uma experiência de retorno ao passado que lhes permitiriam compreender a realidade contemporânea de Antonina, tornando a visita mais enriquecedora do ponto de vista das possibilidades de aquisição de novos conhecimentos.

No entanto, como observado durante o trabalho de campo dessa pesquisa, o turismo local ainda não está sendo trabalhado com esse propósito, porém a situação de abandono das construções da área central do município, resultado do declínio econômico e do êxodo urbano por ele provocado despertou nas instâncias governamentais municipais e estaduais um interesse pela recuperação dessas edificações. Para isso foram elaboradas algumas políticas que visaram protegê-las, sendo que a mais recente delas concedeu ao conjunto de construções da área central da cidade, por meio do ato de tombamento de nível federal, o título de Patrimônio Nacional.

4.2 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DOS ELEMENTOS MATERIAIS DA PAISAGEM

Inserido no que foi exposto por Kersten (2000) sobre os processos de tombamento no Estado do Paraná iniciados na década de 1960, o município de Antonina passou a ter seus patrimônios edificados tombados pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná a partir do ano de 1969, o que sugere uma tentativa de colocar em evidência o litoral paranaense como detentor de bens históricos referenciais. (QUADRO 4).

Patrimônio	Localização	Data de inscrição	Proprietário
Fonte da Carioca	Largo da Carioca	23.04.1969	Prefeitura Municipal de Antonina
Igreja do Bom Jesus do Saivá	Praça Carlos Cavalcanti	15.09.1970	Mitra Diocesana de Paranaguá
Arquivo Público Histórico Municipal de Antonina	Rua Heitor Soares Gomes, s/nº - Centro.	30.06.1990	Prefeitura Municipal de Antonina
Igreja Nossa Senhora do Pilar	Praça Coronel Macedo	08.11.1999	Mitra Diocesana de Paranaguá
Acervo da Farmácia Internacional de Antonina	Centro - Rua XV de Novembro, 202	16.10.2008	André Luiz Picanço E3
Estação Ferroviária de Antonina	Praça Carlos Cavalcanti	28.08.2012	Governo Federal

QUADRO 4 – PATRIMÔNIO MATERIAL TOMBADO NO MUNICÍPIO DE ANTONINA
 FONTE: LYRA; PARCHEN; LA PASTINA FILHO (2006), PARANÁ (2008, 2012).
 ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

A Fonte da Carioca, (FIGURA 7) de acordo com Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006) foi o primeiro bem tombado e inscrito no Livro do Tombo como patrimônio histórico local por meio do processo de número 22/69 aprovado pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná em 23 de abril de 1969.



FIGURA 7 – FONTE CARIOCA (1867)
FONTE: A AUTORA (2016).

Segundo Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006) essa construção possui estilo barroco e sua história está relacionada com a época da concessão da primeira sesmaria em 1646. O uso de suas águas dataria do início da ocupação territorial no local possibilitando o assentamento dos colonizadores europeus e servindo para o abastecimento de água potável à população até o ano de 1930. A ausência de mármore, pedras nobres, construção de imagens e ornamentações representam a história de uma sociedade fundada pelos portugueses. Berg (2006) relata também que em 1880, o local foi visitado por D. Pedro II e sua comitiva. Atualmente o bem pertence à Prefeitura Municipal.

Lê-se também em Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006) que a Igreja do Bom Jesus do Saivá, (FIGURA 8) foi tombada como patrimônio pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná pelo processo de nº 25/70 e inscrita no Livro do Tombo Histórico em 15 de setembro de 1970 como pertencente à Mitra Diocesana de Paranaguá. Segundo consta na ficha do processo, Paraná (1970, p. 21), essa construção representa “[...] o único exemplar antigo de arquitetura religiosa de Antonina que não sofreu modificações irreparáveis”.



FIGURA 8 – IGREJA DO BOM JESUS DO SAIVÁ
FONTE: A AUTORA (2016).

Com relação ao histórico dessa Igreja, Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006) relatam que os patrocinadores de sua construção foram o Capitão-mór Manoel José Alves, o Juiz de Órfãos, Capitão Pereira do Amaral e Benigno Pinheiro Lima, que ao falecerem, dentre o período de 1831 e 1837, deixaram donativos para as obras da igreja, porém as obras não foram finalizadas e somente em 1866 foi constituída uma irmandade com o intuito de concluí-la. No período de 1866 a 1900 a Igreja funcionou normalmente, comemorando no mês de agosto a Festa do Senhor Bom Jesus do Saivá, no entanto após a década de 1900 a irmandade entrou em decadência e não havia fundos suficientes para a manutenção do templo culminando no encerramento do uso público na década de 1910, quando ocorreu o desmoronamento. Em 1970, o prefeito municipal junto com a Secretaria da Cultura do Estado do Paraná por meio do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico deu início ao processo de tombamento e iniciaram as obras de restauro em 1972, concluídas em 1976.

Durante o período de observação assistemática dessa pesquisa foi informado pela pessoa responsável pelo atendimento na secretaria paroquial local que as atividades religiosas internas dessa Igreja estão suspensas por tempo indeterminado devido ao risco de desabamento da construção.

O Arquivo Público Histórico Municipal de Antonina também foi tombado como patrimônio pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná e inscrito no Livro do Tombo 101-II, por meio do processo de número 05/90, em 30 de julho de 1990, como pertencente à Prefeitura Municipal. Segundo Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006), o acervo contém um conjunto de documentação produzido pela Câmara e Prefeitura de Antonina sobre a ocupação do litoral paranaense, a história política das relações entre Antonina, Paranaguá e Curitiba, bem como os documentos referentes ao Porto e a IRFM e também ao cotidiano de cidadãos que escreveram a história local.

O imóvel (FIGURA 9) destinado para abrigar esse acervo é aberto para visitação e uso da população local, e nele são promovidas exposições e oficinas culturais. No entanto, durante o período de observação assistemática dessa pesquisa foi possível identificar que existe apenas uma funcionária responsável pela gestão do Arquivo, e por essa razão existem inúmeros documentos sobre a história de Antonina que ainda não foram catalogados.



FIGURA 9 – FACHADA DO IMÓVEL QUE ABRIGA O ARQUIVO PÚBLICO DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, (FIGURA 10), segundo Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006) foi tombada como patrimônio pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná por meio do processo 01/95 que a inscreveu no Livro do Tombo Histórico em 08 de novembro de 1999 como propriedade particular da Mitra Diocesana de Paranaguá. Sua construção é um elemento de destaque na paisagem antoninense.



FIGURA 10 – VISTA PANORÂMICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR
FONTE: ACERVO DA 10ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO IPHAN (1940).

Nascimento (2006, p.22) na posição de morador e fotógrafo de Antonina há mais de vinte e sete anos declara “[...] posso sem dúvida, eleger a paisagem da matriz como símbolo imagético da nossa cidade”. Além disso, em sua opinião, o aspecto bucólico dessa paisagem contendo a vista do mar e o entorno verde que emoldura essa construção secular “[...] formando um verdadeiro santuário” representa um registro da história antoninense.

Com relação ao seu histórico de formação, de acordo com Lyra; Parchen; e La Pastina Filho (2006), sua fundação foi em 1714, e desde a sua inauguração passou por diversas transformações. No ano de 1923 foi fechada devido ao seu estado de precariedade. Nos anos de 1926 e 1952 passou por reformas. Atualmente, mantém poucos de seus aspectos arquitetônicos originais. (FIGURA 11).

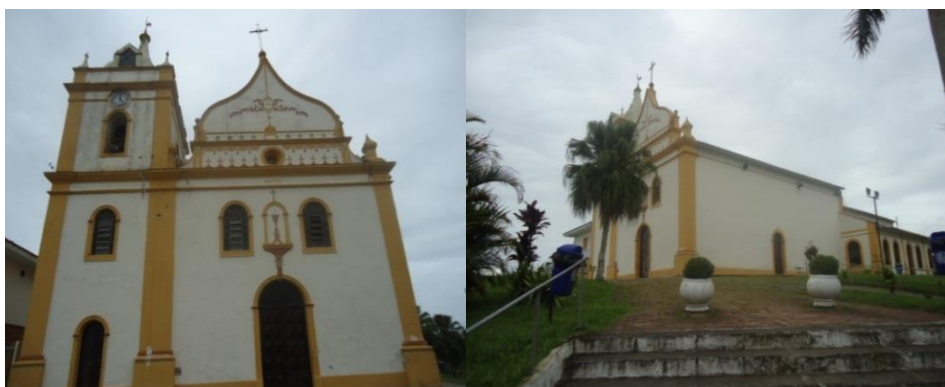


FIGURA 11 – VISTA PANORÂMICA DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PILAR
FONTE: A AUTORA (2016).

A relação desses primeiros bens imóveis tombados em Antonina demonstra a explicação de Kersten (2000) sobre os diferentes enfoques dos atos de tombamento no Estado do Paraná ao longo do tempo. Segundo a autora a partir da década de 1960 os bens selecionados buscaram referenciar o início da ocupação portuguesa, assim aqueles pertencentes à Igreja Católica reforçavam a história da catequização e são até os dias atuais facilmente identificados com a ideia de monumentalidade que acompanhou a definição tradicional de patrimônio.

Diferente do enfoque dado aos bens diretamente relacionados com a história da colonização portuguesa conforme exposto até o momento, mas da mesma forma importante para o município está o tombamento da Farmácia Internacional de Antonina realizado no ano de 2008 pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná, por meio do processo nº01/2006, que a inseriu no Livro do Tombo Histórico sob a inscrição 158 II. Segundo a descrição das características e as observações escritas

sobre o bem, pela Coordenação do Patrimônio Cultural, Paraná (2008, p. 1), essa Farmácia representa “uma referência para a cidade desde o início do século XX” e o seu “mobiliário e equipamentos formam um expressivo conjunto, guardando referências às antigas boticas, onde a manipulação de fórmulas era a base de seus serviços até o início dos anos 60”.

Antes mesmo desse reconhecimento, Nascimento (2006, p. 95) com base em sua experiência vivida no município já considerava essa Farmácia como um patrimônio, e comentava o seu potencial de uso turístico afirmando que a sua “fachada arquitetônica e seu mobiliário atraem os visitantes [...], e convida-os para uma verdadeira viagem no tempo das velhas boticas”.

Nesse ambiente, do ponto de vista dessa pesquisa, o uso de atividades interpretativas contando essa história também agregaria valor à visita turística. (FIGURA 12).



FIGURA 12 - FARMÁCIA INTERNACIONAL DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

O mesmo potencial turístico pode ser atribuído à Estação Ferroviária, bem tombado em nível estadual e inscrito no Livro do Tombo 173 II, pelo processo nº 03/2011, que segundo a Coordenação do Patrimônio Cultural, Paraná (2012, não paginado) foi também tombada em 28 de agosto de 2012, em nível federal como parte integrante do C.H.P. de Antonina. O duplo ato de tombamento se justifica pelo fato da

Estação Ferroviária estar diretamente relacionada com a história ferroviária do Estado do Paraná, desde seu início com a inauguração do trecho entre Curitiba-Paranaguá, em 1885, cujo objetivo na época foi o de atender a demanda de transporte no litoral paranaense.

Além disso, informações do IPHAN (2009) mencionam que a Estação Ferroviária de Antonina foi inaugurada no ano seguinte a inauguração do conjunto da IRFM, em 1916, em substituição à primeira Estação de madeira que datava de 1892 contribuindo também com o desenvolvimento da economia local por meio dos deslocamentos de pessoas e mercadorias. (FIGURA 13).



FIGURA 13 – ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ANTONINA
FONTE: ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA (1935).

Apesar de ter representado um papel importante no desenvolvimento municipal, a Estação Ferroviária foi perdendo gradativamente seu lugar como principal meio de transporte devido a alguns fatores citados no documento elaborado pelo IPHAN (2009), dentre eles o crescimento das movimentações de importação e exportação do Porto de Antonina nas primeiras décadas do século XX, o início do uso do transporte rodoviário na década de 1950, e o encerramento das atividades econômicas do conjunto IRFM, em 1972, que fizeram com que ela fosse desativada no ano de 1977.

Na década de 1980, Iberê (2006, p. 43) relata que a Estação abrigou a “Empresa Paranaense de Turismo (PARANATUR), setor de Antonina”, da qual ele era o responsável. De acordo com a descrição do autor, na época o local contava com restaurante, feira de artesanato, exposições de arte e eventos esporádicos e a

movimentação turística tinha como aliada o funcionamento da linha férrea, com o uso da “velha Maria Fumaça” e a “Litorina”, as quais “proporcionavam aos antoninenses visitantes e turistas, momentos de nostálgicas recordações”, durante os finais de semana.

Na década seguinte a Estação foi desativada e abrigou diversos projetos de uso público, tais como a proposta de ser um centro cultural, e museu, os quais fracassaram fazendo com que o local entrasse em estado de abandono, conforme indica Nascimento (2006). Segundo informações do IPHAN (2009) no ano de 2003 houve um processo de revitalização no local.

Entretanto, no período de 2013-2017, durante as visitas realizadas para subsidiar essa pesquisa, observou-se a história de abandono mais uma vez refletida em uma construção em mau estado de conservação, com problemas de infiltração de água pelo telhado, vidros quebrados, pintura desgastada e comprometida por atos de vandalismo. (FIGURA 14).



FIGURA 14 – ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

No que diz respeito ao uso social atual, o local abriga um escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, um ateliê sede da Associação de Artesanato, e um “protótipo” de Centro de Informação Turística. Contudo, esse patrimônio, da mesma forma que os demais já citados, apresenta potencialidade para a realização de atividades interpretativas que relatem parte da história do município tanto aos moradores que podem desconhecer seus detalhes como aos visitantes que em um primeiro momento, podem também não possuir conhecimentos sobre Antonina.

Esses atos de tombamento aqui descritos com as suas respectivas inscrições dos bens patrimoniais nos Livros do Tombo atendem ao disposto pela Lei Estadual nº 1.211/53, Paraná (1953), e também com o disposto no artigo 24º da Constituição Federal, Brasil (1988, não paginado), o qual declara ser de competência da União, dos Estados, dos municípios e também do Distrito Federal “[...] legislar concorrentemente sobre [o] patrimônio histórico, cultural, artístico turístico e paisagístico”.

Na Lei nº 22 de 2008, que dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo municipal de Antonina, o Setor Histórico (SH) está especificado como uma localização de imóveis que deveriam ser conservados, conforme descrito no artigo 28º

Setor Histórico (SH) – é a área equivalente ao Centro Histórico tombado municipalmente e região de entorno, sendo a parte mais antiga e consolidada da cidade, onde predominam importantes equipamentos institucionais do Município, como a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Hospitais, Escolas, Teatro e a Rodoviária. (ANTONINA, 2008, não paginado).

O levantamento realizado pelo IPHAN (2009) sobre os instrumentos de proteção aos quais os imóveis de Antonina são submetidos aponta que além dos tombamentos já citados, o município possui também um Fundo Municipal de Defesa e Patrimônio Histórico e Cultural instituído pela Lei Municipal nº04/1990 com um conselho gestor responsável pela aplicação de multas e incentivos fiscais aos imóveis de interesse patrimonial.

Para Santos (2014, não paginado), todas essas estratégias de proteção do C.H.P. de Antonina por meio das ações das instâncias municipal e estadual “não obtiveram sucesso, dado o estado de degradação das edificações, aliado a iminência do impacto gerado pela retomada da atividade portuária” no município, fatos que, segundo a autora contribuíram para que a Superintendência do IPHAN no Paraná se responsabilizasse e tomasse uma postura que viabilizasse a preservação deste “Conjunto ameaçado” e, para isso, nas palavras da autora, seria necessária uma “[...] construção do valor cultural nacional de Antonina, que justificasse seu tombamento”.

Para Gonçalves (1996, p. 63), apenas a construção de um valor cultural nacional não é suficiente para promover a preservação dos patrimônios, além disso, há uma necessidade de apropriação do “valor cultural nacional”. Segundo o autor, o ato de “[...] apropriar-se de uma cultura nacional significa um empreendimento no sentido de restabelecer ou defender a integridade e a continuidade de valores

supostamente ameaçados”. Isso porque para o autor, “[...] uma nação é sua autoapropriação [e] nesse processo, o que é apropriado, quem se apropria e com quais propósitos são questões que trazem diferentes respostas”.

Gonçalves (1996, p. 133) defende ainda que o ideal de nacional não representa exatamente “um processo histórico e social”, mas sim “uma alegoria, uma estrutura narrativa pela qual a nação é uma realidade sempre prometida, mas jamais presente”, portanto, tal qual o conceito de patrimônio, o “valor nacional” é uma invenção idealizada prioritariamente por intelectuais nas mais diversas épocas e localidades.

Dessa forma, apesar da validade da ação institucional empreendida no sentido de viabilizar a preservação do C.H.P. de Antonina, por meio do tombamento federal, há que se refletir que a busca por construir um valor nacional para um município pautada exclusivamente na preocupação com a desintegração de edificações e descaracterização da paisagem é um projeto ambicioso, principalmente porque muitos dos bens imóveis selecionados como representativos da história das cidades coloniais brasileiras trazem a memória lembranças dos colonizadores e não dos sujeitos colonizados.

Além disso, dado o caráter técnico das decisões referentes à proteção dos patrimônios, Fonseca (2009) visualiza a inserção da participação popular nesses processos como uma questão ainda em aberto e com poucos avanços em termos de discussão no Brasil.

O caso do tombamento em Antonina não difere dessa realidade e caracteriza-se como tema de interesse da elite intelectual local, conforme lido em Berg (2012, p. 9) sobre a iniciativa dos membros da Associação Filhos de Antonina em apresentar via ofício, no ano de 2002, à então Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, uma solicitação de projeto de tombamento para áreas e monumentos históricos da cidade devido ao “progressivo número de prédios e ruínas [...] em total estado de abandono” os quais sem uma política de restauração ocasionaria o desaparecimento por completo de todo um “cenário histórico-cultural”. Em resposta foi informado aos interessados a existência de bens tombados de forma individual e a existência de legislação municipal de proteção ao setor histórico, ambas as informações já mencionadas no início desse capítulo.

Berg (2012, p. 11) relata que apenas no ano de 2010 é que o IPHAN notificaria aos interessados a abertura do processo nº 1.609-T-2010 que apresentava a proposta de tombamento do C.H.P. de Antonina, devido ao seu valor histórico e paisagístico,

solicitando sua inscrição nos Livros do Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Esse processo seguiu os procedimentos tradicionais de um trabalho técnico. Santos (2014, não paginado) explica que para compor o plano de trabalho desse ato a Superintendência Regional do IPHAN no Paraná contratou um inventário e uma pesquisa histórica com o objetivo de inserir o município “[...] na historiografia da ocupação do território brasileiro”.

Segundo Santos (2014, não paginado), a realização do estudo coordenado pelo Professor Nestor Goulart Reis Filho por meio das informações levantadas sobre a formação e urbanização da “Repartição do Sul – unidade administrativa que compreendia parte das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste” comprovou que essas áreas se organizaram urbanisticamente de maneira distinta das demais áreas do país. A pesquisa abordou também “a organização da vida cotidiana identificando as vilas e arraiais formados a partir do primeiro ciclo de mineração do ouro no Brasil”. A autora ressalta que para o pesquisador “a integração do conjunto de Antonina com o ambiente natural a qual ele está inserido e a importância desta inserção territorial [...] para a historiografia brasileira” faz com que sua pesquisa atribua, além do valor histórico, um valor paisagístico para a área em estudo.

A autora relata ainda que em complementariedade à pesquisa empreendida pelo Professor Nestor Goulart Reis Filho foi realizado um inventário do conjunto, utilizando a metodologia do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SIGC, que consiste em

[...] uma análise da situação urbana atual, com mapeamentos que detalham as características e condições do sítio, juntamente com a identificação [dos] imóveis, que constituem o acervo de maior destaque do conjunto. (SANTOS, 2014, não paginado).

Desse modo foi que no plano de trabalho da proposta o IPHAN (2009) apresentou a área do tombamento dividida em oito conjuntos de edificações, o Conjunto da Matriz (em rosa escuro), o Conjunto da Rua XV (em amarelo), o Conjunto do Porto (em cinza), o Conjunto de São Benedito (em rosa claro), o Conjunto da Rua do Campo (em rosa), o Conjunto da Fonte da Carioca (em laranja), um Conjunto de ocupação recente não nomeado e o Conjunto do Saivá (em marrom claro). (FIGURA 15).

fechadas durante quase todo o ano. A centenária Praça Coronel Macedo posicionada no centro do Conjunto, complementa a paisagem como uma área verde destinada a socialização e ao descanso.

O Conjunto da Rua XV de Novembro, segundo o IPHAN (2009, p. 24),

[...] difere essencialmente do da Matriz por sua conformação linear, sem um ponto focal definido, desatrelado da polarização da Igreja pela interposição da Rua Vale Porto. As construções seguem tipologias variadas, até pela predominância das atividades comerciais, sempre dispostas a adaptar as construções antigas para formas contemporâneas. Predominam ao menos espacialmente os edifícios de arquitetura eclética que, em função de seu porte e requinte de ornamentação, foram símbolos do auge econômico da cidade no final do século XIX e início do século XX. A “Antonina Hodierna” (expressão do livro editado pela Prefeitura Municipal em 1926 para descrever uma foto da Rua XV movimentada pelas atividades comerciais) ainda é o ponto de maior movimento da cidade, centro comercial voltado para a população local.

Durante as atividades de campo percebeu-se que caminhar pela Rua XV de novembro é sentir a cidade em movimento, ainda que de forma lenta. Os seus estabelecimentos comerciais, os bancos, os prédios públicos e as residências marcam a paisagem dessa rua tanto pela descaracterização de suas construções antigas como pela presença de alguns exemplares bem conservados de uma arquitetura do século passado como, por exemplo, a casa da Vó Gene, que em 2016 recebeu homenagem por completar 100 anos. (FIGURA 16).



FIGURA 16 – CASA DA VÓ GENE
FONTE: A AUTORA (2016).

É nessa rua que também está a casa em que D. Pedro II ficou hospedado quando visitou o município em 1880, como lê-se na placa explicativa posicionada na frente do imóvel. De acordo com o IPHAN (2009, p. 323), “[...] a data de 1914 presente no balcão da fachada principal sob a inscrição Prefeitura Municipal provavelmente registra o momento em que passou a ter esta finalidade”, que permanece até os dias atuais. (FIGURA 17).



FIGURA 17 – FACHADA DO IMÓVEL DA PREFEITURA DE ANTONINA (1925)
FONTE: A AUTORA (2016).

O Conjunto do Porto é descrito pelo IPHAN (2009, p. 24) como complementar ao Conjunto da Matriz estendendo-se em frente à Baía, local do antigo ponto de embarque do Porto. A tipologia das construções dessa área possui “[...] feições ecléticas, apesar de possuir também construções de tipologia luso-brasileira”, na qual predomina “[...] uma arquitetura simples e funcional, de grandes barracões”.

A principal atratividade desse Conjunto é a Praça Feira Mar e o Trapiche, ambos localizados de frente para o Morro e para a Baía de Antonina, compondo uma paisagem de forte apelo visual. (FIGURA 18).



FIGURA 18 – TRAPICHE DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

O Conjunto de São Benedito, cuja ocupação é datada da metade do século XIX, segundo o IPHAN (2009, p. 24) possui característica arquitetônica luso-brasileira e eclética e apresenta-se como o mais frágil “[...] do ponto de vista da preservação do patrimônio construído” devido à “forte pressão por verticalização” e à “intensa descaracterização das fachadas” de suas construções.

Nesse conjunto, a inserção da construção imponente e marcante do Teatro Municipal na paisagem, no ano de 1906, significou um elemento de destaque social e cultural para os antoninenses durante seu período de apogeu econômico. (FIGURA 19).



FIGURA 19 - TEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA
FONTE: ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA (s.d.).

Leandro (2002) relata, com base nos depoimentos de moradores obtidos durante o seu trabalho de dissertação, que no auge econômico da cidade o Teatro foi palco de apresentação de grandes nomes artísticos, como o de Carmem Miranda no ano de 1933.

No levantamento realizado pelo IPHAN (2009, p. 438) sobre os usos do local há o relato de que o Teatro “em meados do século XX passou a abrigar sessões de cinema”, e na década de 1980 passou por uma reforma financiada pelo Governo Estadual. (FIGURA 20).



FIGURA 20 - TEATRO MUNICIPAL DE ANTONINA (2016)
FONTE: A AUTORA (2016).

Atualmente nele está localizada a Secretaria de Turismo e Cultura. No período em que acontece o Festival de Inverno realizado desde 1991 pela Universidade Federal do Paraná em parceria com a prefeitura de Antonina, o Teatro é palco de atrações e festividades. Contudo, como observado durante as visitas *in loco* suas condições internas de uso público carecem de reforma e manutenção.

O Conjunto da Rua do Campo, atual Rua Conselheiro Alves de Araújo, segundo o IPHAN (2009, p. 25) apresenta situação semelhante ao Conjunto de São Benedito, por também ser uma área de ocupação antiga e reunir construções com característica arquitetônica luso-brasileira e eclética e apresentar “[...] elevado grau de descaracterização e mesmo um número [...] reduzido de imóveis de interesse em relação à importância que possui na história da cidade”.

Nesse Conjunto está situado o Colégio Estadual Prof. Brasília Machado o qual segundo o IPHAN (2009) foi a primeira instituição de ensino do Paraná cuja fundação é datada de 1885. (FIGURA 21).



FIGURA 21 – COLÉGIO ESTADUAL PROF. BRASÍLIO MACHADO
 FONTE: A AUTORA (2016).

O Conjunto da Fonte da Carioca, segundo o IPHAN (2009, p. 25),

[...] se desenvolve entre o morro que limita o Centro Histórico e o Portinho, com número significativo de imóveis de tipologia luso-brasileira contrapostos a grandes casarões de tipologia eclética. Parte desse grupo se liga historicamente com o porto, em função dos barracões e dos pátios de carga [e] liga-se ao conjunto de São Benedito, [...] ao menos no que se refere à época de ocupação.

O Conjunto de ocupação recente, localizado na parte oeste do centro de Antonina nas proximidades da Estação Ferroviária, segundo o IPHAN (2009, p. 25) é composto predominante por residências e caracteriza-se como vulnerável as ações de descaracterização de suas construções cuja tipologia arquitetônica é descritas como “[...] eclética, eclética tardia e *art déco*”.

Esses três últimos conjuntos não apresentam construções de interesse para o uso turístico devido à predominância de residências conforme bem enfatizado no estudo elaborado pelo IPHAN (2009).

O Conjunto do Saivá, segundo o IPHAN (2009, p. 25) restringe-se à Igreja do Bom Jesus do Saivá e a Estação Ferroviária, “[...] não havendo outras construções relevantes, apesar de relatos históricos indicarem que sua ocupação data do século XVIII”.

Conforme observado durante o trabalho de campo a localização desse conjunto, um pouco afastada da área central do município, somada à situação de

semiabandono da Estação Ferroviária e a inatividade da Igreja do Bom Jesus do Saivá comprometem a sua atratividade turística.

Contudo, apesar das limitações aqui apresentadas, seja de infraestrutura, manutenção ou segurança pública, cada um desses conjuntos compõem a totalidade da paisagem do C.H.P. de Antonina testemunhando por meio de suas ruínas e de suas construções não apenas o histórico do processo de urbanização do município, mas contando silenciosamente a história de uma sociedade, a qual para ser compreendida por aqueles que dela não fizeram parte precisa, do ponto de vista dessa pesquisa, de ser mediada por atividades de interpretação patrimonial. Por tudo isso, reforça-se o pressuposto de que a paisagem e as experiências nela vividas representam recursos ao desenvolvimento da atividade turística local.

Além da função de ordenar a ocupação urbana, os conjuntos selecionados refletem uma segregação social conforme descrito pelo IPHAN (2009), pois as camadas socialmente mais favorecidas da época se fixaram nas proximidades do Conjunto da Matriz e do Conjunto da Rua XV, enquanto que os demais abrigaram uma população com baixo poder econômico, fato observado ainda hoje nas fachadas das construções.

No período de realização dessa pesquisa não foram localizadas referências a estudos que confirmem a permanência dessa divisão de classes sociais entre os conjuntos mencionados, porém a própria concentração de imóveis selecionados para o tombamento federal nos dois primeiros conjuntos, em detrimento dos demais, parece confirmar essa situação. Além disso, a predominância de imóveis com características luso-brasileiras sugere uma continuidade da tradição de tombamento como enfoque na cultura do colonizador.

A única exceção observada no contexto desse tombamento é a Igreja de São Benedito (FIGURA 22), que assim como todas as demais Igrejas do município foi construída por mãos escravas, essa, porém, como homenagem ao santo protetor dessa parcela da população.



FIGURA 22 – IGREJA DE SÃO BENEDITO
FONTE: A AUTORA (2016).

A escravidão no município de Antonina foi apontada por Westphalen (1964, p. 5) em seu estudo comparativo com o município de Paranaguá, no qual a autora constatou que no final do século XVIII a população escrava de Antonina era de 27% contra 20,53% em Paranaguá.

Com relação à construção da Igreja de São Benedito, a documentação disponibilizada pelo IPHAN (2009) informa que não há referências documentais sobre a data de início das obras, porém a sua conclusão se deu em 1859, o que indica a sua presença nos primeiros anos do município e a sua contribuição para a expansão da área central no início do século XIX.

Berg (2006, p. 69) menciona que além das celebrações religiosas essa Igreja era utilizada pelos escravos como local de proteção contra os “maus tratos cometidos pelo homem branco”.

Santos et al. (2014, *online*, não paginado) publicou no sítio eletrônico *Youtube*³⁶ que o histórico dessa Igreja foi tema de um curta-metragem produzido em parceria

³⁶ SANTOS, T. K., et al. Curta Metragem. **A lenda da Igreja de São Benedito**. Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1cFkmJF3yZE>>. Publicado em 02 de fev. de 2014. Acesso em: 24 jul. 2016.

com a RPC TV (Afiliada da Rede Globo no Paraná) e a Universidade Positivo por intermédio do Projeto Roda Aí. Na descrição da sinopse desse trabalho lê-se que

A história tem como referência a lenda da Igreja de São Benedito, situada em Antonina/PR. Quatro jovens, em busca de diversão e tranquilidade, vão para a pequena cidade passar uns dias, mas o que eles não esperavam era passar por uma situação misteriosa envolvendo o padre e a igreja. A lenda é tida como mito na cidade, mas há que diga que os fantasmas dos negros ainda frequentam o local. Será que os jovens vão desvendar o mistério? (SANTOS et al., 2014, *online*, não paginado).

Segundo Santos et al. (2014, *online*, não paginado), esse curta-metragem foi apresentado no Festival Curta Antonina em 06 de novembro de 2013, no Festival Roda Aí da RPC TV, em 17 de dezembro de 2013 e no Festival Internacional de Cinema da Bienal de Curitiba, em 28 de outubro de 2014.

Durante a observação assistemática dessa pesquisa foi informado à pesquisadora que as atividades religiosas dessa Igreja permanecem ocorrendo normalmente. Além disso, todos os anos durante o Festival de Inverno organizado pela UFPR em parceria com a prefeitura no município, a Igreja é palco de apresentações artísticas.

As informações de caráter histórico e arquitetônico sobre cada um dos conjuntos aqui citados, os quais atualmente compõem o C.H.P. de Antonina, subsidiaram o plano de trabalho, IPHAN (2009), apresentado no processo de solicitação de seu tombamento, o qual após aprovação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural na sede do IPHAN em Brasília em 25 de janeiro de 2012 e de acordo com a publicação do Diário Oficial, Brasil (2013), homologada pela Portaria nº 28 de 14 de março de 2013 foi tombado e recebeu o título de patrimônio nacional.

Embora tenha mantido o formato tradicional dos tombamentos federal das Cidades Históricas Brasileiras, a proposta de tombamento do C.H.P. de Antonina diferiu daqueles outrora realizados no município por expressar uma preocupação com os aspectos paisagísticos da área em questão, como sugere a própria nomenclatura dada ao bem no momento de sua inscrição no Livro do Tombo Histórico e Paisagístico.

No C.H.P. de Antonina, para o IPHAN (2009), além das edificações, a paisagem da área indicada para proteção também se encontrava em situação de risco devido ao processo gradual de descaracterização por meio da inserção de construções em locais inadequados. Por isso, como recomendação de preservação foram definidas

áreas que deveriam restringir de forma total ou parcial novas construções com objetivo de manter principalmente a paisagem da Baía, dos morros e do Conjunto da Matriz.

A consideração da paisagem como digna de proteção é resultado do avanço das discussões em torno do que pode e deve ser nomeado como patrimônio, publicadas em documentos patrimoniais, especialmente na Recomendação Europeia (1995), na Carta de Bagé (2007) e na Portaria do IPHAN que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural, (Brasil, 2009), cujos conteúdos influenciaram e serviram como novas diretrizes para a promoção de ações de proteção e gestão do patrimônio.

A proposta elaborada pelo IPHAN (2009) para o C.H.P. de Antonina, apesar de ter inserido a questão da paisagem em seu escopo, não aplicou esse conceito da maneira descrita nos documentos citados, e, portanto, não a considerou como um patrimônio, restringindo o seu significado ao sentido de “pano de fundo”, conforme observado no seguinte trecho sobre o entorno do patrimônio edificado em estudo:

[...] a área de entorno inclui a proteção de elementos fundamentais para a paisagem do patrimônio construído, formando um pano de fundo [...] ora na forma de uma densa mata vegetal nas encostas dos morros, ora na imensidão azul da Baía de Antonina. (IPHAN, 2009, p. 4).

Partindo de uma perspectiva geográfica do entendimento de paisagem, para essa pesquisa, o C.H.P. de Antonina representa um patrimônio composto de elementos materiais e imateriais que pode dar-se a conhecer não apenas pelo olhar, mas também por meio das experiências vividas dos sujeitos com essa paisagem, tendo em vista que tal abordagem, ainda que sugerida no contexto da Chancela da Paisagem Cultural instituída pelo IPHAN, até o momento não tem encontrado espaço nas ações tradicionais que visam à proteção do patrimônio, fato que contribui para diminuir as possibilidades de sucesso dessas ações.

Com relação ao tombamento do C.H.P. de Antonina, Santos (2014) menciona que não houve representatividade popular no processo e que o mesmo recebeu quatro impugnações provenientes de três proprietários de imóveis particulares e da Prefeitura Municipal. Para os proprietários particulares, dentre eles representantes de membros da família Matarazzo, não havia valor histórico em suas edificações que justificassem o tombamento. Para a Prefeitura a preocupação central estava na inviabilidade de futuras atividades portuárias com o tombamento do Porto. Com relação à ausência do valor histórico o IPHAN respondeu aos proprietários dos imóveis que esses estavam sendo tratados como parte de um conjunto dentro dos

aspectos históricos levantados no estudo previamente realizado e não considerados isoladamente. Com relação às atividades portuárias o IPHAN não se manifestou de forma contrária, porém mostrou-se preocupado com os possíveis impactos gerados por essa modalidade de atividade econômica sob o patrimônio.

Andrukiu, A.; Gomes; Andrukiu, F. (2015) relatam ainda que não houve um esclarecimento voltado para a população antoninense, por parte do IPHAN, sobre os objetivos e as implicações da aplicação desse instrumento de proteção ao patrimônio local.

As situações descritas por esses autores demonstram um conflito de interesses em torno dos bens imóveis selecionados para o tombamento no C.H.P. de Antonina, ao mesmo tempo em que sugerem a ausência de reconhecimento dessas construções como patrimônio por parte da população.

Nesse sentido, Barretto (2000, p. 15) argumenta que o ato do tombamento, em seu modelo tradicional, é tido como “fator negativo, até indesejado, uma ameaça ao patrimônio familiar”, criando

[...] uma situação paradoxal, na qual o Estado tomba prédios históricos para protegê-los da destruição rápida de demolição, mas, tolhendo suas possibilidades de utilização, condena-os a destruição lenta do abandono, sem poder obrigar os donos a tomar providências e sem poder adotar medidas por falta de orçamento para tal. (BARRETTO, 2000, p. 15).

Por isso, para Jeudy (1990, p. 8),

[...] a formalização de um patrimônio, sua gênese, sua atualização partem do mesmo princípio: a salvaguarda, pura e simples, não basta, ela deve ser estimulada por um interesse coletivo de apropriação e reconhecimento.

Fonseca (2009, p. 43) partilha essa mesma ideia afirmando que “[...] a integridade física dos bens patrimoniais não é por si só suficiente para sustentar uma política pública de preservação”. Para a autora faz-se necessário atentar-se para o “vértice da recepção” dos bens tombados, os quais possuem

[...] uma dinâmica própria em dois sentidos: primeiro, no da mutabilidade de significações e valores atribuídos a um mesmo bem em diferentes momentos históricos, [...], segundo, no da multiplicidade de significações e de valores atribuídos, em um mesmo momento e em um mesmo contexto, a um mesmo bem, por grupo econômico, social e culturalmente diferenciado. (Fonseca, 2009, p. 44).

Não há registros oficiais ou pesquisas recentes que abordem a experiência vivida dos sujeitos antoninenses com o ato do tombamento federal de seu C.H.P. que possam fornecer subsídios para uma reflexão mais aprofundada sobre a recepção da ação do IPHAN em Antonina, no entanto, Santos (2014, não paginado) comenta que

[...] observou-se, após participação na rotina da instituição oportunizada pelo Programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, que os técnicos da Superintendência do Paraná tiveram dificuldades na fiscalização e aplicação de ações de preservação na cidade. Percebeu-se que é grande a hostilidade de muitos moradores quanto às restrições impostas pelo tombamento e a Prefeitura Municipal se omite na fiscalização de obras irregulares ou qualquer outro tipo de apoio ao IPHAN na gestão de preservação do bem.

Essa situação sugere que a realidade com relação à proteção do patrimônio de Antonina vivenciada pelo IPHAN estende-se para além da promoção de ações de salvaguarda dos bens imóveis em situação de risco de degradação ou da manutenção da paisagem circundante do C.H.P., mas diz respeito principalmente com a forma que o órgão se relaciona com a população local, e como essa última se relaciona com o seu próprio patrimônio.

É nesse contexto que o ato de tombamento em Antonina toma proporções de um fenômeno social complexo, cuja questão central é como manter um diálogo saudável entre moradores e as instituições que promovem ações em benefício do patrimônio, seja em nível municipal, estadual ou federal, e sobre como conciliar conservação patrimonial e desenvolvimento econômico.

Por essa razão, pressupõe-se que os procedimentos técnicos desse ato não encontraram a devida receptividade junto à comunidade antoninense por não terem considerado os aspectos relacionais inerentes à paisagem e aos sujeitos que a vivenciam pois, ao excluir-se o fator humano das decisões, exclui-se também as possibilidades de enriquecer as discussões sobre como viabilizar a gestão dos bens que se pretende proteger.

Por isso, nessa pesquisa em que a paisagem é considerada como um patrimônio, mesmo com os entraves impostos pelo ato de tombamento toma-se como válida a afirmativa de Fonseca (2009, p. 180) de que nas cidades históricas, o fato de

[...] ter um bem [...] tombado pode significar, para grupos economicamente e socialmente desfavorecidos, benefícios de ordem material e simbólica [e] uma alternativa economicamente lucrativa para a população, através do turismo.

Jeudy (1990, p. 126-127) compartilhando dessa mesma visão acrescenta que “[...] só pode ter assegurado o [...] futuro aqueles bens culturais [...] que prestem um serviço ao presente”, sendo que do ponto de vista do autor “[...] a recuperação do patrimônio atendendo as necessidades sociais [é] o único caminho para evitar a perda definitiva de nossos centros históricos”.

Com base nos dados aqui apresentados é possível compreender que em Antonina a potencialidade de uso turístico de seu C.H.P. não se concentra apenas na estética de suas construções antigas que se destacam na paisagem, e nas possibilidades de inserção de atividades interpretativas para agregar valor à visita, conforme discutido por Silva e Silveira (2015), mas também na imaterialidade e no simbolismo da principal manifestação religiosa do município, a Festa de Nossa Senhora do Pilar, a qual reúne moradores e visitantes que, anualmente, compartilham e celebram a sua fé.

4.3 A PAISAGEM SIMBÓLICA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DO PILAR

Conforme mencionado anteriormente, a Recomendação de Paris (2003), junto à criação do Departamento do Patrimônio Imaterial no IPHAN qualificaram em seu escopo as expressões e as manifestações religiosas como patrimônios imateriais, da mesma forma que se dá com o conceito paisagem cultural difundido pela UNESCO, e adotado no Brasil na Carta de Bagé (2007), e oficializado pela Portaria, Brasil (2009), que instituiu a Chancela da Paisagem Cultural.

Esses instrumentos de proteção e gestão do patrimônio contemplam as marcas da ação humana e as suas formas de expressão como elementos constitutivos das paisagens, os quais nem sempre são apenas visíveis, mas por vezes são também simbólicos. Claval (2004) cita como exemplo a presença marcante de igrejas na paisagem que, além do caráter arquitetônico, por vezes imponente, guardam em si o caráter simbólico da fé de suas respectivas populações.

No Brasil, país de colonização portuguesa católica, observa-se que a fé das populações é externada por meio de festividades religiosas, as quais normalmente estão atreladas a história de seus respectivos municípios, o que faz que cada um deles tenham um padroeiro ou uma padroeira e em seu dia seja até mesmo decretado feriado para que haja a devida comemoração.

Almeida (2013) defende que, além de patrimônio, as festividades são parte integrante da paisagem, por essa razão a autora utiliza a nomenclatura “paisagens festivas” para se referir às festas, em especial aquelas de caráter religioso, as quais em sua opinião possuem a capacidade de fortalecer as relações sociais, os costumes e as tradições das comunidades.

Em Antonina a figura de Nossa Senhora do Pilar está presente na paisagem local desde a formação do município por meio das celebrações que ocorrem até os dias atuais, simbolizando de acordo com as palavras de Berg (2011, p. 23), “[...] uma das maiores demonstrações de religiosidade da comunidade antoninense”.

Berg (2011) assim relata a história da chegada dessa padroeira no então sítio da Graciosa:

Há rumores que a família composta pelos pais de Maria e Tereza, de passagem por Saragoça e pretendendo dali retirar-se meio as pressas da cidade, devido o conflituoso reino de Aragão, tendo em vista a guerra com a Catalunha e ainda a situação crítica que envolvia a economia da região e motivado também pela peste que vinha dizimando a população, resolveu adquirir uma pequena estampa de Nossa Senhora do Pilar, com a finalidade de alcançar proteção na difícil viagem que empreenderia ao cruzar o Atlântico em direção ao nosso continente, onde pretendia se fixar, assim o fazendo, justamente em meados do século XVII, quando estabeleceu-se nas imediações do sítio Graciosa, antiga Guarapirocaba, hoje Antonina. (BERG, 2011, p. 20).

Como já mencionado no início desse capítulo foi devido ao agrupamento de pessoas para participar dessas celebrações, promovidas por essas duas irmãs, que o antigo povoado se desenvolveu, principalmente após a construção da então Capela de Nossa Senhora do Pilar.

Segundo Nascimento (2006), os anos áureos dessa festividade foram nas décadas de 1930 a 1970 épocas em que o dia da festa era feriado e o município recebia uma quantidade expressiva de caravanas de fiéis de diversas localidades. Nas décadas seguintes a festa continuou a ser celebrada, ainda que sem a mesma grandiosidade dos primeiros anos.

A despeito disso, ainda hoje, festa e paisagem entrelaçam-se em Antonina e é nessa perspectiva que Carneiro Jr. et al. (2005, p. 69) descreve as características gerais da Festa de Nossa Senhora do Pilar, que ocorre no dia 15 de agosto de cada ano, utilizando os elementos da paisagem que a envolve mencionando que ela “[...] atrai devotos e turistas que iniciam seu itinerário visitando a Igreja Matriz [...]

construída no século XVIII, no alto de um outeiro, onde se descortina a Baía de Antonina”

Dado o histórico e a repercussão dessa celebração Silva (2014) sugere que ela representa um patrimônio imaterial da população antoninense devido ao reconhecimento que possui por parte daqueles que dela participam todos os anos, moradores, ex-moradores e visitantes, sejam eles turistas ou excursionistas.

A atual Igreja de Nossa Senhora do Pilar, em continuidade a essa tradição religiosa, permanece como centralidade da Festa de mesmo nome, com celebrações de missas e procissões, reunindo fiéis, desde os seus primórdios. (FIGURA 23).



FIGURA 23 – VISTA DA MATRIZ NA PROCISSÃO DE 1901
FONTE: ACERVO DA SALA PARANISTA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ (1901).

Para Silva (2014) a permanência dessa celebração no tempo, na vida da população fixa e temporária, e conseqüentemente na paisagem de Antonina, além de características de patrimônio possui também potencialidade para agregar a oferta turística local.

Nascimento (2006, p. 112) já chamava atenção sobre a necessidade “[...] de se repensar o lado comercial” desse evento mostrando-se favorável ao uso turístico dessa festa pautado em um planejamento estratégico para aprimorar o atendimento aos visitantes e ao mesmo tempo promover rentabilidade econômica para o município.

Iberê (2006, p. 46) também defendeu o aspecto comercial dessa festa e as suas possibilidades de benefícios para a comunidade, além daqueles de caráter místico e religioso, assentindo que “o lado lúdico deve ser explorado sim”, porém sem deixar que as características interioranas sejam perdidas.

A exposição sobre a realidade da paisagem do C.H.P. de Antonina por intermédio dos dados aqui apresentados encontra espaço de discussão no âmbito da disciplina geográfica, especialmente na atualidade desse momento em que novos olhares são lançados sobre a paisagem fazendo surgir o interesse em se conhecer a maneira como as populações a compreende e com ela se relaciona e além disso, como se dá o relacionamento entre os visitantes que com ela se encontra.

4.4 PAISAGEM, PATRIMÔNIO E TURISMO NO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA

Paisagem, patrimônio e turismo entrelaçam-se no C.H.P. de Antonina figurando em planos, programas, projetos e estudos que discutiram esses temas.

No Programa de Revitalização de Centros Históricos do Paraná (s.d., não paginado) a interface da paisagem com o turismo é considerada quando mencionado que “a singularidade da paisagem em que se encontra o centro reforça seu potencial turístico”.

No Projeto de Revitalização do Centro Histórico de Antonina (IPHAN, 1996, não paginado) encontrou-se que um dos objetivos era o de “melhorar as condições urbanísticas da área do centro histórico valorizando sua paisagem e tornando-a mais apta às atividades de turismo e lazer, bem como aos eventos característicos da cidade”.

Da mesma forma o texto do parecer sobre o processo de tombamento, IPHAN (2010) mostrou-se sugestivo sobre os bens imóveis selecionados para tombamento no C.H.P. de Antonina possuírem potencialidade de ser utilizado para a valorização do município enquanto uma localidade turística.

Na área acadêmica, Chemin (2011, p. 138) em seu estudo sobre espaços de paisagem também considerou a paisagem do C.H.P. de Antonina com os seus elementos constituintes, notadamente os de caráter material e natural como “objetos de fruição turística visual”.

Essas informações contribuem para confirmar a Tese dessa pesquisa de que a paisagem do C.H.P. de Antonina é um patrimônio e um recurso ao desenvolvimento do turismo.

Atualmente, de acordo com o Ministério do Turismo, Brasil (2015), o município possui em média onze empregos formais no setor de hospedagem, dois

estabelecimentos de meios de hospedagem com cadastro no CADASTUR e um fluxo turístico doméstico estimado de 9.041 turistas³⁷.

De acordo com disponível no sítio eletrônico do CADASTUR³⁸, os estabelecimentos hoteleiros cadastrados, o Hotel Camboa e a Hospedaria da Praça, juntos somam a oferta de cento e quatro leitos.

Ressalta-se que, durante as atividades de observação assistemática dessa pesquisa foi identificado que funcionam no C.H.P. de Antonina mais três estabelecimentos de hospedagem, não cadastrados junto ao Ministério do Turismo, que oferecem serviços turísticos, e outros três que possuem a denominação de hotel, porém funcionam como pensionato e atendem uma demanda que não pode ser caracterizada como turística. Foi verificada também nessa área a presença de restaurantes, e ateliês de artesanato, além da oferta de passeios de barco.

Com relação a totalidade dos estabelecimentos de hospedagem e restaurantes, não foi realizado um levantamento sobre a capacidade receptiva que eles possuem por não ser um objetivo proposto para essa pesquisa, porém recomenda-se a realização desse tipo de inventário, especialmente no escopo de um planejamento turístico para o município.

Com relação a empregabilidade em serviços de atendimento ao visitante, a informalidade característica desse setor não permitiu a obtenção de informação sobre a real quantidade de sujeitos que nele estão empregados.

Com relação à visitação turística, segundo dados publicados pela Secretaria de Estado do Turismo, Paraná (2008), no Estudo da Demanda Turística do Litoral Paranaense 2000-2006, o perfil do visitante que visita Antonina foi descrito como composto majoritariamente por moradores de Curitiba, de ambos os sexos, com um média de idade de 39 anos, os quais utilizavam como meio de transporte ônibus e veículo particular e como meio de hospedagem casa de parentes e amigos. A renda média apresentada foi de U\$ 340,00 a U\$ 1012,00. O gasto médio durante a visita foi de U\$ 20,00.

³⁷ Com base em quatro variáveis para mensurar o desempenho econômico de cada localidade turística, o número de empregos, o número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, as estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais, agrupam as localidades turísticas em cinco categorias, de A até E. De acordo com essa categorização, o município de Antonina faz parte do grupo D. Fonte: Relatório de categorização. Mtur – Ministério do Turismo. **Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro.** (BRASIL, 2015).

³⁸BRASIL. CADASTUR. **Pesquisa de Prestadores.** Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.action>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

Partindo do princípio de que esses dados podem não corresponder a realidade atual do município foi feito contato com a Secretaria de Estado do Turismo para obter dados atualizados, porém a informação recebida foi que desde a publicação do estudo de 2008 não foram realizadas novas investigações sobre a situação do turismo no litoral paranaense.

Do mesmo modo, em contato realizado com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Antonina não foram encontrados estudos institucionais sobre a atividade turística do município.

Não obstante essa lacuna de dados, na prática o turismo acontece no município tanto de forma individualizada como por meio da adesão a pacotes turísticos.

Antonina está inserida nos roteiros turísticos comercializados pelas operadoras Serra Verde Express, localizada em Curitiba, pela agência de viagem Calango Expedições, localizada em Morretes, e também pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

No entanto, como observado durante os trabalhos de campo, Antonina figura nesses roteiros como um atrativo secundário, local em que os grupos participantes apenas apreciam a beleza da Baía e parte dos aspectos arquitetônicos do entorno.

As principais atividades que constam na programação desses roteiros são o passeio de trem pela Serra do Mar que inicia em Curitiba e termina em Morretes, o almoço do prato tradicional, o barreado, no mesmo município e o passeio a pé pela área histórica acompanhado de guias.

Dadas as características da programação desses roteiros é correto classificá-los no segmento denominado de turismo cultural pelo Ministério do Turismo, Brasil (2010), e por Barretto (2003) devido a exploração dos aspectos naturais, históricos e gastronômicos de ambos os municípios.

Nesse contexto, reforça-se o que foi encontrado nos planos, programas e projetos sobre a paisagem representar um atrativo turístico pelo fato de estar composta, dentre outros elementos, também por bens imóveis tombados como patrimônio.

No entanto, apesar dessa atratividade turística identificou-se como fragilidade que a interpretação do patrimônio, no C.H.P. de Antonina é incipiente e conta como recurso, dentre aqueles mencionados por Murta e Godoy (1995), apenas a utilização de placas explicativas posicionadas em frente de alguns poucos bens imóveis

tombados como patrimônio com informações sobre a história do local, como por exemplo, a Fonte da Carioca, a Prefeitura Municipal, as Igrejas de Nossa Senhora do Pilar, de São Benedito e do Bom Jesus do Saivá, as ruínas do antigo armazém Antônio Ribeiro de Macedo, e a Estação Ferroviária. É importante ressaltar que esses bens imóveis receberiam verba do PAC³⁹ para restauração, como consta nas respectivas placas, no entanto, de acordo com o que foi apreendido durante o trabalho de campo dessa pesquisa, tal recurso financeiro ainda não foi aplicado no município.

Ainda com relação a interpretação patrimonial local, notou-se que a atividade é frágil também devido a existência de uma grande quantidade de imóveis que mesmo inseridos na área do tombamento encontram-se em estado de abandono, e alguns em situação de ruínas e sem identificação. Além disso, não existe uma iniciativa municipal em oferecer visitas guiadas nessa área histórica.

Jeudy (1990, p. 62) já dizia com relação aos locais de produção abandonado que “[...] eles pedem para ser falado”, acredita-se que do mesmo modo os demais imóveis cujo uso diferiu do exposto pelo autor igualmente precisam de ser falado porque auxiliam no contar a história de uma localidade e por isso carecem de canais de interpretação, sejam eles placas explicativas, mapas ilustrativo, *folder* ou a exposição oral durante uma visita guiada, que permitam aos que por eles passam entrar em contato, mesmo que brevemente, com alguns de seus elementos históricos.

No C.H.P. de Antonina não apenas os bens imóveis pedem para serem falados, mas também os bens naturais, notadamente a porção territorial da Serra do Mar presente no município, a qual de acordo com a informação disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná⁴⁰, na sessão da Coordenação do Patrimônio Cultural é tombada desde 13 de agosto de 1986, por meio do processo 001/86 que a inscreveu no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico como uma paisagem natural notável. As características que a fizeram relevante para o recebimento de proteção via tombamento foram descritas em sua ficha cadastral da seguinte maneira:

³⁹ Programa Aceleração do Crescimento Cidades Históricas, destinado a “Preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura nacional e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos em 44 cidades brasileiras”. (BRASIL, s.d, *online*, não paginado).

⁴⁰PARANÁ. **Serra do mar em Antonina**. Curitiba, 1986. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=162> >. Acesso em: 27 jul. 2016.

A Serra do Mar, em seu trecho paranaense configura paisagem notável não só enquanto parte da imensa escarpa tropical e monumental acidente geográfico, que marca toda a face ocidental da costa brasileira, com uma escala de referência planetária, a mais importante das existentes no cinturão de terras quentes e úmidas do Planeta, mas também como verdadeira serra marginal que abriga as maiores elevações do centro sul do Brasil com mais de 1.500m como o Pico do Paraná, com 1.922m, o seu ponto mais alto. É ainda a unidade paisagística que apresenta uma biomassa vegetal relativamente bem preservada mesmo que se considere a fragilidade dos ecossistemas florestais dos trópicos úmidos desenvolvidos em terrenos de fortíssima declividade. Ainda em termo macro, a Serra do Mar é considerada o maior banco genético remanescente da natureza tropical atlântica com toda a vertente oriental da América do Sul abrangendo inúmeras espécies de flora e fauna ameaçadas de extinção. É um espaço ecológico que não admite manipulação antrópica diretas ou indiretas. Não possui vocação agrária, não oferece condições urbanizáveis e não pode servir como espaço industrial. E acima de tudo é dotado de tecidos ecológicos e cobertura vegetal intocáveis [...] por essa razão é outras como a existência dos caminhos antigos, de sítios arqueológicos, artísticos, obras da engenharia humana (ferrovia, estrada da Graciosa) é que se coloca a necessidade da preservação deste que é um dos mais significativos monumentos paisagísticos do Estado do Paraná. (PARANÁ, 1986, p. 17).

A porção da Serra do Mar visualizada no C.H.P. de Antonina é também patrimônio mundial declarado pela UNESCO desde o ano de 1999, sob a denominação de Reservas da Mata Atlântica do Sudoeste, que compreendem os Estados do Paraná e São Paulo com

25 áreas protegidas que formam o sítio (cerca de 470.000 hectares, no total) preservam a riqueza biológica e a história evolucionária dos últimos vestígios de vegetação atlântica remanescentes. Com montanhas cobertas por densas florestas, passando por áreas de mangue, ilhas costeiras com montanhas isoladas e dunas. (UNESCO, s. d., *online*, não paginado)⁴¹.

Além desses elementos materiais e naturais existe na área em estudo um bem imaterial que é a histórica Festa de Nossa Senhora do Pilar. Do ponto de vista dessa pesquisa, todos esses elementos com suas respectivas informações poderiam integrar um roteiro de visita guiada e com isso potencializar a experiência turística no C.H.P. de Antonina.

No entanto, a realidade encontrada no período de realização da presente pesquisa indicou que as atividades interpretativas não acontecem em toda a sua possível potencialidade, como recomendado por Tilden (1977), Beck e Cable (1998),

⁴¹ UNESCO. **Mata Atlântica**: Reservas do Sudoeste. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/atlantic-forest-south-east-reserves/#c1465030>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Murta e Goodey (1995) e na Carta ICOMOS (2008), o que inviabiliza uma apreensão sobre os significados dos elementos que compõe a paisagem da área em estudo.

Considerando que a totalidade dos elementos materiais, naturais e imateriais da paisagem é considerada um patrimônio com capacidade de ser utilizado como recurso para o turismo, é importante citar que os instrumentos de proteção patrimonial vigentes não contemplam todos esses elementos.

Por isso, cabe mencionar que a paisagem objeto de estudo nessa pesquisa poderia ser classificada de acordo com as categorias e os critérios estabelecidas pela UNESCO e adotados pelo IPHAN para nomear uma paisagem de cultural.

Tendo como base o documento elaborado pelo IPHAN (2008) sobre o patrimônio mundial que apresenta uma tradução para o português sobre o conceito de paisagem cultural estabelecido pela UNESCO observa-se que esse conceito poderia ser aplicado ao C.H.P. de Antonina porque dado o histórico de formação já apresentado nesse capítulo, ele seria inserido na categoria descrita como uma

Paisagem organicamente em evolução resultante de uma exigência de origem social, econômica, administrativa e ou religiosa e alcançou sua forma atual por associação e em resposta ao seu ambiente natural. (IPHAN, 2008, p. 21).

A paisagem da área em estudo também poderia ser caracterizada de acordo com o descrito pelo IPHAN (2008, p. 21), como uma paisagem viva (ou contínua) porque “[...] conserva um papel social ativo na sociedade contemporânea [...]”.

Além disso, dentre os critérios necessários para figurar na Lista de Patrimônio Mundial como paisagem cultural, o C.H.P. de Antonina, do ponto de vista dessa pesquisa, atenderia ao descrito por Mitchell; Rössler; e Tricaud, (2009) nos itens V e VII por representar um notável exemplo de assentamento humano tradicional diretamente relacionado com o uso do mar e por isso representativo da interação humana com o meio ambiente e conter uma área de excepcional beleza natural, a Baía e porção da Serra do Mar, e importância estética, com exemplares da arquitetura colonial.

É importante destacar também que essas colocações sobre a paisagem cultural representam um aperfeiçoamento da pioneira definição de Sauer (1998 [1925], p. 209) para quem a cultura [era] o agente, a área natural, o meio; e a paisagem cultural, o resultado”.

É com base nesse contexto teórico e conceitual apresentado até esse ponto da pesquisa que no próximo capítulo apresentam-se os resultados obtidos por meio do uso de alguns dos princípios da pesquisa qualitativa fenomenológica que orientaram a pesquisadora no sentido de conhecer as experiências vividas dos sujeitos que se relacionam com a paisagem do C.H.P. de Antonina, seja cotidiana ou esporadicamente, para confirmar junto a eles as possibilidades aqui já discutidas sobre a utilização dos elementos materiais, naturais e imateriais dessa paisagem como recurso para o desenvolvimento do turismo. Ressalta-se que essas experiências foram consideradas e qualificadas como fonte de conhecimentos, os quais por vezes estão indisponíveis em formatos tradicionais.

5 AS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA

Este capítulo apresenta nos primeiros tópicos os resultados obtidos na fase experimental dessa pesquisa por meio dos testes dos instrumentos de coleta de dados que nela seriam utilizados. Na sequência apresenta os resultados obtidos na fase consolidada por meio dos instrumentos selecionados, a realização de entrevista semiestruturada e aplicação de questionários. Segue-se então uma discussão que buscou trazer a teoria contida nos capítulos anteriores para assim integrar os temas, paisagem, patrimônio e turismo.

5.1 FASE EXPERIMENTAL DA PESQUISA

Durante a primeira fase dessa pesquisa, pré-qualificação, optou-se pelo uso experimental de um questionário (APÊNDICE 1) em duas instituições públicas de ensino, de nível fundamental e médio, o Colégio Estadual Moysés Lupion e o Colégio Estadual Rocha Pombo com o objetivo de identificar a compreensão dos sujeitos em fase escolar sobre alguns elementos da história local e sobre o conceito de patrimônio histórico cultural, considerando o fato deles partilharem a experiência comum de habitar em uma cidade histórica, cujas edificações do C.H.P. foram tombadas como patrimônio nacional.

Para isso, em setembro de 2014 foi solicitada uma autorização da direção de ambas as instituições para aplicação de um questionário com perguntas fechadas. Foram selecionadas aleatoriamente oito salas de aulas, uma de cada série, do sexto ano do ensino fundamental ao terceiro ano do ensino médio no Colégio Estadual Moysés Lupion e quatro salas de aulas, uma de cada série, do sexto ao nono ano do ensino fundamental, no Colégio Estadual Rocha Pombo. A faixa etária dos sujeitos respondentes foi de 12 a 18 anos.

5.1.1 Resultados do questionário piloto

Na primeira questão solicitava-se que fosse assinalada a alternativa correta do ano de nascimento de Antonina, com objetivo de verificar o entendimento dos respondentes sobre alguns elementos relacionados com a história do município. A porcentagem de acertos da questão proposta entre os sujeitos do ensino fundamental foi de 27% no 6º ano, 40% no 7º ano, 35% no 8º ano e 22% no 9º ano. Entre os

sujeitos do ensino médio foram obtidos 14% de acertos no 1º ano, 31% no 2º ano e 11% no 3º ano. Observou-se uma confusão entre as datas de origem (1646) e emancipação política (1714) municipal, conforme esclarecido por Berg (2003).

Na segunda questão solicitava-se que fosse assinalada a alternativa correta sobre quem teria sido o fundador do município. Nas respostas obtidas notou-se que entre os sujeitos respondentes os aspectos religiosos se confundem com a história em si levando curiosamente 60% dos alunos do 6º ano, 65% dos alunos do 7º ano, 63% dos alunos do 8º ano, 68% dos alunos do 9º ano e no ensino médio por 43% dos alunos do 1º ano, 75% dos alunos do 2º ano e 85% dos alunos do 3º ano, a considerarem a Nossa Senhora do Pilar como a fundadora de Antonina.

Na terceira questão solicitava-se que fosse assinalada a opção que melhor definisse o termo patrimônio histórico cultural, mesclando na opção correta elementos materiais e imateriais do patrimônio, com o objetivo de conhecer a noção sobre esse conceito existente entre todos os sujeitos respondentes, optando-se por não separá-los por anos escolares partindo-se do princípio de que a resposta dessa questão não dependia exclusivamente de um conteúdo escolar, estando, portanto no campo dos conhecimentos gerais, que não são necessariamente adquiridos em sala de aula.

Nas respostas obtidas, apenas 7% dos sujeitos respondentes atribuíram como melhor definição para o conceito de patrimônio o significado de herança familiar. Contudo, de forma majoritária para eles, a ideia de patrimônio está atrelada com aquela de monumento, conforme demonstrado pelos 43% que assinalaram essa opção e aos 11% que consideraram apenas os atrativos famosos como patrimônio. Identificou-se também uma dificuldade na assimilação dos elementos imateriais como parte constituinte do patrimônio de uma comunidade, pois apenas 39% optaram por essa resposta.

Na quarta questão solicitava-se que fosse assinalada a opção que justificasse o motivo do C.H.P. de Antonina ter sido declarado patrimônio nacional, ainda com o objetivo de analisar a compreensão dos sujeitos respondentes sobre as questões inerentes ao seu município e de seu respectivo patrimônio. As respostas indicaram como justificativa ao tombamento em primeiro lugar o turismo com 45% das respostas, em segundo lugar os aspectos históricos com 39% das respostas, em terceiro lugar com 11% das respostas os aspectos comerciais e em quarto lugar com 5% das respostas os interesses políticos.

Na quinta e última questão solicitava-se que fosse indicado quais os usos que os sujeitos respondentes faziam da área central do município, selecionada no ato de tombamento, com objetivo de conhecer a interação deles com o patrimônio. Dentre as 278 respostas obtidas, apenas 26 indicavam como local de residência a área em questão. Dado o fato de não se tratar de sujeitos economicamente ativos, apenas 86 afirmaram utilizar a área para finalidades comerciais. A localização das escolas nessa área possivelmente contribuiu para que 130 deles afirmassem usar a área apenas como trajeto casa-escola. As atividades de lazer obtiveram 119 respostas, a participação em eventos 113 e as atividades religiosas 103. Nessa questão o respondente podia assinalar mais de uma opção como resposta.

Os resultados⁴² obtidos, por meio da utilização desse instrumento de coleta de dados demonstraram que os sujeitos respondentes selecionados para participarem dessa pesquisa desconheciam elementos do histórico de formação de Antonina e a amplitude do conceito patrimônio. Com relação ao uso da área central da cidade tombada como patrimônio e intitulada de Conjunto Histórico e Paisagístico observou-se uma distribuição equilibrada entre as opções constantes no questionário exceto com relação ao uso residencial.

Considerando o caráter experimental desse instrumento, na segunda fase, pós-qualificação, optou-se por retornar a uma outra instituição de ensino para aplicação de um novo questionário contendo perguntas abertas direcionadas a um número menor de participantes, descartando-se o uso do procedimento quantitativo, após a decisão pela adesão ao método fenomenológico de investigação científica, o qual conforme exposto por Gil (2010) privilegia o uso da metodologia qualitativa.

Além disso, buscou-se também ampliar o perfil da amostra selecionada por meio de questionamentos direcionados para sujeitos adultos, economicamente ativos e atores sociais atuantes no município de Antonina, partindo do pressuposto de que a experiência por eles vivenciada na área em estudo tornava-os essenciais para os propósitos dessa pesquisa por serem portadores de conhecimentos que não são adquiridos de forma convencional.

⁴² Publicado como estudo de caso. Fonte: Silva, R. S. S.; Silveira, M. A. T. Patrimônio e comunidade local: um estudo de caso em Antonina, PR. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**. Jan. 2016. Disponível em <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/01/antonina.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

5.1.2 Resultados da pré-entrevista

Ainda na primeira fase dessa pesquisa, período pré-qualificação, buscou-se, de forma experimental, conhecer a visão dos proprietários de empreendimentos de meios de hospedagem, com registro no Ministério do Turismo, via Cadastur, sobre o patrimônio material edificado de Antonina.

A pré-entrevista realizada em setembro de 2014, não foi gravada, mas transcrita, com as palavras da autora, as principais ideias mencionadas na fala dos sujeitos entrevistados. Com base em uma única questão norteadora sobre alterações no fluxo turístico dos estabelecimentos a partir do reconhecimento do C.H.P. local como patrimônio nacional, em 2012, abriu caminhos para diversas considerações sobre a relação entre a atividade turística, o patrimônio e a população antoninense. Foram entrevistados os proprietários da Pousada Hospedaria da Praça e do Hotel Camboa. As respostas recebidas divergiram entre si em alguns aspectos.

Para o proprietário do Hotel Camboa, estabelecimento certificado pelo Cadastur como de médio porte houve um aumento no fluxo turístico com o recebimento do título de patrimônio nacional.

Na opinião do entrevistado o fator determinante para este aumento no número de hóspedes foi a visibilidade que o município obteve a partir, antes, durante e após o processo de tombamento. Contudo, ressaltou que ainda falta um programa de sensibilização junto à população de Antonina com relação ao seu patrimônio, pois muitos o desconhecem.

A proprietária da Pousada Hospedaria da Praça mencionou que em sua opinião, a população local possui uma baixa autoestima, uma ausência de referência patrimonial e de pertencimento ao patrimônio.

Com relação ao tombamento, para ela, o título recebido não influenciou o fluxo turístico de seu estabelecimento, pois este fluxo é contínuo devido ao calendário de eventos local, a proximidade geográfica com a capital Curitiba e com a Estrada da Graciosa, uma estrada turística por seu valor histórico e paisagístico. Cabe destacar que o seu estabelecimento é de pequeno porte, porém também com registro junto ao Ministério do Turismo.

Esses primeiros resultados não foram suficientes para subsidiar a discussão proposta nessa pesquisa sinalizando a necessidade de retornar a campo em busca de novas informações.

5.2 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA FASE CONSOLIDADA DA PESQUISA

O trabalho de campo foi retomado em julho de 2016, momento em que a pesquisadora se deslocou novamente até o município de Antonina com o objetivo de tomar conhecimento com mais profundidade e detalhes sobre a relação dos sujeitos com os temas de interesse dessa pesquisa.

Para esse segundo momento, seguiu-se o modelo de entrevistas semiestruturadas com o apoio de um roteiro de perguntas (APÊNDICE 2) para conduzir e manter o foco nos temas de interesse, contudo sem engessar as possibilidades do entrevistado fornecer informações extras dentro do contexto pré-estabelecido. Nesse propósito, oportunamente a pesquisadora realizou intervenções fora desse roteiro com o objetivo de coletar mais informações, especialmente sobre a Festa de Nossa Senhora do Pilar, quando a mesma não era mencionada durante a entrevista.

Assim, após consentimento dos sujeitos, as entrevistas foram gravadas por meio do uso do aparelho celular *Samsung Galaxy III mini GT-I8200L*, para posterior transcrição e análise, conforme aqui se apresenta.

Apenas um dos participantes preferiu que a entrevista não fosse gravada, porém autorizou por escrito o uso de sua fala nessa pesquisa e outros dois sujeitos que não foram contatados pessoalmente, mas via e-mail entregaram suas respostas autorizando o uso delas nessa pesquisa.

Com relação ao perfil dos 19 sujeitos entrevistados, a faixa etária variou de 28 a 80 anos, com predominância de nível de formação superior, em diversas áreas do conhecimento, e ocupações profissionais de importância para a sociedade e para a economia antoninense. Importante mencionar que alguns deles são proprietários de bens tombados como patrimônio, o que tornou essencial a participação dos mesmos nessa pesquisa. (QUADRO 5). Vale citar ainda que alguns deles, principalmente os nascidos no município, se autodenominam de capelistas e de filhos de Antonina.

Entrevistados	Idade	Formação	Proprietário (a) imóvel tombado
E1	40	Ensino Superior	Sim
E2	35	Ensino Superior	Não
E3	63	Ensino Superior	Sim
E4	80	Ensino Superior	Sim
E5	58	Ensino Superior	Não
E6	52	Ensino Médio Técnico	Não informado
E7	56	Ensino Superior	Não
E8	75	Ensino Superior	Não
E9	53	Ensino Superior	Não
E10	63	Ensino Médio	Sim
E11	50	Ensino Médio	Sim
E12	60	Ensino Superior	Sim
E13	63	Ensino Superior Incompleto	Sim
E14	28	Ensino Superior	Não informado
E15	56	Ensino Superior Incompleto	Não informado
E16	57	Ensino Superior	Não
E17	57	Ensino Superior	Não
E18	45	Ensino Superior	Sim
E19	38	Ensino Superior	Não

QUADRO 5 – PERFIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Foram poucas as situações em que isso ocorreu, porém, convém esclarecer que as respostas dos sujeitos entrevistados que mesmo após intervenção da pesquisadora fugiram ao tema proposto não foram aqui mencionadas, por essa razão na descrição dos resultados nem sempre há referência a todos os sujeitos identificados por números no quadro 5.

É importante mencionar também que as experiências vividas e compartilhadas com a pesquisadora pelos sujeitos respondentes, do ponto de vista qualitativo e fenomenológico, representam a essência dessa pesquisa e fornecem subsídios para

a reflexão aqui proposta, permitindo a união entre a teoria disponível na literatura sobre os temas aqui apresentados e a prática vivenciada na área em estudo.

A exposição dos resultados obtidos com as entrevistas realizadas seguiu as instruções de Gil (2010) e de Moreira (2002, p. 118) sobre o uso das “palavras reais dos participantes para ajudar na descrição” para a partir dela extrair significados. Assim, para uma melhor visualização e compreensão sobre as informações e experiências compartilhadas pelos sujeitos entrevistados elaborou-se quadros síntese contendo os principais temas por eles abordados em resposta a cada questão.

5.2.1 A experiência dos moradores

Na primeira questão do roteiro de perguntas foi solicitado aos sujeitos entrevistados que indicassem quais palavras utilizariam para descrever a paisagem do C.H.P. de Antonina.

Em resposta ouviu-se de E1 (2016) que ela é maravilhosa. Da mesma forma para E2 (2016), ela é “muito bela”. E3 (2016) a considera “uma coisa sem igual”. Para E4 (2016) ela é “impressionante”. Para E15 (2016) ela é “patrimônio nosso”.

Na opinião de E5 (2016), a paisagem mistura “o urbano e o natural” representando uma “história viva”. Igualmente para E9 (2016), ela representa “o passado”. Para E14 (2016), ela é “rica em memória” e “uma maravilha da natureza”.

E6 (2016) similarmente a definiu como um “patrimônio da natureza”. E7 (2016) utilizou a expressão “joia pequenina” e E13 (2016) artisticamente respondeu simplesmente “arte”. Nesse mesmo sentido, E16 (2016) utiliza o termo “bucólico” para descrevê-la e E17 (2016) atribuiu a ela a condição de “acervo de grandes belezas naturais do litoral paranaense”.

Por outro lado, apesar da ideia de história e beleza predominante nas respostas obtidas na descrição da paisagem, E8 (2016) afirma que apesar de “rica” ela é, “um pouco desgastada e um pouco abandonada”. E10 (2016) menciona que ela é “linda com uma manutenção deficiente”. E11 (2016) também utiliza as palavras “abandonada”, “descuidada”, porém “poderosamente bela” e “negligenciada”. E19 (2016) igualmente apresentou como resposta a beleza contrastada com a decadência.

Observou-se que dentre as palavras mais utilizadas para descrever a paisagem do C.H.P. estiveram adjetivos positivos mesclados com negativos por vezes repetidos pelos sujeitos entrevistados. (QUADRO 6).

Palavra utilizada	Contextos desenvolvidos
Maravilhoso	“O conjunto histórico [...] para mim é maravilhoso. Isso me atrai. Foi o que me atraiu aqui para a cidade”. (E1, 2016).
Sem igual	“Isso é uma coisa sem igual. Ele é [o conjunto histórico] único daqui de Antonina. Tem que ser preservado. Tem que se cultivar a história”. (E3, 2016).
Impressionante	“Eu admiro essa paisagem. É impressionante [...]. É demais”. (E4, 2016).
Patrimônio	“Patrimônio nosso, patrimônio natural, nossa arquitetura antiga [...] eu digo assim abandono e falta da memória do povo”. (SILVA, 2016).
História viva	“A paisagem é um misto. É a paisagem misturando [...] o urbano e o natural [...] é a Baía, é os morros, é a Graciosa, é a Serra do Mar, [...] são os casarões, é então uma história viva”. (E5, 2016).
Patrimônio da natureza	“Antonina tem um conjunto de paisagem histórica, é beleza natural, é um patrimônio da natureza, nosso”. (E6, 2016).
Negligenciada	“[...] justamente a paisagem de Antonina [...] que me atraiu pra cá. Me apaixonei por Antonina, justamente por esse paisagismo dela, porém ela é muito abandonada, ela é muito descuidada, [...], ela está sendo negligenciada demais não só pelos governantes, mas também pelos próprios moradores. [...] Antonina é linda demais e é presente de Deus, ela é de graça, está entre a Serra e o mar e é poderosamente bela, porém poderosamente judiada também, é uma pena”. (E11, 2016).
Arte	“Antonina é uma cidade extremamente assim arte [...] é uma cidade que tem de tudo que envolve a arte”. (E13, 2016).

QUADRO 6- SÍNTESE DA DESCRIÇÃO DA PAISAGEM DO CONJUNTO HISTÓRICO E PAISAGÍSTICO DE ANTONINA
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Na segunda questão foi solicitado aos sujeitos entrevistados que respondessem sobre os significados e os sentidos que a paisagem do C.H.P. de Antonina tinha para eles.

Em resposta, E1 (2016) relatou: “talvez por influência do meu pai que era arquiteto eu cresci no meio da arquitetura e valorizo muito a história, a cultura, e isso procuro transmitir nas minhas peças e para os turistas”.

A fala de E3 (2016) apresentou esse mesmo caráter de recordação:

Primeiro que essa paisagem remete a gente ao tempo de infância quando a gente tinha um significado de urbanismo, de cidade, de vivência bem

interiorana, bem [...] despojado dos valores materiais exacerbados como são hoje e dos brinquedos, dos folguedos de criança.

Igualmente para E15 (2016), a paisagem está relacionada com as suas memórias de infância:

[...] a paisagem antiga me remete a minha infância, que eu lembro dos muitos casarios que hoje estão abandonados eu vi funcionando, servindo de moradia, servindo de comércio, e isso hoje, ver muitas ruínas aqui me causa tristeza.

E7 (2016) considera a paisagem como o cenário de uma vida, conforme observado em seu relato: “[...] como eu nasci e vivi aqui a minha vida toda [...] cada lugar tem um significado, tem uma lembrança, [...] então tudo faz sentido, tudo tem uma recordação”.

Da mesma maneira para E8 (2016), a paisagem está intimamente ligada à sua existência, conforme compreendido quando ela respondeu com a seguinte afirmação: “é minha vida [...] faz parte do meu olhar, faz parte de todos os meus sentidos”.

E13 (2016) transmitiu em sua fala a mesma ideia de paisagem atrelada à vida pessoal e aos fatos do passado e por essa razão permeada por sentimento de afetividade:

Pra mim tudo tem uma história, desde a minha infância [...], por exemplo, esses barracões [...] eu cheguei a ver funcionando, que era armazém de erva mate. Eu cheguei a ver os barcos que chegavam aqui na frente [...] eu vi muita coisa acontecer 30 anos atrás.

E6 (2016), por sua vez, sem entrar em detalhes como os demais entrevistados afirmou que os sentidos e significados que atribuí à paisagem eram as suas “raízes”.

A resposta de E2 (2016) enfatizou o aspecto histórico como significado da paisagem afirmando que ela “representa a história mesmo da cidade, como ela foi fundada, como ela foi criada, a partir do que ela foi formada”, para essa entrevistada o elemento principal nessa paisagem é a Igreja de Nossa Senhora do Pilar, pois segundo ela “se não tivesse a construção da Igreja pode ser que não teria a cidade”.

Para E12 (2016), os sentidos e significados da paisagem estão em sua historicidade, como percebido em sua resposta:

Eu acho assim, que a paisagem é [...] ela está malcuidada, mas é a história da nossa cidade, dos primeiros habitantes, tem toda uma história em cima

disso, mas não é cuidada nem é sabida, muita gente não sabe. Muitos desconhecem a história.

Do mesmo modo, a resposta de E5 (2016) expressou o entendimento de paisagem entrelaçado com a história:

[...] isso aqui é [...] você resgata uma história [...] olhando para Antonina você está olhando para um passado, sabe [...] você olhando para a Baía, você olhando para um Morro você vê uma igreja, você resgata uma história que vem além de 1714, sabe, as sesmarias, sabe, vem uma história [...] flui um passado.

Outros significados e sentidos foram mencionados por E16 (2016) que expressou enxergar na paisagem “a passagem do tempo” e “o registro histórico e natural dessa transição passado e presente”.

E17 (2016) relacionou a paisagem com a “qualidade de vida, motivação pela natureza, conhecimento da história do país, do estado, tranquilidade e paz”.

Para E14 (2016), a paisagem concede o sentido de uma cidade acolhedora, atribuição não mencionada pelos demais entrevistados.

Observou-se nas respostas a esse questionamento um sentimento de afetividade e um significado de historicidade expresso pelos entrevistados com relação à paisagem em estudo nessa pesquisa (QUADRO 7).

Significados e sentidos	Relação com o sujeito entrevistado
Afetivos	Familiar
	Recordações da infância
Histórico	Memória dos primeiros habitantes
	Período de desenvolvimento econômico de Antonina

QUADRO 7 - SÍNTESE DOS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DA PAISAGEM
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Na terceira questão foi solicitado aos sujeitos entrevistados que respondessem sobre as possibilidades do uso da paisagem como recurso ao desenvolvimento do turismo e de qual forma isso poderia acontecer efetivamente.

Em resposta, E2 (2016) assentiu sobre essas possibilidades e de acordo com a sua experiência como secretária paroquial, sugeriu em sua fala, a necessidade da formatação de um roteiro de visita para o município, pois em seu dia-a-dia observa que “normalmente o visitante vem aqui no santuário, tira foto da parte marítima, conhece [...] as áreas que tem aqui dessa visão, mas o restante não vê”. A entrevistada

ênfatizou também que “já acontece bastante visitas [...] no santuário [...] pela idade que ele tem”. Nesse ponto, a entrevistada acrescentou que a Igreja de Nossa Senhora do Pilar foi elevada à condição de santuário pela Diocese de Paranaguá.

E3 (2016) igualmente acredita na potencialidade da paisagem como recurso turístico. Sua resposta apontou uma série de problemas com relação a isso e indicou quais caminhos, do seu ponto de vista, deveriam ser tomados para que esse recurso pudesse ser aproveitado no município:

Como eu digo, sim tem que haver um projeto [...] ecológico-turístico, voltado para o turismo em que envolva tanto a política municipal assim como os órgãos públicos como o governo do estado, como secretarias de turismo e também as instituições, como por exemplo, a Universidade Federal do Paraná, as universidades de ensino superior, que sejam direcionados para a preservação e cultuação do turismo porque eu entendo que a única fonte de renda para nós que possa desenvolver a economia da região é o turismo e para desenvolver o turismo tem que haver um projeto, ou seja, nossas lideranças, prefeitura, estado, tem que estar voltados para isso, tem que ser feito um projeto consciente, pé no chão, dentro das características da nossa região, não adianta trazer um projeto importado lá de longe para cá, tem que ser nosso, tem que ser investigado junto à população o que a população quer o que ela deseja e também o sentido da ecologia, [...] tem que correr junto, assim como o turismo, a parte ecológica, tem que ser preservada, assim como o patrimônio, são dois pontos essenciais do turismo, é a parte ecológica e a parte de preservação do patrimônio histórico, tudo se integra, é uma corrente em que uma coisa depende da outra, não tem como você desenvolver só um lado sem mexer no outro. Então a base de tudo isso falado chama-se educação, enquanto os governos não investirem em educação, e quando você fala em educação, é educação de raiz, lá primária, escola fundamental, jardim, para incutir na criança ecologia, turismo, educação e família, as coisas não vão caminhar.

Na opinião de E19 (2016), a paisagem do C.H.P. de Antonina poderia ser utilizada como recurso turístico, porém,

[...] hoje muito pouco, eu digo as pessoas quase não conhecem o patrimônio da cidade eles vem mais por causa do mar e [por] saber que é uma cidade litorânea, pequena, histórica, do que realmente [para] entender a história da cidade.

E19 (2016) prosseguiu sua fala enfatizando a questão da manutenção, da educação e da qualificação profissional como meios para tornar a paisagem efetivamente um atrativo turístico, em suas palavras seria necessário,

[...] primeiro [...] fazer um restauro [...] que possa mostrar a beleza do patrimônio e depois desenvolver pessoas qualificadas para que elas possam contar as histórias, fazer um levantamento, um mapeamento dessas histórias [...] primeiro nas escolas, porque [...] os próprios alunos não sabem.

Igualmente mencionando a questão da educação e da qualificação profissional para que a paisagem possa constituir-se em recurso e atrativo turístico, E7 (2016) inseriu em sua resposta elementos de sua experiência no Colégio Estadual Basílio Machado, em que atua, com o extinto curso técnico em turismo, direcionando a sua fala para a fragilidade dos serviços e da infraestrutura turística de Antonina, explicando que isso foi:

[...] um trabalho que até nós tentamos aqui na escola. A escola tinha um curso técnico em turismo que [...] acabou porque as pessoas não abraçaram a causa. O curso teve procura nos primeiros anos e depois até por falta de interesse das pessoas ligadas a nós, os próprios comerciantes, eles acham que as pessoas vêm, e vêm mesmo, e vão gastar que não precisa investir mais nisso. Qualificação, por exemplo, [...] agora vem o festival de inverno [...] a gente não consegue, [...] leito para todo mundo porque [...] as pessoas, não investiram para oferecer mais leitos, mais conforto. Nossos restaurantes também são acanhados, se somar todas as mesas que nós temos aqui, todas [...] a gente não bate num restaurante de Morretes.

E8 (2016) seguiu essa mesma linha de raciocínio na elaboração de sua resposta dando uma ênfase na importância do “instrumental humano” para que a paisagem, para ela sinônimo de natureza, uma vez reconhecida por seus moradores tenha a possibilidade de posteriormente ser utilizada como recurso ao desenvolvimento do turismo. Sua fala expressa essa ideia com clareza:

Eu acho que primeiro tinha que começar aqui, o próprio povo se conscientizar do tesouro que está partilhando [...] você sabe que preservar a natureza, você cuidar do teu mar, dos teus rios, cuidar das suas árvores, dos teus morros, depende muito das pessoas que estão ao redor dela, os moradores [...] o primeiro lugar seria aqui, o pessoal, em segundo lugar para que isso aconteça nem sempre a cidade tem o instrumental assim, humano, e até assim, material mesmo, para levar essa conscientização, a gente precisaria de pessoas que [...] sei lá se é governo, se é ONG, [...] que viesse fazer essa demonstração e mostrar, você tem que mostrar [...] então eu acho que é isso aí, é levar, como você vai para Minas, a alegria que eles têm eles passam para a gente, você está vendo que aquilo nem é tanto como ele está dizendo, mas ele acredita que é, pelo menos passa para a gente que é.

E11 (2016) confiante sobre a potencialidade da paisagem para finalidades turísticas e conseqüentemente fonte de renda inseriu algumas comparações em sua resposta, e entusiasticamente afirmou que:

A hora que cair a ficha desse povo aí que a nossa realidade é turística e que nós temos atrativos turísticos, gente isso aqui vai mudar totalmente, nós vamos, nós podemos ser uma Parati da vida [...]. Parati no Rio de Janeiro, cidadezinha pequena, histórica, tem calçamento antigo, etc. Ela é linda de

morrer, mas tem gente que trabalha nela, [...], o pessoal não dorme, [...] vai à luta. Então vai gerar muito emprego lhe garanto que 60% para mais do desemprego acabaria [em Antonina], se as pessoas atentassem que ela é uma cidade turística.

E12 (2016) fez uso do mesmo exemplo, citando a cidade de Parati como um comparativo para descrever as potencialidades da paisagem antoninense e a necessidade de envolvimento da população para que esse uso passe a ser realizado de forma efetiva:

Eu acho que Antonina poderia ser uma Parati do Paraná. Ela tem tudo, ela tem uma Baía maravilhosa, ela tem casas lindas que podiam ser recuperadas e as que não estão recuperadas, se fazer recuperar [...] de repente a casa é moderna, mas às vezes se tiver boa vontade pode deixar ela mais antiquinha [...] existem várias formas de você fazer cenários, digamos. Aqui já tem um cenário pronto, já tem uma cidade pronta. Uma cidade histórica pronta, porém, um pouquinho malcuidada por falta de informação, mas independente disso poderia sim até formar mais cenários. Aproveitar o que tem e deixar mais antigo, deixar mais bonito, deixar para contar as histórias.

A entrevistada prosseguiu sua fala comentando sobre a situação de abandono da Estação Ferroviária e apontando possibilidades de transformar o imóvel da prefeitura em um museu.

E1 (2016) expressou em sua resposta que o potencial do uso turístico da paisagem em Antonina está justamente na totalidade de seus elementos por proporcionarem diversas alternativas de atividades a serem ofertadas para os visitantes.

Eu acredito que a arquitetura, os recursos naturais, com o ecoturismo, o turismo religioso, [...], o turismo náutico, tem muito potencial porque a nossa Baía é maravilhosa, [...] nossa gastronomia, [...] vários nichos que podem ser explorados.

Essa entrevistada enfatizou o uso da arquitetura utilizando a expressão “se bem investida” e também citou a cidade de Parati como referencial de aproveitamento da história como atrativo turístico, afirmando que Antonina possui o mesmo potencial.

E4 (2016), entrevistada com maior experiência com e na paisagem do C.H.P. de Antonina, dada sua idade de 80 anos, quase todos eles vividos no município, também respondeu positivamente ao uso dessa paisagem como recurso para o turismo mencionando os principais atrativos turísticos e narrando algumas de suas histórias:

Nós temos tantos pontos turísticos aqui menina, que não são explorados [...] você tem o Largo da Carioca [Fonte da Carioca] que tem uma história, por exemplo, ela abasteceu a cidade por muitos e muitos anos, por isso que ela é tombada, não é porque D. Pedro, que contam a história, [...] quando esteve lá [...] tomou água, não, ele não foi lá, ele tomou água porque quando ele veio em Antonina, ele se hospedou nessa casa aqui onde hoje é a prefeitura e claro a água que estava ali era a água de lá porque não existia outra. Nós temos [...] as nossas igrejas também. A Igreja de São Benedito construída por escravos, a nossa Matriz é o ponto zero de Antonina, porque foi ali que começou tudo em Antonina quando Vale Porto chegou [...] com ele vieram duas senhoras, essas duas senhoras tinham uma estampa de Nossa Senhora do Pilar, então toda a tarde [...] elas faziam o terço com essa estampa e foi aquilo aumentando [...] e na cidade já estavam existindo mineradores, faiscadores que começaram a soltar foguete, fazer fogos, por isso a tradição da nossa festa também são os fogos [...] e aí foi aumentado [...] com tudo isso [Vale Porto] fez ali a Capela [...] e aí foi crescendo, aumentou a igreja, tudo aquilo, então ela é um outro ponto turístico principal, até porque é o marco zero.

Na fala de E4 (2016) foi possível observar muitos detalhes com relação ao histórico dos elementos constitutivos da paisagem e, além disso, ficou clara a consideração da entrevistada sobre a Festa de Nossa Senhora do Pilar ser parte integrante da paisagem aqui em discussão.

E13 (2016) mencionou em sua fala a importância do tombamento para o turismo, feitas as devidas ressalvas, também demonstrando acreditar na possibilidade do uso da paisagem como recurso para o desenvolvimento dessa atividade, afirmando que,

[...] principalmente por ser tombada, Antonina toda, pelo patrimônio histórico, eu acho que o visitante vem e aprecia isso, lógico que, eu acho que precisaria por mais um cuidado, nos casarios, pintura [...] tem muito patrimônio muito abandonado [...], mas acho que para o turismo hoje é tudo, a nossa paisagem.

E17 (2016) em concordância com os demais entrevistados sobre a potencialidade da paisagem apontou como imperativo a “divulgação da cidade para o país e exterior” o que em sua opinião traria recursos que possibilitariam “investimentos hoteleiros e de infraestrutura”. O entrevistado citou ainda a necessidade de “manutenção de prédios deteriorados, a construção de trapiches de embarques, promoção de eventos, [...] passeios de barcos e caiaques”.

E14 (2016) afirmou com relação ao uso da paisagem para o turismo que:

Ela [a paisagem] está inexplorada, está se perdendo, os prédios estão desmoronando, a natureza que Antonina tem está se perdendo e a preocupação tem sido a questão portuária e essa riqueza está ficando de lado.

As demais respostas convergiram nas afirmações já apresentadas, assim, de maneira geral os sujeitos entrevistados responderam positivamente a essa questão e complementaram suas respostas com sugestões que não deixaram de sinalizar as fragilidades e as razões pelas quais a paisagem enquanto recurso turístico ainda não é explorada, no sentido positivo do termo, de maneira efetiva no município. (QUADRO 8).

Potencialidades	Fragilidades
Elaboração de roteiro de visitação	Inexistência de projeto de planejamento turístico
História dos patrimônios tombados	Inexistência de uma gestão compartilhada entre governos municipais, estaduais e federal e a Universidade Federal do Paraná
Arquitetura	Inexistência de iniciativas que contemplem a consulta pública sobre o que pode ser feito com relação ao desenvolvimento do turismo local como opção dentro de um planejamento
Recursos naturais	Educação formal e para o turismo
Turismo náutico	Qualificação profissional
Gastronomia	Infraestrutura receptiva

QUADRO 8 – SÍNTESE DAS POSSIBILIDADES E DAS FRAGILIDADES PARA O USO DA PAISAGEM COMO RECURSO AO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Dada à frequência com que a comparação com a cidade de Parati surgiu na fala dos entrevistados, cabe mencionar que foi verificado pela pesquisadora no arquivo de notícias sobre Antonina, disponível na Biblioteca Pública do Paraná, uma publicação intitulada “Antonina quer ser a Parati do Paraná”⁴³, expondo essa mesma ideia. Aparentemente passadas mais de duas décadas, essa aspiração permanece no imaginário dos antoninenses sem ter sido concretizada.

Na quarta questão foi solicitado aos sujeitos entrevistados que mencionassem os elementos da paisagem do C.H.P. de Antonina com maior atratividade turística.

Em resposta, além de todos os elementos mencionados na questão anterior, o mar e a Baía de Antonina (FIGURA 24) predominaram nas falas dos sujeitos entrevistados.

⁴³ O ESTADO DO PARANÁ. **Antonina quer ser a Parati do Paraná**. Curitiba, não paginado, 22 de jun.1990.



FIGURA 24 – VISTA DO MAR NA BAÍA DE ANTONINA
FONTE: ADEMADAN (2016).

E17 (2016) citou “o mar de Antonina, em toda a extensão de sua Baía”. Do mesmo modo para E14 (2016) e E12 (2016) o mar foi citado como um elemento da paisagem detentor de maior atratividade turística. Igualmente E18 (2016) mencionou [...] nós somos o lugar no Brasil onde o mar mais entra dentro do continente, é o maior fiorde.

Os seguintes relatos expressam a mesma linha de raciocínio sobre o mar constituir-se um atrativo turístico de relevância no município:

Eu acho que tem várias coisas que pode citar, na questão do turismo em si, seria o mar. Primeiro ponto seria o mar, assim porque é um fator diferencial porque nem todos os municípios têm [...] nós temos uma Baía lindíssima [...] é só pesquisar no *google* que você vai verificar que é aonde o mar mais entra na terra, está entre as três do mundo, onde o mar mais vem para dentro da terra, Baía adentro. (E3, 2016).

A geografia do município é única no Brasil, o mar está mais próximo da cordilheira da Serra do Mar [...] afinal este é um estuário lagunar muito importante para a produção primária e biodiversidade marinha, considerada pela União Internacional de Preservação Ambiental como uma das regiões mais importante do planeta. (E16, 2016).

Eu acho que o potencial de Antonina é o conjunto da obra. É a beleza natural [...], geograficamente falando nós temos aqui uma bela Baía que do continente brasileiro é onde o mar mais adentra o continente, é Antonina com seus rios, suas ilhas e a beleza arquitetônica. (SILVA, 2016).

Para E9 (2016), “Antonina é uma cidade única centralizada nesse grande estuário remanescente da Mata Atlântica”.

E7 (2016) e E13 (2016) mencionaram além da Baía a imponência da Serra do Mar que cerca o município de Antonina.

De acordo com o apreendido por meio das falas dos sujeitos entrevistados o mar é considerado como um elemento de destaque na paisagem do C.H.P. de Antonina. (QUADRO 9).

Naturais	Antrópicos
Mar	Arquitetura
Baía	
Biodiversidade Marinha	
Rios e Ilhas	
Serra do Mar	

QUADRO 9 - SÍNTESE DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM COM MAIOR ATRATIVIDADE TURÍSTICA

ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

A partir da quinta questão foi inserido na entrevista o conceito de patrimônio primeiro com a interrogação sobre o seu sentido para os sujeitos entrevistados.

Em resposta, E4 (2016), E10 (2016), E18 (2016) e E14 (2016) afirmaram ser patrimônio aquilo que pertence a alguém.

Nesse mesmo sentido, E8 (2016) respondeu,

Eu compreendo como patrimônio uma coisa que você tem, que você possui. Então eu acho que patrimônio, esse patrimônio de Antonina ninguém tem, se você fotografar, você pode percorrer o Brasil, mas você sabe que ali é Antonina [...] então eu acho que patrimônio é aquilo que só a gente tem, só aquele local tem, então isso é um patrimônio, é uma pertença, uma coisa que você tem e ninguém pode tirar. Pode até destruir, mas [...] não pode tirar.

E16 (2016) acrescentou à ideia de patrimônio como pertença, também aquilo “que resiste ao tempo”. Igualmente para E2 (2016) “patrimônio é algo que [...] as civilizações construíram e permaneceram, perduraram”.

Para E9 (2016), o “patrimônio é nosso [...] é da história também e é uma coisa que a gente tem que zelar, cuidar, para que ele não se perca pelo tempo e nem o tempo consuma ele”.

E1 (2016), E7 (2016) e E11 (2016) compartilharam uma compreensão similar sobre o conceito de patrimônio significar a “riqueza cultural” de um povo e uma herança para as gerações futuras.

E17 (2016) em sua resposta explicou que patrimônio “no caso de uma cidade, é o conjunto do acervo cultural e histórico constituído por bens móveis e imóveis que representam seu tempo desde a sua constituição à existência atual”.

Para E19 (2016), o patrimônio é “[...] a sua história, a história da cidade, como ela começou, como ela se desenvolveu, porque que ela é assim hoje”.

E13 (2016) expressou um entendimento de patrimônio voltado exclusivamente aos bens edificados que em seu ponto de vista representam “o patrimônio da cidade”.

Enquanto que E15 (2016) em sua resposta considerou como patrimônio a totalidade de elementos presentes em uma cidade inclusive as características de seu povo:

Patrimônio é a primeira coisa que vem na cabeça [são] bens imóveis, mas o patrimônio [...] é o conjunto de uma cidade, a hospitalidade do povo de uma cidade, é a beleza natural e consequentemente o patrimônio histórico que vem a ser os monumentos, as edificações.

E5 (2016) igualmente referiu-se a um conjunto de elementos em sua fala:

[...] patrimônio é a nossa culinária, [...] o barreado, [...] é toda uma história de Antonina [...] é o nosso povo, é o nosso artesanato, isso é um conjunto [...] é o patrimônio histórico, o patrimônio cultural, isso que é o conjunto que se chama Antonina.

E3 (2016) compartilhou seu entendimento de patrimônio enfatizando a característica de herança, expondo que,

Patrimônio é tudo aquilo que a gente recebeu que a gente recebe, como doação do presente ou do passado. Quando fala patrimônio histórico, é a nossa história, aqui que nós estamos olhando, vendo, sentindo, usando ela. Como nem todas as cidades [...] tem um patrimônio para olhar, observar e dar um sentido nisso, nós temos esse diferencial [...] a história da nossa civilização o que os portugueses trouxeram para cá, essas construções, quais mudanças, as alterações que foram feitas, tudo importante, é só a gente observar um casario antigo [...], você vai ver que ele tem um jeito igual [...] isso tem um modo de ser, é pensado, eram os portugueses [...] quando vieram para cá, isso em [...] 1700, 1600, mas chama-se patrimônio porque existe até hoje, são coisas que nós herdamos.

Como não houve uma menção espontânea sobre as manifestações culturais locais, especialmente a Festa de Nossa Senhora do Pilar como um patrimônio, a pesquisadora realizou uma intervenção saindo do roteiro programado para perguntar aos sujeitos entrevistados se a Festa poderia ser considerada um patrimônio imaterial

e se a mesma fazia parte da paisagem do C.H.P. de Antonina, ao que uma parcela considerável das respostas obtidas assentiu que sim.

E8 (2016) respondeu que a Festa faz parte da paisagem “porque Antonina é o nome dela, o apelido dela é Capela. Capela porquê? Por que o povoado começou em volta da Capela Nossa Senhora do Pilar”.

Para E5 (2016), a Festa “[...] é o retrato, ela conta a real história, [...] é a paisagem maior. Antonina se sente abençoada pela Nossa Senhora do Pilar. Tudo começou ali”.

Do mesmo modo E3 (2016) respondeu:

Eu acho que todas as festas são patrimoniais, nossa, são patrimônio nosso [...], nosso legado, isso veio de Portugal, a Festa de Nossa Senhora do Pilar é legado dos portugueses, de 1700 e tal e que permanece. Nós temos que cultuar. Teríamos. A gente observa que tudo isso parece que está morrendo, cada vez menos, as festas cada vez menores e tal. Quem sabe isso, não é a hora em se pensar em uma certa, não digo remodelação, mas readaptação [...] porque a Festa de Nossa Senhora do Pilar é uma festa católica, religião católica, e hoje a gente observa uma festa econômica, as pessoas vão na barraquinha e não vão na igreja [...] são esses detalhes.

Quando questionado sobre a possibilidade dessa Festa ser utilizada como recurso turístico, E3 (2016) apresentando seus argumentos com base em sua experiência de morador e conhecedor da relevância dessa festividade para o município respondeu:

Com certeza, porque nós temos todo esse potencial para divulgar a festa e fazer que a festa carreie turistas que melhorem a economia do município nessa data [...], aqui nossa festa da padroeira continua igual há 200 anos, mas aí vem outro problema, descaracteriza, vem uma invasão de turistas, se não for feito isso com um projeto [...] você observa bem que não tem projeto no dia da festa. Você vai na praça por exemplo, um lixo. Isso porque não tem divulgação. A festa seria só para morador, a festa [...] para nós aqui não é nem feriado.

O aspecto comercial da festa foi mencionado também por E4 (2016), em sua resposta sobre essa ser um patrimônio. Para a entrevistada “É um patrimônio da cidade porque ela existe, se ela não existir, puxa não tem festa, [...], porque toda festa tem um bingo e sai um carro”. Sobre o uso turístico mencionou que “esse ano passado vieram bastante visitante”, explicando que era aniversário de 300 anos dessa celebração.

E15 (2016) sem mencionar esse lado comercial, em concordância com os demais entrevistados afirmou que a Festa “é um patrimônio cultural [...] porque é [...] tradicional, uma das mais tradicionais do Estado”.

Por outro lado, na opinião de E17 (2016), a Festa já fez parte da paisagem, porém, declara que “[...] hoje não mais [...] os tempos são outros, e a diversão e fé de antigamente não fazem mais parte do cotidiano da cidade”.

Igualmente E10 (2016) não considera a Festa como integrante da paisagem do C.H.P. de Antonina, conforme deixou claro em sua fala:

Eu não enxergo isso como paisagem. Eu enxergo isso [...] é chato falar, traz bastante sujeira. Já trouxe muito visitante [...] trinta anos atrás. Hoje às vezes vêm um, dois, ônibus [...], essa festa traz muito comércio de coisas populares [...], a intenção da festa é boa.

Contudo, o exposto pela coletividade dos sujeitos entrevistados demonstrou que a Festa de Nossa Senhora Pilar é considerada um patrimônio imaterial da localidade em estudo.

Na sexta questão interrogou-se os sujeitos entrevistados sobre a consideração ou não da paisagem como um patrimônio.

Em resposta, E12 (2016) afirmou “[...] só a paisagem já é um patrimônio [...] porque é uma paisagem diferenciada, [...] tem a Serra, tem o Mar, tem tudo”.

E1 (2016) assentiu da mesma forma, explicando que:

Isso aqui foi o berço do nosso Estado. Tem muitas histórias. A mesma parede aqui da minha casa é uma parede muralha e eu encontro ali muita história. Eu fico olhando ali, eu vejo as pedras que foram feitas pelos escravos, a parede tem piche [...] foi feita com sambaqui,⁴⁴ tem conchinhas, tem piche dos navios, então dentro da minha casa eu já vejo e sinto essa história. Na esquina da minha casa, a calçada é original das pedras que vieram da Europa, então isso tem uma energia maravilhosa.

Nesse mesmo sentido, E3 (2016) respondeu que:

⁴⁴ De acordo com Leão (1926, p. 6) a origem dos sambaquis está relacionada com a ação dos grupos humanos pré-históricos que habitaram o litoral paranaense. O motivo que operou a constituição desse material foi “a lei do mínimo esforço” pois durante as estações de pesca as tribos se reuniam com os produtos de sua pesca e os consumiam deixando acumular-se os detritos de sua refeição. A vida nômade que levavam não indicava a necessidade de retirar os resíduos desses locais. Nas palavras do autor, “os sambaquis são productos da acção humana puramente instintiva, praticadas pelos autochtones, que deixavam nos locais os restos de seus banquetes”.

Isso é um legado, e se [...] é um legado [...] é um patrimônio, a paisagem em si, com tudo que está aí é um patrimônio, você tem um patrimônio ecológico, você tem um patrimônio histórico das casas [...] a prefeitura [...] a estação, coisas assim, e temos um legado que é o patrimônio natural [...] um legado da natureza.

Para E15 (2016), a paisagem “é uma atração [...] em uma cidade histórica, é uma atração principal”.

E7 (2016) atribuiu a sua resposta uma conotação mais pessoal ao declarar que enxerga na paisagem do C.H.P. de Antonina uma inspiração, conforme explicou em sua fala:

Até a questão de eu fazer poesia, porque tem outros poetas, pintores e coisa e tal, ela inspira alguma coisa, a partir do momento que ela inspira alguma coisa ela faz com que tenha uma mudança de atitude perante ela. Isso é um patrimônio. Isso é uma riqueza.

E17 (2016) assumiu um tom saudosista ao responder sobre a paisagem, dando uma ênfase às construções antigas presentes no C.H.P. de Antonina, explicando porque não a considera no momento como um patrimônio e não vê potencialidade turística nela:

[...] Antonina ainda conserva aspecto quase intacto dos seus áureos tempos do passado [...] início do século XVIII com o ciclo de exportação da erva mate e em 1930 a início dos anos 1960, onde as indústrias Matarazzo mantinham o processo de empregos em alta [...] mas hoje o que ficou são lembranças fantasmagóricas do passado, se forem arrumadas, aí sim serão boas lembranças de um belo passado a serem explorados turisticamente. Hoje ainda não. Tá feio.

Na sequência do roteiro de perguntas e dentro dessa mesma temática, da consideração da paisagem como um patrimônio, a sétima questão interrogou os sujeitos entrevistados sobre outros elementos que eles identificavam como patrimônio em Antonina.

Em resposta, alguns sujeitos entrevistados mencionaram novamente a arquitetura e as construções, e diferente desses, E16 (2016) considerou também a área rural do município como patrimônio.

Por outro lado, E1 (2016) com outra perspectiva compartilhou seu conhecimento local baseado em sua experiência vivida em Antonina, inserindo informações sobre a cultura regional do litoral paranaense:

Eu acho bem interessante a cultura caiçara, os costumes, o fandango [...] praticado muito pouco, tem representantes em Guaraqueçaba, em Paranaguá tem dois grupos, em Guaraqueçaba mais um, [...] às vezes esses grupos vêm se apresentar aqui, [...] em Antonina não tem nenhum, mas eu também procuro aqui falar do fandango. Até tem uma peça que eu desenvolvi que é uma fandangureira que concilia com a bala de banana que é tradicional da cidade.

Ainda sobre os aspectos regionais E1 (2016) comentou sobre o trabalho de artesã que desenvolve em seu ateliê:

As minhas peças são regionais. Eu sempre que vendo procuro explicar, demonstrar a história, vender um pouco da cultura daqui e sempre valorizando porque eu acredito que essa cidade tem potencial para ser uma cidade turística que atraía bastante visitantes.

E19 (2016) mencionou a consideração do aspecto cultural do município com ênfase na musicalidade local como um patrimônio:

A parte cultural é bem forte, a filarmônica, alguns dizem que foi a primeira do Paraná, essa parte musical, o carnaval é o mais antigo do Paraná, então ela tem um lado cultural muito forte que eu acho que poderia ser considerado como patrimônio.

E3 (2016) valorizou em sua resposta o aspecto humano, afirmando que “[...] tem um outro lado também que é o patrimônio, nós, como seres humanos, que herdamos de sermos comunicativos, sermos alegres, gostamos de festa”.

Igualmente E13 (2016) expressou em sua fala um apreço pelas pessoas de sua cidade e a consideração dessas como um patrimônio:

Patrimônio nós temos também as pessoas, que vamos considerar patrimônio porque tem pessoas na cidade que a gente conhece de tempos, que contam as histórias, que participam de eventos com a gente na rua, gente da cidade.

E8 (2016) apesar de concordar com a ideia de que os moradores serem também um patrimônio de Antonina esclareceu que:

Eu acho assim, o modo de ser das pessoas, como nós vivemos [...], falamos, [...] as pessoas são desconfiadas, você vai chegar as pessoas não vão te atender já, elas vão ficar assim, [...], porque na história de Antonina muita coisa foi tirada dela, muita coisa que ela pensava que era dela, de repente foi surripiada, em termos econômicos, o Porto, Estação Ferroviária, Indústria Matarazzo, [...], os japoneses, os alemães que estavam aqui e poderiam ter dado uma ajudada bem grande à cidade, mas a 2ª guerra mundial levou eles.

E18 (2016) com base em sua experiência de morador e empresário no setor turístico no segmento gastronômico apontou a gastronomia local como patrimônio argumentando que:

[...] não tem uma cidade tão pequena, tão pobre como a nossa com tanto restaurante bom. Eu não conheço isso no mundo. Qualquer prato aqui é bem feito, a gente usa muito produto próximo, eu tenho um viés disso, mas os outros também [...] nós somos bons cozinheiros e não bons gestores [...] o cliente sabe quem está cozinhando aqui em Antonina, isso se compara aos grandes destinos gastronômicos do mundo.

Ainda enfatizando a questão da gastronomia no município, E18 (2016) relatou em sua fala que no passado o município tinha restaurantes de referência no litoral, e que “[...] as pessoas vinham para comer independente do que tinha a cidade”, porém os sucessores dos proprietários desses empreendimentos não deram continuidade aos negócios, o que do ponto de vista do entrevistado contribuiu para a formação de “uma lacuna na gastronomia” local. Assim, ainda segundo o entrevistado apesar da potencialidade e dos talentos atuantes hoje em dia nesse segmento, ao longo dos anos foi perdendo-se “um espaço de identidade de cozinheiro”.

Além dos elementos já citados, o patrimônio imaterial também foi mencionado pelos entrevistados, como para E15 (2016) o folclore, para E5 (2016) e E6 (2016) as lendas. Os entrevistados não entraram em detalhes com relação ao folclore, as lendas e a dança do fandango e por não ser de interesse fundamental para essa pesquisa não houve intervenção da pesquisadora nesse sentido.

A evolução do conceito de patrimônio mostrou-se presente na fala dos entrevistados, os quais em suas respostas inicialmente prenderam-se a ideia de propriedade, porém no decorrer da entrevista apresentaram uma diversidade de elementos presentes na paisagem, tais como os de caráter natural, material e imaterial, os quais também receberam a denominação de patrimônio. (QUADRO 10).

Culturais	Humanos
Cultura caiçara	O antoninense
Dança – fandango	
Artesanato	
Folclore – lendas	Antrópicos
Gastronomia – barreado	As construções – bens imóveis
Música – Filarmônica	
Festa de Nossa Senhora do Pilar	
Carnaval	

QUADRO 10 – SÍNTESE DOS ELEMENTOS DA PAISAGEM MENCIONADOS COMO PATRIMÔNIO DE ANTONINA
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Na oitava questão os sujeitos entrevistados foram interrogados sobre o recebimento do título de patrimônio nacional ter trazido algum benefício ao município.

Observou-se nessa questão que para a maioria dos sujeitos entrevistados não houve benefícios, conforme demonstram essas respostas curtas e objetivas:

“Foi só um título e nada mais”. (E17, 2016).

“Não vi nada de mudança. Tomba-se com um objetivo. Não vi nada. Investe-se para quem ver?”. (E14, 2016).

“Nós não percebemos ainda”. (E7, 2016).

“Olha, benefício, até o momento eu acho que só a preservação, por enquanto”. (E6, 2016).

Os demais entrevistados emitiram pareceres mais extensos. E15 (2016) afirmou que,

[...] por enquanto é só na teoria porque as benfeitorias que viriam aí do PAC das cidades históricas não veio à tona, ainda não foi restaurado nada recorrente a isso aí [...] é tudo projeto, são oito monumentos no centro da cidade que serão restaurados [...], mas o PAC está empacado.

E19 (2016) também mencionou o PAC em sua resposta afirmando não ter visto nenhum benefício advindo do tombamento, relatando a partir de sua experiência e conhecimentos que

[...] existiu um programa do PAC para restauro do patrimônio. Foi de milhões, a gente viu nos jornais, eu sei particularmente porque eu recebi os arquitetos que ficaram comigo para fazer o projeto de restauro, [eles] ficaram por semanas com a gente e [...] comentaram que aí a segunda etapa seria de licitação e depois propriamente o restauro, e parou na fase deles. A gente não ficou sabendo mais nem da licitação, nem da continuação do projeto, e era uma verba que a gente sabia que o governo federal já tinha liberado, só

Antonina ganhou do Paraná, e parou, então na verdade nada, não foi feito nada absolutamente nada.

Com relação ao título recebido com o ato do tombamento, para E19 (2016), o município não soube aproveitá-lo e utilizá-lo como meio de propaganda e marketing e em sua opinião,

[...] não se utiliza porque sabe que não pode entregar para o visitante [...] e eu recebo muitos turistas e eles falam como tá abandonado, então como você vai vender uma imagem de patrimônio histórico, trazer essas pessoas para cá, sendo que tá muita coisa abandonada.

Para E1 (2016), “o título valorizou, mas na prática a gente não tem visto nenhum incentivo, eu acredito que tenha dado uma freada nas reformas, [...] deu uma limitada nesse sentido”.

E4 (2016) igualmente assentiu que:

Até agora não deu para ver. O que eu acho, estamos achando, por exemplo, as igrejas eles iam trabalhar nelas até agosto, [...] e nada aconteceu, [...], o Brasil tá quebrado, não é fácil dinheiro, reforma daquela igreja, reforma da outra, da outra, a do Bom Jesus, por exemplo, lá perto da Estação, a festa não vai poder ser feita lá, a novena, nada, porque ela tá com perigo do telhado e tudo isso ela é tombada [...] então são coisas que não vem para arrumação, não se consegue nada.

E8 (2016) fazendo menção direta ao órgão responsável pela ação do tombamento explicou que:

Eu acho que não. Eles até fizeram, foram feitas reuniões e tudo, mas eu acho que tinha que haver um esclarecimento maior para a população, e depois agora com a própria conjectura econômica do Brasil, então, [...], nós iríamos ser beneficiados com o PAC, mas [...] primeiro que essas coisas são bem difíceis [...], começa projeto, projeto, e execução, assim, [...].

Quando questionada pela pesquisadora sobre o envolvimento da população local nesse processo, E8 (2016) explicou que “primeiro até acharam que era ruim isso [...], falta de informação, [...] às vezes uma reunião não resolve”.

E11 (2016) expressou em sua fala contrariedade diante da situação de tombamento sem a devida manutenção dos bens que foram tombados, por isso que em sua opinião o título de patrimônio nacional recebido por Antonina,

Não trouxe benefício porque não cuidou de nada. Eles só se metem com pessoas que cuidam do seu patrimônio já. Vai olhar é só você pegar dá uma volta na cidade e olhar os prédios lindos que têm abandonados, caindo, sujo, [...] positivo? Não. O que adianta tomar e não cuidar do patrimônio? Verba eu acredito que tenha para isso [...] eu só acho que [...] se é para funcionar que funcione [...] aí fica três, quatro casas de morador que trabalha para comprar sua tinta seu material para reformar e do lado um prédio horrível estragando tudo.

E1 (2016), com base em sua experiência na área jurídica do município, em sua fala esclareceu a situação de algumas das construções abandonadas:

É importante de se ressaltar, grande parte desses imóveis que estão em má conservação é porque são imóveis que estão em litígio, estão em briga judicial, herdeiros, então estão se deteriorando e a prefeitura não tem como interferir ainda, então só na situação de falta de pagamento de imposto que daí vai para a dívida ativa, a prefeitura pode interferir [é por isso que estão em ruína?], sim exatamente, abandonados pela família [...] ah porque não tem dinheiro para pagar o inventário, aí fica por isso e se deteriora.

E13 (2016) demonstrou imparcialidade ao emitir a sua opinião sobre o benefício do título de patrimônio nacional recebido por Antonina:

[...] eu acho que para o tombamento ser bem valorizado mesmo pelo IPHAN, que tanto falam aí, eu achava que devia, deveriam, é estruturar a cidade. Já que é tombada por que não mexer no que tá tombado pra arrumar e fazer alguma coisa? Deixa a desejar isso aí, [...] eu acho se é o IPHAN que toma conta [...] deveria vir, já que ele tombou, [...] aqui arrumar.

E16 (2016) moderadamente expressou como resposta a esse questionamento que “somos ainda muito jovens na ciência da preservação, muito a aprender na arte de preservar. Trabalhar com recursos de preservação ainda é algo novo”.

Em oposição a esses relatos, que ora se posicionaram contrários, ora imparciais, durante as entrevistas foram ouvidas opiniões favoráveis ao ato de tombamento do C.H.P. de Antonina, inclusive de moradores que possuíam imóveis enquadrados nessa situação.

Para E3 (2016),

Isso aí coloca rédeas, delimita o que pode ser feito e o que não pode ser feito, sempre visando à preservação. Eu acho que se essa questão da preservação tivesse sido instituída, vamos fazer um chute, há 50 atrás, nós teríamos muito mais prédios conservados do que hoje [...] porque o que se observa é que as pessoas há um tempo atrás não tinha essa cultura de preservar, ou seja, existiu um movimento modernista, tudo o que é antigo não presta. No passado era assim. Tudo pelo progresso. Tudo velho joga fora e tal, hoje não,

a ideia de preservação ela tá bastante forte, e existe um regulamento e regras, quem faz isso, [...] foi o Estado, as secretarias de cultural, IPHAN, [...], então essas regras, essas leis, são essenciais porque sem isso, se você faz uma regra para uma casa, uma regra para outra casa, outra regra para rua, vira bagunça. É padronização de leis, limites, como fazer a preservação, de que modo fazer a preservação, quanto preservar o que pode ser mexido, o que não pode ser mexido.

Dado o discurso preservacionista presente nessa resposta a pesquisadora realizou uma intervenção com o objetivo de obter mais detalhes sobre a experiência vivida desse sujeito entrevistado com o ato de tombamento, já que o mesmo se apresentou como proprietário de um. Por isso acrescentou-se ao questionamento inicial a interrogação de se as regras por ele mencionadas anteriormente estavam dispostas e apresentadas de maneira facilmente compreensível para todos os moradores da área tombada.

Em resposta, E3 (2016) assim emitiu sua opinião:

Não. Depende. Isso é muito cultural, depende muito, porque eu não vejo isso assim de modo tão forte quanto eu gostaria que houvesse. Não é forte isso, entende. Ele é incipiente. Hoje as pessoas, por exemplo, [...] tem um certo medo de fazer alguma alteração no seu imóvel porque vem um policiamento do IPHAN e mete uma multa em cima do cara. Eu acho que não deveria de ser assim. As pessoas deveriam ter na sua memória o que deve ser preservado e o que não deve e o IPHAN e secretaria do patrimônio auxiliando e orientando, dentro daquelas regras propostas.

E10 (2016), também demonstrando uma visão preservacionista respondeu sobre o título de patrimônio nacional ter trazido benefício ao município:

Eu acho que sim porque você lembra. Olha esse prédio aqui tem 100 anos e alguma coisa, certo? Não mexendo, deixa como está porque é uma recordação do passado. É para os nossos, os outros descendentes, etc. e tal se lembrarem. Oh! Antigamente foi assim. Eu acho isso muito viável. Eu acho isso correto.

E12 (2016) defendeu a importância do tombamento para a continuidade da história local representada, em sua opinião, nas construções do C.H.P. de Antonina, por isso afirmou que,

Eu acho que trouxe [benefício] porque se não tem o patrimônio histórico eles acabavam com tudo, com o pouco que tem, porque tinha muitas, muitas outras casas [...] se não tivesse vindo o patrimônio para cá e fechado não ia ter mais nada para ninguém ver, ia acabar com a história.

E5 (2016) expressou em sua fala orgulho por morar em uma cidade com título de patrimônio nacional:

Há controvérsias, mas a minha opinião particular, eu acho que só benefícios, trouxe muito benefício, só poderia ter assim um pouco mais de atenção pelos órgãos que deu esse título para ela, mas assim, é com muito orgulho, muita gente tem orgulho, eu tenho, eu não sou filha de Antonina, mas adotei [...] como minha cidade do coração.

Após intervenção da pesquisadora solicitando que fossem apresentados exemplos desses benefícios, E5 (2016) respondeu: “[...] a conscientização da preservação, dos casarios, da paisagem e de uma chance de um futuro que é do turismo, que eu acho que a cidade tem”. A entrevistada acrescentou ainda que “preservar não é viver do passado, é manter o passado e se atualizar para um presente e um futuro dentro desse passado”.

Aproveitando ainda a oportunidade que surgiu nessa resposta a pesquisadora questionou sobre a expectativa da população local com relação ao turismo, ao que E5 (2016) informou com base em sua vivência de moradora:

A população tem esperança, eu acho que falta um direcionamento, [...] politicamente, [...] municipal, um direcionamento, um incentivo, eu acho que puxando esse cordão a população vai aderir com mais entusiasmo.

As poucas falas positivas com relação ao tombamento sugeriram que os motivos para o descontentamento com esse instrumento de proteção ao patrimônio sobrepõem-se aos benefícios citados.

Na nona questão interrogou-se os sujeitos entrevistados sobre os pontos negativos que o ato de tombamento do C.H.P. de Antonina como patrimônio nacional trouxe ao município.

Em resposta E18 (2016) expressou em sua fala a necessidade de maiores informações sobre o assunto por parte dos órgãos responsáveis por esse instrumento de proteção para conhecer quais os reais benefícios desse ato, conforme por ele colocado:

Eu não sei explicar, não tive nenhuma explicação. Eu acho benéfico porque a preservação me encanta, [...] eu acho fundamental o tombamento, mas também eu gostaria de receber uma informação como que nós vamos usar isso a nosso favor.

Do mesmo modo, E19 (2016) pontuou em sua fala a necessidade de informação e as consequências da burocracia que envolve o tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio:

Eu acho assim, [...] deveria ser um trabalho conjunto aos moradores e as pessoas que detêm imóveis que são relacionados ao patrimônio porque [...] eu tenho amigos, eu tô falando uma história particular, que iriam comprar casas tombadas e desistiram pela dificuldade da reforma, a dificuldade de conseguir verba na Caixa Econômica Federal e a dificuldade de lidar com o próprio IPHAN, e desistiram do negócio, então na verdade tinha que ter uma linha de conversação mais aberta que facilitasse, mais informativa [...] existe já, eu acho, uma capacidade econômica muito menor, que o município é pequeno, poucas pessoas tem recurso para manter um imóvel bem restaurado [...] e essa dificuldade que a gente vê do IPHAN em lidar com isso é de não ter uma conversa realmente.

Na opinião de E2 (2016),

O principal ponto negativo é que a pessoa é dona do imóvel, a pessoa é dona da casa, só que ela não pode mexer na casa, [...] então quer dizer que ela é dona e não é, [...], então se a pessoas precisa fazer uma reforma, [...] não pode trocar a cor da fachada, não pode trocar nenhum elemento da fachada, [...] então a pessoa é dona e não é.

Para E6 (2016) o ponto negativo

É a dificuldade de fazer as coisas, porque tudo você depende do IPHAN, e [...] é muito demorado, então você tem que [...] tudo tem que ser de acordo com o que o IPHAN lhe pede e assim mesmo a burocracia é muito grande.

E10 (2016) expressou em sua fala não enxergar pontos negativos, porém com ressalva sobre a questão da manutenção dos imóveis tombados como patrimônio.

Na minha pessoa não, só que teve, porque muita gente quer mudar, quer ver a fachada diferente. Eu acho que a fachada tem que ficar do mesmo jeito [...] eu já gosto mais da cidade do jeito que é agora, bem pintadinha, bem ajeitadinha, tudo sempre bem feito, só que o IPHAN fez aquela época, isso faz o que? [...] 7, 8 anos [...], ele pintou os prédios antigos tudo, só que tinha [...] é a tal da história, manutenção.

Igualmente para E7 (2016),

Negativo não tem, só que a partir do momento que é tombado as pessoas respeitam isso, mas nós estamos desde 2002 ouvindo que o IPHAN teria um capital disponível, recurso disponível para repassar para o município, para restaurar, para restauro desses patrimônios. Essa escola aqui mesmo [...] é

a escola mais antiga do Estado do Paraná, isso aqui é de 15 de agosto de 1885.

E8 (2016) respondeu que “eu acho que negativo não é, [...] sou preservacionista, então jamais poderia dizer para você que tem ponto negativo”.

Para E15 (2016) o ato do tombamento “é muito positivo”, porque em sua opinião colocou a cidade na mídia.

E3 (2016) e E12 (2016) mostraram-se totalmente favoráveis ao tombamento do C.H.P. de Antonina, conforme apreendido de suas respostas:

[...] eu acho que a preservação tem que ser feita, ela é essencial, até para preservar nossa cultura, para preservar os nossos ancestrais, a nossa história, que tá lá para trás, para resgatar tudo isso porque **um povo que não tem passado, ele não consegue se projetar para o futuro**. (E3, 2016, grifo nosso).

[...] eu sou uma pessoa que acredito na história, [...] eu gosto de cidade antiga, [...] eu acho que Antonina tem tudo a ver pra preservar isso. Por que se não o que vai apresentar para o visitante? Do que vai viver Antonina? Antonina é uma cidade que tem [...] aposentado e tem professor, não tem indústria. Ela tem que [...] conservar a história pra poder atrair pessoas para virem para cá, porque ela não tem outro meio de ganhar dinheiro. (E12, 2016).

Essas duas últimas questões foram polêmicas, e inclusive houve recusa de uma entrevistada em respondê-la e uma desconfiança com relação à pesquisadora ser integrante do quadro de funcionários do IPHAN, órgão responsável pelo ato de tombamento, evidenciando o nível de conflito e descontentamento entre a população local e os agentes municipais, estaduais e federais que teoricamente estariam responsáveis pela proteção do patrimônio local.

Nesse ponto, mais uma vez pela frequência das respostas obtidas observou-se que o tombamento é uma experiência compartilhada entre os sujeitos entrevistados cuja compreensão se dá na coletividade e não apenas na subjetividade em conformidade com os princípios da fenomenologia exposto por Gomes (2007) sobre a essência das coisas manifestar-se nas vivências e no compartilhar das experiências entre os sujeitos.

Essas respostas foram sintetizadas em pontos positivos e negativos da experiência com o tombamento, conforme mencionado pelos sujeitos entrevistados. (QUADRO 11).

Pontos positivos	Pontos negativos
Imposição de regras e limites visando a preservação	Inexistência de subsídios para manutenção dos bens tombados
Atratividade turística	Conflitos entre a população local e órgão de proteção ao patrimônio
Manutenção de vestígios da história local	Imposição de regras e limites visando a preservação
Preservação da cultural	Perda da autonomia dos proprietários com relação a modificações na fachada de seus imóveis
Respeito	Burocracia do órgão responsável com relação ao cumprimento das exigências do tombamento
Perspectiva de futuro	Policiamento do órgão responsável pela proteção ao patrimônio e aplicação de multas
Valorização da imagem do município	Ausência de esclarecimento sobre o tombamento e sobre o recebimento e aplicação dos recursos do PAC

QUADRO 11 – SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA COM O TOMBAMENTO
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

Na décima e última questão interrogou-se os sujeitos entrevistados sobre as possibilidades da conservação do patrimônio contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município especialmente por meio do uso da paisagem do C.H.P. de Antonina como recurso turístico. Na sequência do questionamento foram solicitados apontamentos e indicações de como isso poderia ocorrer.

Sobre isso ouviu-se de E1 (2016),

Com certeza porque preservando valoriza por ser uma cidade histórica, uma cidade berço do Paraná, isso atrairá turistas trazendo desenvolvimento econômico para a cidade [...] a cidade já foi muito rica na época em que o porto era de plena atividade, exportava mate, erva, açúcar e hoje em dia a maior fonte de renda aqui é a prefeitura e o porto gera 200 empregos só, então isso [...] o turismo, a maioria da população acredita que o turismo é a salvação da cidade.

Do mesmo modo E15 (2016) respondeu

Sim, porque todos nós sabemos que é uma indústria sem chaminés, a indústria do turismo nessas cidades é uma indústria de sustentabilidade e que a nossa cidade sendo preservadas, sendo restaurada, esses monumentos e com mais algumas coisas que há que se fazer, é com certeza, Antonina, ela vai [...] figurar definitivamente no cenário turístico nacional nesse sentido do patrimônio histórico.

E5 (2016), igualmente assentiu afirmando,

Muito, muito, muito. A partir que você preserva, a partir que você conserva, a cidade fica mais bonita, assim com isso a população, que tá dentro, fica feliz, quem tá fora, vem mais vezes, fica uma cidade bonita, uma cidade com

casarões mais bonitos, com ruas mais bonitas, com mar mais bonito, com a paisagem mais bonita, isso traz gente feliz, deixa gente feliz e atrai mais pessoas para a cidade.

E6 (2016) concordou expondo suas ressalvas,

Muito [...] desde de que tanto o governo como a população se unisse para que transformasse esse patrimônio numa coisa mais voltada para o turismo, para a cultura, para o município, [...] eu acho que deveria ser [...] facilitado as coisas, não dificultando como está acontecendo hoje.

Da mesma forma, E7 (2016, grifo nosso) indicou em sua fala as condições para que o turismo, enquanto atividade econômica pudesse obter êxito em Antonina,

Sim, eu acho que [...] olha, se as pessoas se preocuparem em cuidar, seja do patrimônio histórico e até mesmo ainda das ruas do centro, das ruas dos bairros, cuidando, pintando sempre as fachadas de suas casas, colocando [...], coleta de lixo acontecendo na hora certa, limpando os quintais, aí fica limpa, fica bonita e é um atrativo a mais, quando eu vou visitar uma cidade, eu quero estar em um lugar limpo, eu quero ser bem recebido, para que eu possa, para que eu tenha vontade de voltar. **A paisagem é um recurso.**

E8 (2016) destacou a geração de empregos como principal benefício que o turismo poderia trazer ao município, quando respondeu,

Mas com certeza, com certeza, porque veja bem, nós ficamos só presos ao porto e nós temos uma riqueza muito grande, não temos só o porto, tanto é que quando ele ficou desativado ficamos mal, aí a gente tinha o mar, tinha a pesca, então a população nunca passou fome. Eu vejo, eu acho que o turismo seria uma grande coisa, porque veja quanta gente que pode ser empregada, quanta gente que pode ser aproveitada, quantas pessoas podem ganhar também [...] e daí talvez até valorizassem mais aquilo que tem e olhem com olhos mais amorosos.

E9 (2016) concordou com as possibilidades de uso turístico da paisagem e enfatizou os benefícios que se tem em preservar a história:

Com certeza, primeiro pela preservação da história em si que já é uma forma de respeito, você vê e guarda essa memória, não para agora o presente, para que no futuro também os novos que virão possam também ter um resgate de tudo isso.

E3 (2016) entusiasticamente também assentiu sobre as possibilidades de a paisagem constituir-se em recurso para o turismo considerando-a um patrimônio,

Isso aí eu não tenho dúvida nenhuma, com certeza, é bem esse caminho, e a forma chama-se educação, volta lá, só cultivando, então [...] levar essa cultura de patrimônio, é, histórico, arquitetônico, ecológico para dentro da escola, começando lá pelo jardim, pelas crianças pequenininhas, pelo ensino fundamental, para que eles já venham, à medida que eles vão crescendo se aculturando e olhando que isso é necessário para nós, essa cultuação do patrimônio, que é o nosso resgate do nosso passado.

Dada à convicção do sujeito entrevistado, e com o objetivo de explorar um pouco mais o ponto de vista de E3 (2016), a pesquisadora realizou uma intervenção, solicitando que expusesse sua opinião sobre como essa “cultuação” do patrimônio poderia ser aplicada especificamente em benefício do desenvolvimento do turismo, ao que ele respondeu:

[...] veja existem coisas absurdas em Antonina, nós não temos um museu [...], o museu é dentro das casas das pessoas, todo mundo tem um pouquinho de museu [...] que tal se juntasse tudo isso dentro de um espaço grande, de um prédio, assim, por exemplo, ali, o clube literário, prefeitura desapropriava, resgatava o prédio, o Estado ajudava e fazia-se nele um museu. Por que, por exemplo, não se faz um prédio novo para a prefeitura, um prédio moderno, [...] assim já projetado, e no prédio da prefeitura se reestrutura, se reforma e faz ali um museu, [...] veja educação, patrimônio, resgata junto isso, desenvolve cultura, [...] é meio econômico porque traz o visitante, [...] tem mais um atrativo para a cidade.

E11 (2016) compartilhou a mesma opinião dos demais entrevistados e sublinhou que a paisagem poderia sim ser utilizada como recurso para o desenvolvimento do turismo apontando os benefícios que isso traria:

Ela pode com certeza, gente 100%, só tem duas maneiras de acabar com o desemprego de Antonina, turismo e porto. As nossas lojas não estariam com as portas vazias. Nossos restaurantes não estariam praticamente [...] atrairia muito mais gente [...] não teria tanta gente inadimplente também por aí afora porque teria emprego. A hora que eles perceberem isso, que é o porto que precisa de apoio e o turismo, nós que precisa de apoio e de socorro, gente, todos os problemas sociais, acredito que de Antonina acabariam [...] porque o homem empregado é um homem com dignidade [...] consegue sustentar sua família. O jovem que tem emprego [...] vai ficar aqui [...] é uma coisa maravilhosa [...] é muito bom de viver [...] eu sou antoninense de coração, não saio daqui de jeito nenhum.

E19 (2016) vislumbra no turismo uma oportunidade em tempo crise para Antonina devido à proximidade com a cidade de Curitiba e o baixo custo da viagem:

Na crise econômica que tá agora as pessoas podem vir para cá ao invés de fazer uma viagem pra longe, é um passeio barato, é um passeio perto, quer dizer, Antonina sairia ganhando com a crise, eu acho, porque as pessoas elas querem sair, elas não deixam de sair, elas só procuram readequar o orçamento.

Para E12 (2016) o estágio atual do turismo no município precisaria de aprimoramento, conforme menciona em sua fala:

Eu acho que já acontece, na verdade, [...] pouco, mais poderia ser melhorado com recursos próprios [...] mesmo, os próprios empresários [...] poderiam ter boa vontade [...] e uma ajuda do poder público [...] o que tem que ser desenvolvido nessa cidade é o turismo, não tem outra saída [...] nós temos muitas coisas, falta só organizar e politicamente não dá certo, nunca dá certo porque as pessoas não têm essa visão. A nossa política tá quebrada, tá desacreditada, então não tem pra que correr [...] é hora dos proprietários se unirem e cada um fazer alguma coisa.

Para E18 (2016) o planejamento e desenvolvimento de atividades turísticas em Antonina “é um complemento, é uma somatória” segundo ele o “fazer turismo não é fácil [...], é serviçal, é dedicação, é amor próprio, não é simples”.

E10 (2016) igualmente expressou em sua fala um descontentamento com relação ao turismo local e indicou possibilidades de aperfeiçoamento da atividade:

Ah sim, isso com certeza, claro tem que divulgar, porque aqui nós não temos turismo, nós pegamos as sobras de Morretes, porque aqui não é divulgado, aqui as coisas não funcionam direito, quer dizer, da parte do poder público [...] que paisagem maravilhosa que nós temos. Tem muita coisa tão bonita, mas muito mais bonita que Morretes, mas não é usado porque não é divulgado, porque não é mantido.

A frequência com que essa entrevistada mencionou a cidade de Morretes em sua fala indicou que ela a considerava como um “modelo de sucesso” a ser seguido. Assim sendo e com o propósito de explorar mais sobre esse “modelo morretiano” de vender a cidade turisticamente, a pesquisadora realizou uma intervenção solicitando indicações de como isso poderia ser adequado para ser aplicado em Antonina, ao que E10 (2016) respondeu:

Em primeiro lugar se unir. Aqui eles fazem reunião [...] para fazer funcionar Antonina, o papo é sempre o mesmo, cada reunião que você vai o papo é sempre o mesmo e o acontecimento é zero, não sai do papel. Então isso seria a primeira coisa, o que Morretes faz, eles podem até um querer comer o fígado do outro, isso aí pode ser, mas na hora das reuniões, [...], eles estão juntos, eles estão trabalhando juntos e estão funcionando junto e é o que aqui não acontece [...] lá o povo é diferente. É o povo descendente de europeu e etc., aqui nós temos um povo caiçara. O povo caiçara culturalmente é muito diferente do morretiano, então o povo caiçara, é no litoral do Brasil inteiro, o povo caiçara ele não se preocupa, se ele tem o dinheirinho para comer hoje, ele não vai se preocupar com o amanhã, ele é acomodado. É um povo muito bom, [...], não é povo ruim, é povo bom, mas não tá ligando, ele tá sobrevivendo e tá bom para ele. É acomodado. É isso que é a história de Antonina.

Os demais sujeitos entrevistados mostraram-se igualmente desacreditados nas possibilidades de o turismo figurar como atividade econômica em Antonina.

Na perspectiva de E2 (2016) sobre as possibilidades do turismo: “[...] é meio difícil, pela burocracia ajudar no desenvolvimento”.

Do mesmo modo a resposta E4 (2016) indicou uma desesperança: “olha, é delicado, Antonina, [...] porque além de tudo eu acho agora só falta dinheiro, eu acho que até a prefeitura poderia estar bem melhor”.

Nesse mesmo sentido, E17 (2016) respondeu sobre as possibilidades de desenvolvimento do turismo a partir da paisagem como principal recurso e atrativo:

Sim, se houver recursos financeiros. Com dinheiro pode-se construir, divulgar, incentivar, proteger, impor regras, ao contrário, sem dinheiro, não se faz nada e vira só puro idealismo. O povo não tem consciência de que poderia ajudar a cidade fazendo o mínimo, tipo, pintando a casa, arrumando a praça em frente à sua casa, não jogando lixo onde não deve etc., mas o vento da desesperança sopra sobre seu povo, acostumado a não acontecer nada que os motive, nem mesmo um bom líder que apareça de vez em quando.

E13 (2016) advertiu sobre a manutenção dos patrimônios edificados:

[...] tem que tá restaurado para ajudar no turismo [...] eu acho que o visual conta muito [...] deveria ter mais participação da prefeitura, o pessoal fala muito em Morretes como se fosse uma Europa toda arrumadinha, toda montada, então o povo quer ver realmente isso.

As respostas obtidas com esse questionamento, (QUADRO 12), além de dividirem opiniões, também se assemelharam com aquelas obtidas sobre as possibilidades e fragilidades para o uso da paisagem como recurso ao desenvolvimento do turismo.

Positivas	Negativas
Atração de turistas	Falta de dinheiro
Geração de empregos	Ausência de articulação entre as instâncias governamentais e a população
Visibilidade para o município	Ausência de conscientização da população com relação a importância da preservação
Preservação da história	Ausência de um trabalho colaborativo entre os empresários da área do turismo
Embelezamento da cidade	
Valorização do passado	
Fixação da população jovem no município	

QUADRO 12 – SÍNTESE EXPECTATIVAS SOBRE O USO DA PAISAGEM COMO RECURSO PARA O TURISMO
ELABORAÇÃO: A AUTORA (2016).

A entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, do ponto de vista qualitativo e fenomenológico, permitiram que algumas das experiências dos sujeitos entrevistados fossem compartilhadas com a pesquisadora sobretudo sobre a paisagem, o patrimônio e o turismo no C.H.P. de Antonina. Além disso, as respostas obtidas esclareceram que a paisagem é um recurso turístico como já destacado ao longo dessa pesquisa, porém não é a solução para a situação da economia local como sugerido na fala de alguns dos sujeitos participantes pelos motivos por eles indicados que inviabilizam o uso total da potencialidade paisagística disponível na área em estudo.

5.2.2 A experiência dos moradores em fase escolar

Diante da inviabilidade de aplicar o questionário aos mesmos alunos que participaram do pré-teste, dado que a seleção da amostra foi aleatória e a abordagem naquele momento não era qualitativa, na segunda fase optou-se por conhecer a experiência e a concepção sobre a paisagem do C.H.P. de Antonina enquanto um patrimônio e suas possibilidades de uso turístico por meio da aplicação de questionário (APÊNDICE 3) em duas salas de aula do Colégio Estadual de Ensino Médio e Técnico Basílio Machado.

No local selecionado foi solicitada autorização à direção para entrar nas salas de aula e aplicar o instrumento de coleta de dados, um questionário formatado com sete perguntas abertas.

A amostra desse grupo de sujeitos respondentes foi composta por dezenove alunos do ensino médio integrado ao curso técnico em meio ambiente. A faixa etária desse grupo variou de 16 a 21 anos.

No entanto, a análise das respostas obtidas qualificou apenas dez questionários como úteis aos propósitos e objetivos dessa pesquisa, devido ao fato de alguns alunos sinalizarem não permitir o uso de suas respostas na presente pesquisa. Além disso, houve uma dificuldade em compreender a caligrafia de alguns deles e uma grande quantidade de perguntas com respostas em branco.

Na primeira questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que indicassem quais palavras utilizariam para descrever a paisagem do C.H.P. de Antonina.

As respostas obtidas, oscilaram entre termos positivos tais como beleza, nostalgia, e histórica, com aqueles negativos, de abandono, poluição, e

desvalorização, demonstrando que esse grupo de sujeitos possuem uma concepção realista sobre as condições estéticas da paisagem de seu C.H.P.

Na segunda questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que escrevessem sobre os significados e os sentidos da paisagem do C.H.P. de Antonina para eles.

Nas respostas não foi identificado um sentimento de afetividade com a paisagem, mas apenas uma ideia de antiguidade, tranquilidade, descanso, passeios, porém com uma frequência de menção ao fato dela estar abandonada.

Na terceira questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que mencionassem os elementos da paisagem do C.H.P. de Antonina com maior atratividade turística.

As respostas obtidas apontaram como atrativos turísticos os prédios históricos, especialmente o Teatro Municipal, o Mercado e a Estação Ferroviária, além dos casarões antigos, as igrejas, a Baía e as praças da cidade.

Na quarta questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que explicassem o que compreendiam sobre o sentido do conceito de patrimônio.

As respostas obtidas revelaram uma concepção de patrimônio atrelada exclusivamente às construções e monumentos, públicos ou privados. Os elementos naturais e imateriais integrantes da paisagem do C.H.P. de Antonina não foram mencionados por esse grupo de sujeitos.

Na quinta questão foi solicitado uma resposta com relação à paisagem do C.H.P. de Antonina ser considerada um patrimônio e o porquê.

Todas as respostas obtidas indicaram que sim, porém sem justificativas sobre o porquê.

Na sexta questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que mencionassem outros elementos que eles identificavam como patrimônio em Antonina.

As respostas para esse questionamento foram idênticas àquelas já mencionadas sobre os elementos da paisagem com maior atratividade para o turismo, as construções antigas e as áreas verdes municipais.

Na sétima e última questão interrogou-se sobre as possibilidades de a conservação do patrimônio contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do município.

Todas as respostas obtidas demonstraram que os sujeitos respondentes consideram essa possibilidade, porém mais uma vez não houve aprofundamento nas justificativas.

A frequência com que surgiram repetições nas respostas indicaram o que Gil (2010, p. 138) denominou de “saturação teórica” sinalizando que a aplicação dos questionários poderia ser interrompida.

Na concepção da pesquisadora a opção por aplicar um questionário com perguntas abertas direcionadas aos moradores em fase escolar possivelmente traria resultados que pudessem contribuir para subsidiar a discussão sobre a conservação do patrimônio e do uso da paisagem do C.H.P. de Antonina como recurso para o turismo, dado que em um futuro próximo possivelmente alguns dos integrantes desse grupo de sujeitos poderá efetivamente decidir sobre os temas aqui investigados, porém a realidade apreendida não confirmou essa perspectiva.

5.2.3 A experiência dos visitantes

No período da realização da Festa de Nossa Senhora do Pilar, entre os finais de semana dos dias 06 a 15 de agosto do ano de 2016 foram aplicados onze questionários (APÊNDICE 4) aos sujeitos presentes na área central do município com o objetivo de apreender a experiência desses com a paisagem do C.H.P. de Antonina.

A seleção da amostra foi realizada por meio da identificação dos fatores indicados por Triviños (1987), de acessibilidade e tempo disponível para participar da pesquisa.

As questões iniciais tiveram como objetivo conhecer o perfil dos sujeitos respondentes. Após análise das respostas obtidas observou-se que a faixa etária variou entre 17 e 69 anos. O local de origem predominante foram as cidades de Curitiba e Paranaguá, ambas localizadas no Estado do Paraná. Apenas um sujeito era proveniente da cidade de Santo Antônio de Pádua localizada no Estado do Rio de Janeiro. O nível de escolaridade predominante foi o ensino superior. O período de permanência em Antonina que predominou nas respostas foi de 1 dia com e sem pernoite, o que qualifica parte da amostra de sujeitos como excursionista. Apenas dois sujeitos respondentes permaneceram no município por 2 dias.

Na primeira questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que indicassem as razões e motivações da visita a Antonina.

As respostas obtidas expuseram o interesse pela contemplação da beleza da paisagem, o interesse pela arquitetura, a participação na excursão Morretes - Antonina e a visita a familiares. Apenas um sujeito mencionou como motivação exclusiva participar da Festa e, ainda nesse contexto festivo, um outro sujeito mencionou como

interesse ver as barracas de comercialização de produtos diversos que estavam na cidade nesse período de festividade.

Na segunda questão foi solicitado aos sujeitos respondentes que indicassem quais palavras utilizariam para descrever a paisagem do C.H.P. de Antonina.

As respostas obtidas repetiram por vezes os adjetivos bonita, agradável, linda, pitoresca, maravilhosa, divina e paz.

Apenas dois sujeitos respondentes utilizaram como palavras descritivas abandono e degradação para referirem-se à paisagem, expressando um certo descontentamento com a experiência vivenciada. (FIGURA 25).



FIGURA 25 – IMÓVEIS EM RUÍNAS E ABANDONADOS NO C.H.P. DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

Na terceira questão foi solicitada uma resposta com relação a paisagem do C.H.P. de Antonina ser considerada um patrimônio e o porquê.

Todos os sujeitos respondentes assentiram que sim e as justificativas predominantes estiveram relacionadas com o fator historicidade vivenciada por meio da representação do passado na arquitetura e com o fator natureza vivenciado por meio da contemplação dos elementos naturais presentes no entorno, notadamente a Baía e a Serra do Mar.

Na quarta questão foi solicitada uma resposta com relação aos elementos da paisagem que despertaram maior interesse durante a visita.

As respostas obtidas, mais uma vez repetiram-se no apontamento dos elementos arquitetônicos, os casarões, as igrejas e as ruínas, além do mar e da Serra que circundam o município.

Na quinta questão foi solicitada uma resposta com relação a outros elementos identificados como patrimônio durante a visita.

As respostas obtidas novamente mencionaram a arquitetura e os elementos naturais, e acrescentaram a consideração sobre o barreado, prato também servido em Antonina representar um patrimônio.

Um outro elemento apontado pelos sujeitos respondentes como patrimônio foi a composição do calçamento das ruas de pedras que, do ponto de vista deles, realçam a atmosfera de uma cidade histórica. (FIGURA 26).



FIGURA 26- RUA DE PEDRA LOCALIZADA NO C.H.P. DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

Na sexta questão foi solicitada uma avaliação sobre a experiência turística vivenciada em Antonina.

As respostas obtidas demonstraram que os sujeitos respondentes no geral ficaram satisfeitos com a experiência vivenciada durante a visita qualificando-a como boa e agradável. Apenas um deles mencionou que a potencialidade turística não é bem aproveitada pelo município, porém sinalizou que voltaria a visitar o local.

Do mesmo modo ocorrido com a aplicação do questionário aos sujeitos em fase escolar, com esse grupo de respondentes a frequência com que surgiram repetições nas respostas indicaram o que Gil (2010, p. 138) denominou de “saturação teórica”, sinalizando que a aplicação dos questionários poderia ser interrompida.

No entanto, diferente do ocorrido com os sujeitos em fase escolar, o uso do questionário como instrumento de coleta de dados com o grupo de sujeitos respondentes denominados de visitantes, por incluir tanto turistas como excursionistas, mostrou-se suficiente e produtivo permitindo a confirmação da Tese defendida nessa pesquisa sobre a paisagem do C.H.P. de Antonina possuir as

características de um patrimônio e sua potencialidade de ser utilizada como recurso ao desenvolvimento da atividade turística local.

5.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nos próximos tópicos discutem-se os resultados obtidos com a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários de forma integrada aos conteúdos teóricos apresentados nessa pesquisa.

5.3.1 Discussão dos resultados obtidos junto aos moradores

A ideia de paisagem associada à beleza, especialmente quando relacionada com os elementos da natureza e utilizada para propósitos de contemplação e por isso também matéria prima para a arte esteve presente constantemente na fala dos sujeitos entrevistados o que, do ponto de vista dessa pesquisa está em concordância com o exposto por Cauquelin (2007, p. 39) quando afirmou que “a paisagem participa da eternidade da natureza, um constante existir, antes do homem, e sem dúvida depois dele”.

Do mesmo modo, a associação entre o conceito de paisagem com os elementos da natureza remete aos significados primários desse conceito para a sociedade ocidental, notadamente a europeia, conforme mencionados por Claval (2004) e Besse (2006) ao explicarem que desde o século XV a noção de paisagem esteve atrelada com a pintura de fragmentos da natureza dispostos em um enquadramento similar ao de uma janela. A evolução posterior desse conceito para outras compreensões, permite a abordagem explorada nessa pesquisa, que considera a paisagem como um patrimônio.

Constatou-se também que a paisagem do C.H.P. de Antonina está inserida na vida dos entrevistados como fonte de recordação, memória, história e aconchego, demonstrando um sentimento de afetividade tal como discutido por Claval (2004) e também por Relph (1976), autor que sugeriu que o termo topofilia poderia ser adequado e aplicado não apenas aos lugares, mas também às paisagens.

Assim, dentre os valores cognitivos, formais, afetivos e pragmáticos citados por Meneses (1992) que podem ser atribuídos a um patrimônio, no caso dessa pesquisa, a paisagem, observou-se que para os sujeitos moradores participantes das entrevistas sobressaiu-se o valor de natureza afetiva, portanto, relacional.

Ainda sobre esse envolvimento entre sujeito e paisagem, Dardel (2011 [1952], p.32) já afirmava que “uma verdade emerge da paisagem [...] como expressão fiel da existência”, pois “ela [a paisagem] fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença circunspeta e atarefada”.

Do mesmo modo Berque (1984, 1995) insistiu em suas obras que apenas o olhar não é suficiente para apreender os sentidos e significados presentes nas paisagens, sendo necessária uma apreensão por meio da consciência e da experiência dos sujeitos.

Igualmente na perspectiva da fenomenologia, tal como discutida por Gomes (2007) é somente a partir das experiências que se torna possível conhecer as essências dos fenômenos que se pretende investigar.

Quando questionados sobre os elementos da paisagem com maior atratividade turística foram frequentes as respostas que mencionaram a Baía, a Serra do Mar e a Mata Atlântica como elementos de destaque na paisagem.

Por isso, cabe ressaltar que Antonina integra parte da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba que abrange também os municípios de Campina Grande do Sul e Paranaguá. Criada pelo Decreto-Lei 90.883 de 31 de janeiro de 1985 com o objetivo de

[...] assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas do Bioma Mata Atlântica, do complexo estuarino da Baía de Paranaguá, dos sítios arqueológicos, das comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, bem como controlar o uso de agrotóxicos e estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região. (BRASIL, 1985, *online*, não paginado)⁴⁵.

Além disso, Antonina junto com o município de Campina Grande do Sul integra parte da área do Parque Estadual Pico do Paraná, criado pelo Decreto nº 5.769 de 05 de junho de 2002, com o objetivo de preservar as espécies da flora, fauna, os solos e as águas, conforme descrito em seu art. 2º:

Art. 2º. São objetivos básicos do Parque Estadual Pico Paraná: I - conservar uma amostra do bioma Floresta Ombrófila Densa, incluídas as formações Florestas Ombrófila Densa Montana, Floresta Ombrófila Densa Alto Montana, a fauna, solo e águas interiores; e II - promover atividades que não

⁴⁵ BRASIL. **Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. Brasília, DF, 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

provoquem nenhuma alteração no ecossistema e dar sustentabilidade à preservação. (PARANÁ, 2002, *online*, não paginado)⁴⁶.

No ano de 2014 Antonina teve mais uma área reconhecida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), pela portaria nº190, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, nomeada de RPPN Encantadas, dada a sua beleza paisagística e ao fato de ser [...] abrigo para espécies da fauna ou flora nativas [e] devido a sua grande importância para o ecossistema⁴⁷.

Segundo o IAP (2014), o município possui mais de 6, 5 mil hectares de área de preservação na categoria de Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Com base nessas informações, observou-se que os aspectos naturais circundantes da paisagem do C.H.P. de Antonina, antes de terem sido inseridos como elementos dignos de proteção no processo de tombamento, já estavam teoricamente assegurados pelos instrumentos citados acima.

Notou-se também que a proteção ambiental dos elementos naturais da paisagem não se limita à área central, mas abrange outras áreas do município. Essa realidade esteve presente na fala dos sujeitos entrevistados demonstrando que além da concordância com relação à potencialidade turística, existe um vínculo relacional, tal qual discutido por Berque (1995), com os elementos naturais da paisagem, no caso específico dessa pesquisa, notadamente o mar e o verde das Matas, da Serra e dos Morros e a arquitetura local.

Ainda na Geografia, Sauer (1998 [1925], p. 206) já apontava a importância dos mares e da vegetação nas características da paisagem.

Igualmente Dardel (2011 [1952], p. 20), para quem o valor da experiência vivida pelos homens com os elementos da natureza está mais claramente destacado em sua obra, já afirmava que “o domínio das águas, inseparável do espaço verde está do lado da vida”.

⁴⁶ PARANÁ. **Decreto nº5.769 de 05 de junho de 2002**. Cria o Parque Estadual Pico Paraná, localizado nos municípios de Campina Grande do Sul e Antonina. Curitiba, 2002. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2002/dec_pr_5769_2002_uc_parqueestadualpicoparana_pr.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

⁴⁷ INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ (IAP). **Portaria nº190 de 02 de setembro de 2014**. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Portarias/portaria_190_14.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

Do ponto de vista institucionalizado do conceito de paisagem, essa interação entre os sujeitos entrevistados e os elementos naturais observada nas respostas obtidas também sugere que a aplicabilidade do conceito de paisagem cultural adotado pela UNESCO e posteriormente pelo IPHAN, por meio da Portaria que estabeleceu a Chancela da Paisagem Cultural, Brasil (2009, p. 17), poderia ser utilizada na área em estudo, pois trata-se como versa o documento citado de “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, a qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

A peculiaridade do C.H.P. de Antonina de acordo com a fala dos sujeitos entrevistados está em sua localização no ponto em que o mar mais adentra o continente, somado a isso está o fato de possuir na arquitetura local marcas representativas da colonização portuguesa, do período de escravidão e de ciclos econômicos do Estado do Paraná.

Apesar da Chancela da Paisagem Cultural, do ponto de vista dessa pesquisa, figurar como uma alternativa de proteção e gestão patrimonial, mesmo sem o recebimento desta, em Antonina, tanto as águas de sua Baía como o verde da Serra do Mar estão protegidos e recebem o *status* de patrimônio. (FIGURA 27).



FIGURA 27 - SERRA DO MAR NO ENTORNO DO C.H.P. DE ANTONINA
FONTE: A AUTORA (2016).

No entanto, a aplicação de instrumentos de proteção não significa que esses elementos naturais estejam realmente protegidos, especialmente a Baía, a qual segundo os relatos dos sujeitos entrevistados recebe em suas águas todo o esgoto do município por não haver um serviço de tratamento adequado.

Com relação ao conceito de patrimônio, inicialmente para os sujeitos entrevistados, ele estava atrelado ao sentido financeiro de posse de bens particulares, de herança. Em segundo lugar estava relacionado com as construções e os aspectos da história e da cultura de um povo, porém ao longo da entrevista surgiram outros elementos que demonstraram uma compreensão ampliada do sentido desse conceito, tal como discutido por Choay (2001) e por Cury (2000).

Assim, observou-se que a abrangência de significados do conceito patrimônio, que se divide em aspectos materiais e imateriais da cultura humana, foi surgindo paulatinamente na fala dos entrevistados, ora com e ora sem as intervenções da pesquisadora.

Nesse ponto cabe mencionar a importância da flexibilidade da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados que permitiu a inserção de novas perguntas, as quais revelaram um conhecimento não mencionado em um primeiro momento, por exemplo, quando questionados apenas sobre o significado do conceito de patrimônio.

Desse modo foi que surgiram na fala dos sujeitos entrevistados elementos do patrimônio imaterial, tais como a culinária, o barreado, a cultura caiçara, a dança do fandango, o folclore, as lendas, o modo de ser do antoninense, a Festa de Nossa Senhora do Pilar e a paisagem.

Ainda com relação ao patrimônio imaterial foi encontrada na obra de Carneiro Jr. et al. (2005, p. 67) a descrição da lenda dos escravos da Igreja de São Benedito, que, conforme já mencionado, foi tombada como patrimônio pelo Estado do Paraná e também tema de um curta-metragem.

A igreja de São Benedito, igreja dos escravos, recebe esse nome justamente pelo fato de este santo ser o protetor dos escravos. Assim, como em outras cidades, a igreja de São Benedito de Antonina também foi construída pelos escravos. Eles, além de levantarem com as próprias mãos as paredes da igreja, gastaram o dinheiro de suas cartas de alforria para custear este refúgio. Dizem que durante a construção, alguns escravos acabaram morrendo e foram sepultados nas paredes da própria igreja. Por isso, ainda hoje, podem ser vistos na igreja, cuidando do templo que construíram. (CARNEIRO JR. et al., 2005, p. 67).

Com relação ao fandango, dança citada por alguns entrevistados, segundo disponível no sítio eletrônico educacional do Estado do Paraná⁴⁸, essa manifestação cultural é de origem espanhola com influências portuguesas trazidas pelos primeiros habitantes europeus do litoral paranaense. Recebe a denominação de fandango caicara por fazer referência aos habitantes do litoral. Acontece principalmente nos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Morretes, Paranaguá (Ilha de Valadares), sendo caracterizado pela reunião de várias danças que podem ser realizadas de forma bailada (dançada) ou batida (sapateada).

Em novembro de 2012, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) reconheceu essa manifestação cultural como patrimônio cultural imaterial brasileiro⁴⁹.

Com relação à Festa de Nossa Senhora do Pilar, a frequência das respostas que concordaram ser ela elemento integrante da paisagem e, por consequência, constituir-se também em um patrimônio, sobrepujaram em número e em argumentos aqueles sujeitos entrevistados que discordaram. Desse modo, assume-se como válida a opinião expressa pelo coletivo, dada a orientação de Gomes (2007) sobre a fenomenologia enquanto método, enfatizar as experiências compartilhadas na coletividade e não na subjetividade.

A diversidade de patrimônios mencionados pelos sujeitos entrevistados esteve em conformidade com a definição de Barretto (2000, p. 11) para o conceito de patrimônio como “ [...] o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”.

Esses resultados permitem retomar a sugestão de o município analisar o uso da Chancela da Paisagem Cultural como instrumento alternativo de reconhecimento e gestão dos bens patrimoniais locais.

Isso porque foi identificado junto aos sujeitos entrevistados a fragilidade do tradicional instrumento de proteção ao patrimônio, denominado tombamento e

⁴⁸ PARANÁ. Dia a dia educação. **Fandango no Paraná**. Disponível em: <<http://www.educacaoofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

⁴⁹ IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional. **Fandango Caiçara é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro**. 21 de janeiro de 2013. Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/2013/01/21/fandango-caicara-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-brasileiro/>>. Acesso em: 01 de ago. 2015.

aplicado ao C.H.P. de Antonina, e apontadas as razões pelas quais os objetivos propostos muitas das vezes não são atingidos, conforme já discutido por Fonseca (2009), Figueiredo (2014) e Wells (2016).

De acordo com a fala dos sujeitos entrevistados, em Antonina, os principais conflitos vivenciados com relação ao tombamento é a perda de autonomia do proprietário do imóvel com relação a manutenção das fachadas somado com uma ausência de responsabilização do órgão responsável pela manutenção dos bens tombados e o “policiamento” com aplicações de multas quando não cumpridas as exigências pré-estabelecidas.

Os entrevistados também deixaram claro em suas respostas que a situação de exigência sem contrapartida e subsídios instala entre os moradores que vivenciam a realidade do tombamento extremos que vão desde a aversão até a exaltação do órgão responsável pela proteção do patrimônio tombado.

Nesse ponto é que os questionamentos sobre o que preservar e para quem se preserva mostram-se presentes na experiência diária dos sujeitos entrevistados, porém permanecem como uma discussão sem respostas conclusivas, como destacado por Fonseca (2009).

Nos relatos das experiências dos sujeitos entrevistados com o ato do tombamento, o ponto comum identificado foi o fato da preservação poder contribuir para o desenvolvimento do turismo, atividade que, segundo o ponto de vista deles, poderia alterar a situação, já antiga, de decadência econômica do município.

Quando questionados sobre a paisagem ser considerada um patrimônio os sujeitos entrevistados assentiram e apontaram como pontos positivos da conservação sob essa perspectiva patrimonial a capacidade de atrair visitantes e consequentemente tornar o turismo uma opção rentável para o município por meio da geração de emprego, o que também poderia garantir a fixação da população jovem no município. Além disso, citaram a possibilidade de um embelezamento da cidade e a valorização da história e do passado dos antoninenses.

Por outro lado, os pontos negativos em comum, citados nas respostas, foram problemas advindos da fragilidade política municipal, no desinteresse de alguns empresários da área em unir-se e qualificar-se para a consolidação da atividade turística local, somado a isso, foi mencionada a falta de conscientização popular sobre essa temática e a crise financeira que inviabiliza, em parte, algumas ações.

Em síntese, a totalidade das respostas obtidas revelaram ser do conhecimento dos sujeitos entrevistados a potencialidade que o município possui para o desenvolvimento do turismo por meio dos elementos naturais, materiais e imateriais presentes na paisagem do C.H.P. de Antonina, porém sinalizaram também como fragilidade municipal a inexistência de um plano norteador e outras iniciativas para que essa potencialidade seja aproveitada.

Do ponto de vista dessa pesquisa, quando se tem por objetivo apresentar os elementos da paisagem de uma cidade histórica como um produto turístico, a inexistência de um planejamento é uma fragilidade que precisa ser superada.

Segundo Barretto (2005, p. 101), o planejamento “[...] significa orientar ações futuras” com o objetivo de atender concomitantemente aos anseios da comunidade receptora como daqueles que a visitam.

No processo de planejamento do turismo Barretto (2000) e Camargo (2002) apontam também o conhecimento da própria história local como o principal benefício para os moradores engajados na tarefa de apresentar o seu patrimônio aos visitantes.

O contato com a história local, no C.H.P. de Antonina poderia ser promovido também por meio da formatação de atividades turísticas que priorizassem a interpretação do patrimônio seguindo-se as orientações de Tilden (1977), Beck e Cable (1998), Murta e Goodey (1995) e da Carta ICOMOS (2008), o que possivelmente intensificaria e agregaria valor a experiência de visita.

Além disso, no escopo de um planejamento são também contempladas estratégias de captação de recursos para investimento em infraestrutura receptiva e incentivos de qualificação profissional, os quais, no caso do município em estudo, poderiam ser pleiteados por meio de parcerias entre o setor público e a iniciativa privada. Entretanto, durante as entrevistas realizadas, as falas dos sujeitos entrevistados e principalmente aquela do responsável pelo setor do turismo no município não indicou a existência de nenhuma ação direcionada nesse sentido, a única informação recebida foi a existência de um inventário turístico não finalizado.

Com relação aos resultados obtidos nessa fase da pesquisa, avalia-se que a opção pelo método fenomenológico por meio do uso de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados aplicada aos moradores possibilitou um esclarecimento sobre os temas centrais aqui abordados, a paisagem, o patrimônio e o turismo no C.H.P. de Antonina e, guardada as devidas proporções do termo, permitiu adentrar ao que Zilles (2012, p. 47) denominou de “mundo da vida, no sentido do

mundo experimentado pelo homem”, cujos significados, segundo o autor, compõem “uma realidade rica, polivalente e complexa, que o próprio homem constrói, mas ao mesmo tempo [...] é [constituída] pela História, linguagem, cultura e valores”.

5.3.2 Discussão dos resultados obtidos junto aos moradores em fase escolar

Apesar da construção de um questionário com perguntas abertas para ser utilizado como instrumento de coleta de dados junto a esse grupo de sujeitos, após análise do material obtido observou-se frequentes repetições e uma superficialidade nas respostas concedidas pelos alunos.

Na concepção da pesquisadora essa situação demonstrou um condicionamento ao ambiente escolar tradicional que padroniza um comportamento de “respostas corretas” em detrimento ao incentivo e à valorização de uma formação pautada no fator criticidade.

Os resultados obtidos com a aplicação do questionário experimental e complementado por meio do segundo instrumento de coleta de dados, acrescido de conversas informais com alguns professores das escolas visitadas, e das entrevistas realizadas com professores aposentados contribuíram para o entendimento de que o ensino nessas instituições não enfoca os aspectos locais, principalmente os históricos, o que, do ponto de vista da pesquisadora, poderá refletir em longo prazo de forma negativa na questão da conservação patrimonial, dado a faixa etária dos sujeitos respondentes.

Para futuras investigações, com base na experiência obtida nessa pesquisa não se aconselha o uso desse grupo de sujeitos para coleta de dados.

5.3.3 Discussão dos resultados obtidos junto aos visitantes

As respostas obtidas sobre a motivação dos sujeitos entrevistados em visitar Antonina revelaram uma busca por tranquilidade e por elementos culturais, conforme inferido quando eles mencionaram o interesse na contemplação da paisagem e no conhecimento da arquitetura C.H.P. de Antonina.

A motivação para viajar, segundo Lohmann e Panosso Netto (2008) está diretamente relacionada com a busca por novas experiências que sejam capazes de trazer algo de significativo para a vida dos indivíduos.

De acordo com Barretto (2003) as motivações de viagem são influenciadas por fatores afetivos e racionais.

Assim, nessa pesquisa, nas primeiras respostas obtidas junto aos visitantes observou-se como fatores afetivos a questão da visita a familiares e como fatores racionais a decisão movida por interesses diversos e o planejamento para concretizá-los.

Para Andrade (2006, p. 89-90) as principais motivações de viagem são “[...] o desejo de evasão, necessidade de evasão, espírito de aventura, aquisição de *status*, necessidade de tranquilidade, desejo ou necessidade cultural, desejo ou necessidade de compra”. Isso porque segundo o autor,

A intensa atividade humana e os desgastes dela decorrentes levaram a própria sociedade a procurar recursos capazes de fornecer aos indivíduos os necessários meios para o atingimento de suas aspirações, entre as quais a prática do lazer e do turismo. (ANDRADE, 2006, p. 89).

Além disso, as respostas obtidas por meio do questionário aplicado indicaram também que a modalidade de turismo praticada pelos sujeitos respondentes era aquela denominada de cultural, como definido por Barretto (2003, p. 22) sobre “[...] o turismo cultural [ser] aquele que tem como objetivo conhecer os bens materiais e imateriais produzidos pelo homem”.

Os adjetivos utilizados para descrever a paisagem do C.H.P. de Antonina confirmaram mais uma vez a busca por tranquilidade como motivação de viagem como mencionado por Andrade (2006), colocando em evidência a atratividade e a potencialidade que essa paisagem possui para o turismo.

Desse modo, foi possível observar que o valor atribuído à paisagem, de acordo com o descrito por Meneses (1992) era aquele de caráter formal pela apreciação dos elementos disponíveis visualmente e aquele denominado pelo autor de pragmático por estar atrelado a um uso, uma função, no caso do encontrado nessa pesquisa, um uso turístico.

Nesse sentido, Chemin (2011, p. 279) em seu estudo sobre os espaços de paisagem em cidades do litoral paranaense considerou os elementos da paisagem do C.H.P. de Antonina, principalmente aqueles relacionados com a arquitetura, as áreas verdes e a Baía, como importantes “*lócus* turístico”.

Igualmente Andrukiu e Gândara (2015) enfatizaram a paisagem no escopo de seu estudo sobre a classificações dos atrativos turísticos de Antonina de acordo com as emoções dos sujeitos que os visitaram, e encontraram como resultado que

[...] o município possui principalmente atrativos indicados para pessoas que visam à contemplação, devido aos recursos paisagísticos e alguns locais que oferecem tranquilidade e relaxamento, ou ainda para aqueles que buscam entretenimento fotografando paisagens. (ANDRUKIU; GÂNDARA, 2015, p. 1).

Considerando que é no C.H.P. de Antonina que estão localizados os principais atrativos turísticos do município, esses estudos contribuem para demonstrar que a paisagem dessa área é um recurso para o desenvolvimento do turismo.

Todavia, as respostas de dois sujeitos que utilizaram adjetivos negativos para descrever essa paisagem permitiram identificar, além de potencialidades, também fragilidades, o que na concepção da pesquisadora está relacionado ao fato de que ambos permaneceram na cidade por 2 dias, o que possivelmente proporcionou condições para uma avaliação mais crítica sobre a experiência turística que vivenciaram em Antonina.

Com relação a totalidade dos elementos presentes na paisagem do C.H.P. de Antonina constituir-se em um patrimônio, todos os sujeitos assentiram que sim. Dentre esses elementos foram citados o barreado, os marcos históricos representados em algumas edificações e a Festa de Nossa Senhora do Pilar.

Aqui cabe mencionar que Gimenes (2009) em seu estudo sobre a culinária do litoral paranaense e a sua relação com o turismo encontrou que o nome dado a esse prato está relacionado com a técnica de “barrear” a panela, vedando-a com uma mistura de farinha de mandioca, cinza de fogão e água e, em alguns casos, também com uma folha de bananeira e abrindo-a após aproximadamente doze horas de cozimento. Para a autora um aspecto importante na tradição desse preparo é a sua continuidade nas residências e nas festas comunitárias, permanecendo como peça integrante do cotidiano e da cultura local, mesmo tendo se expandido para os restaurantes das cidades.

Para Fagliari (2005), no turismo a busca por experiências gastronômicas e a satisfação que elas podem trazer ajuda a criar impressões favoráveis ou desfavoráveis da viagem em sua totalidade, já que a alimentação é ao mesmo tempo forma de lazer e prazer e um dos elementos essenciais da experiência turística, mais marcante que a materialidade de um simples *souvenir*.

Com relação aos marcos históricos presentes na paisagem, observou-se nas respostas obtidas que especialmente para aqueles sujeitos cuja cidade de origem era Curitiba, a importância da paisagem do C.H.P. de Antonina residia no fato dela conter

as marcas da fase áurea da economia do município que ilustra a sua contribuição até mesmo para desenvolvimento do Estado do Paraná, considerando que o município foi uma de suas primeiras províncias, conforme apontado por Berg (2003).

Esses apontamentos demonstraram uma certa nostalgia pelo passado, tal como discutido por Jeudy (1990) e Choay (2001), e colocaram também em evidência a atratividade das cidades históricas tombadas como patrimônio, apresentada por Fonseca (2009).

Cabe aqui registrar que em nenhum momento do contato da pesquisadora com o visitante houve questionamento por parte deles com relação à autenticidade dos elementos observados durante a visita, mesmo com as intervenções e as modificações pelas quais a arquitetura dos bens imóveis que compõem o C.H.P. de Antonina sofreram ao longo dos séculos.

Isso sugere que os sujeitos participantes dessa pesquisa podem ser classificados como pós-turistas, conforme descrito por Urry (2001), Barretto (2003) e Santana (2009), como aqueles que buscam por experiências e ambientes que diferem daqueles vivenciados em seu cotidiano e por essa razão não estão preocupados com a suposta originalidade do que é comercializado como atrativo turístico.

Com relação à experiência vivenciada com a participação na Festa de Nossa Senhora do Pilar, o único sujeito respondente que a tinha como principal motivação de visita expressou descontentamento, mencionando que nos anos anteriores houve maior movimentação de pessoas no evento, o que confirmou aquilo que já havia sido mencionado pelos moradores durante as entrevistas com eles realizadas.

Contudo, no final de semana que antecedeu o dia comemorativo da padroeira local, nos dias 13 e 14 de agosto de 2016, no entorno da Igreja de Nossa Senhora do Pilar (FIGURA 28), diferente do ocorrido no início da semana da Festa, no dia 06 de agosto de 2016, durante a realização do trabalho de campo dessa pesquisa, observou-se uma movimentação maior de pessoas caminhando pelas ruas e praças centrais, algumas delas com o interesse de participar das atividades culturais que estavam sendo promovidas pela Igreja, tais como apresentações musicais e bingo, mescladas com as atividades religiosas de missas e procissões.



FIGURA 28 – AMBIENTES DE ATIVIDADES CULTURAIS NA FESTA DE N. S. DO PILAR

FONTE: A AUTORA (2016).

LEGENDA: A) Acesso a entrada da Igreja Nossa Senhora do Pilar. B) Barracas-palco na Praça Coronel Macedo.

Além disso, observou-se também uma movimentação de pessoas em deslocamento e circulação pelos demais ambientes montados especialmente para Festa, tais como o parque de diversões e as barracas que comercializavam produtos variados, dentre eles brinquedos, alimentos, confecções, eletrônicos, etc. (FIGURA 29) demonstrando o caráter comercial dessa festividade confirmando o encontrado na literatura sobre esse tema e também o mencionado pelos moradores nas entrevistas.



FIGURA 29 – AMBIENTES DE DIVERSÃO E COMÉRCIO NA FESTA DE N. S. DO PILAR

FONTE: A AUTORA (2016).

LEGENDA: A) Rua onde foi instalado um parque de diversão. B) Barracas de comercialização de produtos diversos.

Silva (2014) em seu estudo sobre essa Festa apontou a potencialidade que ela possui para ser trabalhada como um atrativo turístico de Antonina. A mesma perspectiva foi apreendida por meio das entrevistas realizadas pela pesquisadora com os moradores e durante a participação no evento.

Em síntese, as respostas que mesclaram a admiração e a consideração pelos elementos naturais, materiais e imateriais contidos na paisagem do C.H.P. de Antonina sinalizaram um entendimento por parte dos sujeitos respondentes sobre o conceito contemporâneo de patrimônio que engloba os elementos materiais e imateriais da cultura de uma comunidade, acrescido conforme colocado por Choay (2001, p. 11)⁵⁰, “[...] de todos os *savoir faire* dos seres humanos”. Além disso, os resultados obtidos contribuíram para apoiar a sugestão mencionada nessa pesquisa de que a área em estudo poderia ser enquadrada em uma das categorias estabelecidas pela UNESCO e adotada pelo IPHAN, pelo fato de atender aos critérios necessários para ser classificada como paisagem cultural.

Com relação a qualificação da experiência turística, para a pesquisadora o curto período de permanência desses sujeitos em Antonina possivelmente seja o responsável pela satisfação generalizada com visita e a ausência de criticidade com relação às questões de infraestrutura e de qualificação profissional no setor turístico local.

Com relação ao procedimento metodológico adotado nessa pesquisa, o fato de estar com o visitante no momento da coleta de dados, como recomendado por Panosso Netto (2005) sobre os procedimentos da pesquisa qualitativa de base fenomenológica, foi fundamental para a obtenção dos resultados aqui discutidos porque por meio da interação pesquisadora e sujeito respondente foi possível adentrar, guardadas as devidas limitações, na realidade da experiência turística que por eles estava sendo vivenciada.

Dessa forma, os resultados obtidos com esse grupo de sujeitos contribuíram para consolidar a Tese defendida nessa pesquisa de que os elementos componentes e integrantes da paisagem do C.H.P. de Antonina de caráter material, representados pelas construções antigas e pelas ruínas, aqueles de caráter natural, representados pelo Mar e pela Serra, e os imateriais representados pelas manifestações culturais, sobretudo a Festa de Nossa Senhora do Pilar fazem dela um patrimônio e um recurso ao desenvolvimento do turismo local.

⁵⁰ “[...] de todos os saber-fazer dos seres humanos” (CHOAY, 2001, p. 11, tradução nossa).

5. 4 SÍNTESE INTEGRADORA DA PESQUISA

A opção pela pesquisa qualitativa fenomenológica como orientação metodológica para esse estudo com base, dentre os outros autores citados, principalmente em Moreira (2002) e Gil (2010) mostrou-se adequada e proporcionou um enriquecimento na discussão dos temas paisagem, patrimônio e turismo aqui abordados sob a perspectiva do referencial bibliográfico acrescido da experiência vivenciada pelos sujeitos com eles e neles envolvidos, no dia-a-dia, no caso dos moradores ou esporadicamente, no caso dos visitantes na condição de turistas e ou excursionistas.

A evolução do conceito geográfico de paisagem apreendida por meio da leitura dos escritos de Sauer (1996, 1998 [1925]), Dardel (2011 [1952]), Relph (1976, 1989), Corrêa (1989, 1995), Holzer (1997, 1999, 2004), Claval (1999, 2004, 2011, 2014), Seemann (2004) e Besse (2006) que trataram desde a concepção que priorizava os aspectos físicos até a consideração dos aspectos de caráter cultural e humano também foi percebida nessa pesquisa, notadamente quando verificado que no escopo do processo de tombamento do C.H.P. de Antonina a paisagem tinha sido contemplada.

Além disso, foi observado que o conceito de paisagem tal como apresentado na Geografia foi apropriado pela UNESCO quando considerou a paisagem como um patrimônio e estabeleceu categorias e critérios para nomear uma localidade de paisagem cultural como apresentado por Mitchell; Rössler e Tricaud (2009). Da mesma forma, quando no Brasil o IPHAN instituiu a Chancela da Paisagem Cultural, como instrumento de reconhecimento e gestão do patrimônio.

Com relação à Chancela da Paisagem Cultural, do ponto de vista dessa pesquisa, ela poderia ser utilizada como uma alternativa para a proteção e a gestão dos patrimônios de Antonina se solicitada pela população, devido ao fato do C.H.P. local atender aos requisitos necessários para isso como já demonstrado nesse texto, e principalmente devido a fragilidade do tradicional ato de tombamento que foi apreendida por meio da fala dos sujeitos participantes das entrevistas.

Ao longo dessa pesquisa notou-se também que a institucionalização do conceito geográfico de paisagem relaciona-se com a evolução do próprio conceito de patrimônio que historicamente esteve vinculado aos monumentos e posteriormente

estendeu-se para outros elementos tais como aqueles de caráter natural e imaterial, ambos elementos constitutivos das paisagens.

As novas significações e abordagens dos conceitos, paisagem e patrimônio, mostraram-se presentes nos resultados obtidos junto aos sujeitos selecionados para compartilharem suas experiências vividas no C.H.P. de Antonina, permitindo uma integração entre a teoria e a prática vivenciada na área em estudo.

Com relação ao turismo, quando abordado como uma alternativa de atividade econômica principalmente por meio do uso consciente dos elementos que constituem a paisagem do C.H.P. de Antonina, observou-se que a questão do planejamento, discutida por Barretto (2005), por ser inexistente na área em estudo, como constatado durante o trabalho de campo, foi também o tema central da fala dos sujeitos entrevistados que, direta ou indiretamente, estavam envolvidos com essa atividade.

Ainda com relação ao turismo, mesmo que haja o devido planejamento, essa pesquisa esclareceu, com base em MacDonald (2004), Rodrigues (2001) e Santana (2009), que essa atividade não representa a solução para todos os problemas relacionados ao desenvolvimento das localidades economicamente desfavorecidas, mas sim e somente um recurso.

Assim, com base nesse referencial bibliográfico e do conhecimento obtido por meio das entrevistas e dos questionários sobre a experiências dos sujeitos com a paisagem do C.H.P. de Antonina foi que se apresentou alguns de seus principais elementos constitutivos para validar a consideração dela como um patrimônio e um recurso ao desenvolvimento do turismo local.

CONCLUSÃO

O conceito geográfico de paisagem adotado nessa pesquisa esteve pautado naqueles autores que consideram o ser humano como parte integrante e dela constituinte, especialmente porque com ela se relaciona. Para sustentar essa discussão priorizou-se, dentre os autores apresentados na revisão bibliográfica, a visão de Berque (1995) sobre o aspecto relacional entre as sociedades e as suas respectivas paisagens.

Somou-se a isso o exposto principalmente por Moreira (2002), Gomes (2007) e Zilles (2012) sobre o mundo da experiência defendido na fenomenologia de Husserl, para alcançar os objetivos propostos e validar a Tese aqui defendida.

Com relação aos objetivos, considera-se que eles foram atingidos como foi demonstrado ao longo desse texto, especificamente no Capítulo II, quando discutiu-se o conceito de paisagem com base fenomenológica no âmbito da Geografia; no Capítulo III, quando discutiu-se a evolução do conceito de patrimônio, de monumento até a sua significação ampliada para a totalidade dos elementos que constituem uma paisagem, apresentando o conceito institucional de paisagem cultural como alternativa ao tradicional instrumento de preservação do patrimônio – o tombamento e a paisagem como recurso para o desenvolvimento do turismo; no Capítulo IV, quando apresentou-se as possibilidades do uso da paisagem do C.H.P. de Antonina como recurso para o turismo, e no Capítulo V, quando buscou-se elementos da experiência vivida, dos sujeitos selecionados para participarem dessa pesquisa, que contribuíssem com a discussão sobre a conservação do patrimônio local, especialmente investigando a experiência dos moradores com relação ao ato de tombamento do C.H.P. de Antonina como patrimônio nacional, e sobre o uso da paisagem como recurso para o turismo, esse último tópico também analisado sob a perspectiva dos visitantes.

A partir dessas bases teóricas, acrescida dos resultados obtidos em campo, foi demonstrado que a paisagem do C.H.P. de Antonina é constituída por um conjunto de elementos, dentre os quais os seus moradores, a arquitetura colonial, a Baía, a Serra do Mar e a imaterialidade da Festa de Nossa Senhora do Pilar.

Considerando o exposto por Zilles (2012) sobre os aspectos cotidianos da vida ser objeto de estudo da “ciência do mundo da experiência”, observou-se que a experiência dos sujeitos selecionados para participar dessa pesquisa com e na

paisagem do C.H.P. de Antonina contribuiu para responder ao problema proposto e discutir os postulados colocados inicialmente.

A partir da análise dos dados coletados foi possível compreender que o tombamento do C.H.P. de Antonina, como instrumento de proteção patrimonial, tem sido insuficiente para garantir a conservação do patrimônio local e igualmente infrutífero no quesito de trazer algum benefício tangível para a população antoninense.

Com base na literatura e no observado durante o trabalho de campo foi possível fundamentar a sugestão de que a Chancela da Paisagem Cultural poderia ser utilizada como um instrumento de gestão dos patrimônios do C.H.P. de Antonina.

Apreendeu-se também que para os sujeitos participantes dessa pesquisa a paisagem é considerada como um patrimônio e que a expectativa deles com relação a isso reside na atratividade turística que ela representa e no aproveitamento dos possíveis benefícios econômicos que o turismo enquanto atividade econômica planejada poderia trazer ao município.

Além disso, ao conhecer as experiências vivenciadas na paisagem do C.H.P. de Antonina por moradores e visitantes foi possível compreender que a relação deles com a paisagem difere entre si, pois para o primeiro grupo de sujeitos ela está pautada na afetividade e na historicidade, enquanto que para o segundo grupo, no uso motivado pela busca de atividades de lazer, na contemplação e na curiosidade.

Com isso, considera-se que os postulados foram confirmados e os objetivos propostos alcançados, o que permitiu validar a Tese aqui defendida de que a paisagem do C.H.P. de Antonina constitui-se um é um recurso ao desenvolvimento do turismo local.

As limitações encontradas na realização dessa pesquisa foram de caráter informacional, sobretudo com relação a ausência de estudos atualizados que caracterizassem a atividade turística no município e com relação a infraestrutura do Arquivo Público Histórico Municipal que está em processo de catalogação dos materiais e por isso ainda não foi completamente organizado para receber pesquisadores.

Nesse sentido, como recomendação, sugere-se a criação de um Observatório do Turismo em Antonina para monitorar a demanda, investigando o perfil e o nível de satisfação com a experiência turística com o objetivo de direcionar ações de melhorias para o setor.

Além disso, recomenda-se a realização de estudos comparativo entre o desenvolvimento do turismo nos municípios de Antonina e Morretes (PR) e entre Antonina e Parati (RJ) com o objetivo de investigar e aprofundar-se no que foi apreendido por meio da fala dos sujeitos entrevistados nessa pesquisa sobre Morretes e Parati serem “modelos” de cidades turísticas nas quais Antonina deveria espelhar-se.

Como proposta, para um melhor aproveitamento turístico dos elementos da paisagem do C.H.P. de Antonina, sugere-se a elaboração de dois Circuitos Interpretativos com o objetivo de atribuir função aos bens tombados, principalmente aqueles em mau estado de conservação e ao mesmo tempo divulgar o histórico de cada um deles, buscando assim contribuir para a valorização da história do município.

O primeiro seria o Circuito Interpretativo Religioso no qual um percurso guiado, preferencialmente por um morador, poderia contemplar as três igrejas localizadas no C.H.P. de Antonina, Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Igreja do Bom Jesus de Saivá e Igreja de São Benedito. Nesse trajeto os conteúdos explorados seriam o histórico de formação do município, as peculiaridades do período de escravidão na localidade e os aspectos da arquitetura religiosa.

O segundo Circuito Interpretativo poderia ser denominado de Histórico-Cultural no qual os pontos de visita contemplariam a Fonte da Carioca, o Colégio Estadual Basílio Machado, o Teatro Municipal, a Prefeitura Municipal, a Farmácia Internacional, as Ruínas do Armazém Antônio Ribeiro de Macedo e a Estação Ferroviária. Nesse trajeto os conteúdos explorados seriam inicialmente os aspectos da colonização portuguesa em Antonina, os elementos históricos e arquitetônicos das construções, os aspectos da arte das boticas e os períodos de apogeu econômico e cultural local.

O uso de folder ilustrativo poderia complementar essas visitas guiadas funcionando como mais uma opção de recurso interpretativo.

Para a composição dos conteúdos a serem explorados nesses circuitos sugere-se um incentivo ao envolvimento dos moradores em fase escolar para que, dessa forma, possam ser estimulados a buscar conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de Antonina pois, como esclarecido por Souza (2016)⁵¹ sobre a

⁵¹ SOUZA, S. R. de. Valorização do patrimônio: o caso da Lapa. In: **Seminário Paraná-Minas Gerais de Turismo e Patrimônio Cultural**. Curitiba, 08 jul. 2016. [Informação verbal].

valorização do patrimônio, quando não se conhece, não se apropria e, conseqüentemente, não se valoriza.

De modo geral, como contribuições, espera-se que essa pesquisa possa ser útil para:

- a) Incentivar novas pesquisas sobre o conceito geográfico de paisagem a partir de uma perspectiva fenomenológica;
- b) Constituir material referencial para pesquisa sobre as possibilidades do uso da paisagem como recurso ao turismo em cidades tombadas como patrimônio;
- c) Subsidiar a elaboração de um planejamento turístico e interpretativo para o C.H.P. de Antonina.

Por fim, considerando o ponto de vista das vertentes da Geografia Humana e Cultural, que adotam um viés fenomenológico como orientação metodológica, conclui-se essa pesquisa com a convicção de que não é apenas a paisagem do C.H.P. de Antonina que representa um recurso ao desenvolvimento do turismo, mais do que isso, há o fator humano, os seus moradores, portadores de experiências e ideias que podem modificar o destino do município, cujo futuro ainda é permeado por incertezas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ACERVO. Biblioteca Pública do Paraná. **Porto de Antonina**. Curitiba, 1977.
- ACERVO. Prefeitura Municipal de Antonina. **Teatro Municipal**. Antonina, s.d.
- ACERVO. Prefeitura Municipal de Antonina. **Antiga Estação Ferroviária de Antonina**. Antonina, 1935.
- ACERVO. Sala Paranista da Biblioteca Pública do Paraná. **Vista da matriz na procissão**. Curitiba, 1901.
- ACERVO. 10º Superintendência regional do IPHAN. **Conjunto das Indústrias Matarazzo**. Curitiba, s.d.
- ACERVO. 10º Superintendência regional do IPHAN. **Vista panorâmica da Igreja de Nossa Senhora do Pilar**. Curitiba, 1940.
- ADEMADAN. Associação de defesa do meio ambiente e do desenvolvimento de Antonina. Vista do mar na Baía de Antonina. In: **Clima: boas práticas de adaptação**. Antonina, 2016.
- ALMEIDA, M. G. Paisagens culturais e patrimônio cultural: contribuições introdutórias para discussão. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura**. HEIDRICH, A. L. et al. (orgs.) Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013, p. 186-194.
- ANDRADE, M. de. **O visitante aprendiz**. Duas cidades: São Paulo, 1976.
- ANDRADE, J. V. de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. 8. ed., São Paulo: Brasiliense, 2006.
- ANDRUKIU, A. M. G.; GÂNDARA, J. M. G. As emoções no destino: classificando os atrativos turísticos de Antonina, Paraná (Brasil). **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. XII, n. 1, p. 344 – 369, jun. 2015.
- ANDRUKIU, A. M. G.; GOMES, B. M. A., ANDRUKIU, F. Tombamento e Talentos: Uma Parábola Contratualista sobre o Patrimônio Cultural. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul – Rio Grande do Sul, v.7, n. 2, 176 – 190, abr-jun, 2015.
- ANTONINA. **Lei nº 22 de 2008**. Antonina, 2008. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo municipal de Antonina e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-de-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-antonina-pr>>. Acesso em: 08 set. 2016.
- BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. e atual. Campinas: Papirus, 2003.

BARRETTO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.

BECK, L.; CABLE, T. **Interpretation for the 21 century**: fifteen guiding principles for interpreting nature and culture. Champaign Sagamore, 1998.

BERG, C. L. **Antonina, a vovó do Paraná**. Curitiba, 2003.

BERG, C. L. **Antonina, 360 anos de história** (1646-2006). Curitiba: C. L. Berg, 2006.

BERG, C. L. **Antonina. Lembranças imortais**. Curitiba: C. L. Berg, 2011.

BERG, C. L. **Antonina**: patrimônio nacional. Curitiba, PR: C. L. Berg, 2012.

BERQUE, A. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. In: **Espace géographique**, tome 13, n. 1, 1984. p. 33-34.

BERQUE, A. (Org.). **Cinq propositions pour une théorie du paysage**. Seyssel: Champ Vallon, 1994.

BERQUE, A. **Les raisons du paysage**: de la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris: Éditions Hazan, 1995.

BESSE, J. M. **Ver a terra, seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

BOLÓS y CAPDEVILA, M. **Manual de ciencia del paisaje**: teoría, métodos e aplicaciones. Barcelona: Masson S.A., 1992.

BUTTIMER, Anne. **Values in Geography**. Washington: Association of American Geographers, 1974.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 06 dez. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. **Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985**. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 01 fev. 1985. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90883-31-janeiro-1985-441417-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 20 set. 2013.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural**. Diário Oficial da União, nº 83, terça-feira, 5 maio de 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL. **Turismo cultural**: orientações básicas. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Portaria nº 28 de 14 de março de 2013**. Homologa o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico do Município de Antonina, Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.radaroficial.com.br/d/28101525>>. Acesso em: 08 set. 2016.

BRASIL. **Relatório de categorização**. Ministério do Turismo, 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/pdf/categorizacao/SUL/PR.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2016.

BRASIL. **PAC Cidades Históricas**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas>>. Acesso em: 24 de jul. 2016

BRASIL. CADASTUR. **Pesquisa de prestadores**. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.action>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARNEIRO JR. R. A. (org.) **Lendas e Contos Populares do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

CARTA DE BAGÉ. **Carta da paisagem cultural**. Bagé, 2007.

CAUQUELIN, A. **A Invenção da Paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHEMIN, M. **Constituição fisionômica e identidade visual em espaços de paisagens: um estudo de caso múltiplo em cidades turísticas do litoral do Paraná**. 2011. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia). Setor de Ciências Exatas e da Terra. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CHIOZZINI, D. Turismo cultural e educação patrimonial mais próximo. **Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN**. 2011. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=147>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 59-122.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, R. L. (orgs.) **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 35-86.

CLAVAL, P. C. C. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004, p. 245-275.

CLAVAL, P. C. C. Geografia Cultural: um balanço. **Revista Geografia (Londrina)**, v. 20, n. 3, p. 005-024, 2011.

CLAVAL, P. C. C. **A Geografia Cultural**. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CORRÊA, R. L. Carl Sauer e a geografia cultural. **Revista Brasileira de Geografia (IBGE)**, Rio de Janeiro, v. 51, n.1, p 113-122, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. A dimensão cultural do espaço: alguns temas. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n.1, p. 1-22, 1995.

CORREA, R. M. **Turismo cultural no Brasil**: uma abordagem histórica à luz e Michel Parent (1966-1967). Trabalho apresentado no 28º Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios, 27 a 31 de julho, Florianópolis, Santa Catarina, 2015.

COSTA, L. C. N. **Turismo e paisagem cultural**: para pensar o transfronteiriço. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Programa de Pós-Graduação de Mestrado em Turismo. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2011.

COSTA, F. R. da; ROCHA, M. M. Geografia: conceitos e paradigmas apontamentos preliminares. **Revista GEOMAE**, Campo Mourão, Paraná, v.1, n.2, p.25 – 56, 2010.

CURY, I. **Cartas patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DARDEL, E. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. (Tradução Werther. Holzer) São Paulo: Perspectiva, 2011.

DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca LTDA, 1973.

DE LA TORRE, O. **El turismo, fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FAGLIARI, G. S. **Turismo e alimentação**: análises introdutórias. São Paulo: Roca, 2005.

FERREIRA, J. C. V. et al. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. (Cadernos Paraná da Gente, nº 5).

FIGUEIREDO, V. G. B. **Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. 2014. 542 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GIAMBARRESI, M. V. **Consequências socioeconômicas da falência das Indústrias Matarazzo em Antonina**. 2016. 21 f. Artigo de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Paraná. Paranaguá, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIMENES, M. H. S. G. O uso turístico das comidas tradicionais: algumas reflexões a partir do Barreado, prato típico do litoral paranaense (Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 8-24, abril de 2009.

GOMES, S. V. **Organização espacial numa vila colonial luso brasileira: Antonina – 1808**. 2004. 67 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, IPHAN, 1996.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, n. 3, p.77-85, jul./dez. 1997.

HOLZER, W. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

HOLZER, W. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 149- 168.

HOLZER, W. Augustin Berque: um trajeto pela paisagem. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n.17-18, p.55-63, jan/dez, 2004.

HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Portugal, Lisboa : Edições 70 Ltda, 1986.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Portaria nº 190 de 02 de setembro de 2014**. Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Portarias/portaria_190_14.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base Cartográfica IBGE**. 2010. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=410120>>. Acesso em : 09 de out. 2016.

IBERÊ, M. **Antonina do século XXI**. Editora Progressiva LTDA: Antonina, 2006.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Carta para interpretação e apresentação de sítios de patrimônio cultural**. Quebec, 2008. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/quebec2008/charters/interpretation/>>. pdf/GA16_Charter_Interpretation_20081004_ES.pdf>. Acesso em: 17 maio 2014.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Carta Internacional sobre Turismo Cultural**. México, 1999. La gestión del turismo em los sitios com patrimonio significativo. Disponível em: <www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2016.

ICOMOS. International Council on Monuments and Sites. **Déclaration de Florence. Paysage et patrimoine en tant que valeurs humaines** (2014). Florença, 2014. Disponível em: <http://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Secretariat/2015/GA_2014_results/GA2014_Symposium_FlorenceDeclaration_FR_final_20150318.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico. Município Antonina**. Curitiba, 2016. Disponível: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83370&btOk=ok>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Turismo Cultural** - 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>> Acesso em: 16 jun. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Instrumentos de Salvaguarda**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/418>>. Acesso em: 08 set. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF, 2008.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **O Iphan**. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Fandango Caiçara é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro.** Disponível em: <<https://iphanparana.wordpress.com/2013/01/21/fandango-caicara-e-reconhecido-como-patrimonio-cultural-brasileiro/>>. Acesso em: 01 ago. 2015.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Pac Cidades Históricas.** Disponível em: <portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PAC_2_Cidades_Historicas.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação Paris. Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 16 de novembro de 1972.** Paris, 1972. Disponível em: <<portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/.../Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação Paris, 17 de outubro de 2003.** Paris, 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação n. R (95) 9, 11 de setembro de 1995.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226/>> Acesso em: 15 jun. 2016.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Síntese preliminar das discussões subsídios para a III CNC. Sistema Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.** IPHAN, Brasília, 2010.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Projeto de revitalização do Centro Histórico de Antonina.** Curitiba, 1996.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Subsídios técnicos para o processo de tombamento do Centro Histórico de Antonina (PR).** Curitiba, 2009.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer 010/10.** Curitiba, 2010.

JEUDY, P. **Memórias do social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história.** Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KNAFOU, R. Turismo e território: para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.

KOZÁK, V. Paisagem da Baía de Antonina com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar. **Coleção Vladimir Kozák**. Acervo do Museu Paranaense, s.d.

KRIEGER, R. Navios - Porto de Antonina. **Coleção Banestado**. Acervo do Museu Paranaense, 1985.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LAZAROTTI O. Patrimoine. In: LÉVY, J. LUSSAULT, M. (dir.). **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**, Paris, Belin, p. 692-693, 2003.

LEAL, C. F. B. (org.). **As missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

LEANDRO, A. **Imagens fotográficas e memórias**: uma incursão pelo passado de Antonina – PR. 2002. 157 f. Dissertação. (Mestrado em Multimeios). Instituto de Artes. Programa de Pós-graduação em Multimeios. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2002.

LEÃO. E. A. **Antonina factos e homens da idade archeolithica à elevação da cidade**. Oficinas de Francisco J. Gonçalves. Antonina, 1926.

LEMO, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LOHMANN, G., PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo. Conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 9-28.

LLULL, J. Evolución del concepto de la significación social del patrimonio cultural. **Arte Individuo y Sociedad**, Madrid, v. 17, p. 175-204, 2005.

LYRA, C. L. C. O.; PARCHEN, R. C. A.; LA PASTINA FILHO, J. **Espiraís do Tempo**. Bens Tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MACDONALD, G. M. E. **Unpacking Cultural Tourism**. Master in Arts. School of Communication. Simon Fraser University. Burnaby, BC, Canadá, 2004.

MARANDOLA, Jr., E. Prefácio. In: DARDEL, E. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. (Tradução Werther. Holzer) São Paulo: Perspectiva, 2011, p. XII.

MARANDOLA Jr., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, Niterói, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 49 - 64, 2013.

MEINIG, D. W. O olho que observa: dez versões da mesma cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 35-46, 2002.

MEIRELLES, H. L. **Direito administrativo brasileiro**. 16. ed. atual. pela Constituição de 1988, 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.

MENESES, U. T. B. de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. Departamento de Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal de Cultura. São Paulo: DPH, 1992, p.189-194.

MENESES, U. T. B. de. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 29 - 64.

MITCHELL, N., ROSSLER, M., TRICAUD, P. World Heritage Cultural Landscapes: **A handbook for conservation and management**. World Heritage Paper 26. Paris: UNESCO World Heritage Center, 2009.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MURTA, S. M., GOODEY, B. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado**: um guia. Belo Horizonte: Sebrae, 1995.

NASCIMENTO, E. **Crônicas da capela**. Curitiba: Edição do autor, 2006.

O ESTADO DO PARANÁ. **Antonina quer ser a Parati do Paraná**. Curitiba, não paginado, 22 de jun.1990.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **The state's role in protecting and promoting culture as a fator of tourism development**. Madrid, 1985.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao turismo**. Tradução de Dolores Martins Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

OMT – Organização Mundial do Turismo. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2003.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórica - prática. Campinas, SP: Papirus, 1997.

PANOSSO NETTO, A. **Filosofia do turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PARANÁ. **Lei Estadual 1.211, 16 de setembro de 1953**. Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná. Curitiba, 1953. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5>>. Acesso em: 24 jul.2016.

PARANÁ. **Decreto nº5.769 de 05 de junho de 2002**. Cria o Parque Estadual Pico Paraná, localizado nos municípios de Campina Grande do Sul e Antonina. Curitiba, 2002. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Decretos/2002/dec_pr_5769_2002_uc_parqueestadualpicoparana_pr.pdf>. Acesso em: 05 set. 2016.

PARANÁ. Dia a dia educação. **Fandango no Paraná**. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PARANÁ. **Serra do mar em Antonina**. Curitiba, 1986. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=162>>. Acesso em: 27 jul. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. Pesquisa de bens tombados por Município. Bens tombados em Antonina. **Igreja do Bom Jesus do Saivá**. Curitiba, 1970. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/tombados/ANT2-025.jpg>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. Pesquisa de bens tombados por Município. Bens tombados em Antonina. **Acervo da Farmácia Internacional de Antonina**. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/LIVROS_TOMBO/folha_150_158II_Acervo_da_Farmacia_Internacional_de_Antonina.jpg>. Acesso em: 12 set. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. Pesquisa de bens tombados por Município. Bens tombados em Antonina. **Estação Ferroviária de Antonina**. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=316>>. Acesso em: 12 set. 2016.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. **Projeto: Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo Antonina-PR**. Curitiba, 1988.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação do Patrimônio Cultural. **Projeto Matarazzo de Antonina**. Curitiba, s.d.

PEIXOTO, A. J. A origem e os fundamentos da fenomenologia. Uma breve incursão pelo pensamento de Husserl. In: PEIXOTO, A. J. et. al. (Orgs.). **Concepções sobre fenomenologia**. Goiânia: Editora UFG, 2003, p. 13-31.

PEREIRA, C. R. **O turismo cultural e as missões da UNESCO no Brasil**. 2012. 178 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. UFPE, Recife, 2012.

RELPH, E. C. **The phenomenological foundations of geography**. Toronto: Department of Geography, University of Toronto, Toronto, Canadá, 1976. Disponível em: <https://www.academia.edu/7183675/The_Phenomenological_Foundations_of_Geography>. Acesso em: 09 abr. 2016.

RELPH, E. C. Responsive methods, geographical imagination and the study of landscapes. In: KOBAYASHI, A. L.; MACKENZIE, S. (eds.) **Remaking human geography**. Boston: Unwin Hyman, 1989. p.149-163. Disponível em: <https://www.academia.edu/12711595/Responsive_Methods_Geographical_Imagination_and_the_Study_of_Landscapes>. Acesso em: 09 abr. 2016.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Brasília: Iphan, 2007.

RICHARDS, G. **What is cultural tourism?** In: In van Maaren, A. (ed.) Erfgoed voor Toerisme Nationaal Contact Monumenten. 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/1869136/What_is_Cultural_Tourism>. Acesso em: 27 ago. 2016.

RICOEUR, P. **Na escola da fenomenologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SANTANA, A. **Antropologia do turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, T. K., et al. Curta Metragem. **A lenda da Igreja de São Benedito**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1cFkmJF3yZE>>. Publicado em 02 de fev. de 2014. Acesso em: 24 jul. 2016.

SANTOS, L. L. F. Análise do Programa de Normatização de Centros Históricos do IPHAN no contexto do Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina/PR. Trabalho apresentado no **3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto – Desafios e Perspectivas**. Belo Horizonte, 15 a 17 de setembro, 2014.

SAUER, C. O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGER, A. (Orgs.). **Human Geography**: An Essential Antology. Oxford: Blackwell, 1996 [orig. 1925], p. 296 - 315.

SAUER, C. O. A morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p.12-74.

SCHIER, R. A. **Trajetórias do conceito de paisagem na geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SCHLÜTER, R. G. **Metodologia de pesquisa em turismo e hotelaria**. Tradução Tereza Jardimi. São Paulo: Aleph, 2003.

SCOFANO, G. B. **A elaboração de planos de gestão da paisagem cultural brasileira como subsídio à proteção do patrimônio arqueológico**: o caso da “Ilha de Laguna”. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.

SEEMANN, J. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis da Geografia Cultural? **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 17-18, p. 65-76, UERJ, Rio de Janeiro, jan/dez., 2004.

SERPA, A. Fenomenologia transcendental como fundamento de uma fenomenologia da paisagem: notas sobre um exercício prático de redução fenomenológica. **Geograficidade**, Niterói, Rio de Janeiro, n. 1, v. 6, p. 18 - 30, 2016.

SILVA, F. F. da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. 2. ed. São Paulo, Petrópolis: Universidade de São Paulo, 2012a.

SILVA, J. R. F. **Mapa de localização de Antonina - PR**. 2016.

SILVA, R. R. S. **Avaliação paisagística e turística do Jardim Botânico de Curitiba, Paraná, Brasil**. 2012. 106 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Setor de Ciências Agrárias. Centro de Ciências Florestais e da Madeira. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012b.

SILVA, R. R. S. A potencialidade turística da festa de Nossa Senhora do Pilar em Antonina, Paraná, Brasil. **Revista Espaço Acadêmico (Online)**, Maringá, n. 153, p. 105-113, 2014.

SILVA, R. R. S.; SILVEIRA, M. A. T. Interpretação patrimonial e turismo em centro histórico: uma proposta para o município de Antonina, Paraná, Brasil. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v. 9, n. 2, p. 37- 47, 2015.

SILVA, R. S. S.; SILVEIRA, M. A. T. Patrimônio e comunidade local: um estudo de caso em Antonina, PR. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/01/antonina.html>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SILVEIRA, M. A. T. **Geografia aplicada ao turismo**. Curitiba: Editora IBPEX LTDA, 2014.

SLOW MOVEMENT. **What is slow travel**. Disponível em: <http://www.slowmovement.com/slow_travel.php>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SOUZA, S. R. de. Valorização do patrimônio: o caso da Lapa. In: **Seminário Paraná-Minas Gerais de Turismo e Patrimônio Cultural**. Curitiba, 08 jul. 2016. [Informação verbal].

TILDEN, F. **Interpreting Our Heritage**. 3. ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1977.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yi-Fu. **Topophilia**: a study of environmental perception, attitudes, and values. Englewoods Cliffs: Prentice-Hall, 1974.

TUAN, Yi-Fu. **Space and place**: the perspective of experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Topolifia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. (trad. Livia de Oliveira) São Paulo: Difel, 1980.

TURRA NETO, N. Pesquisa qualitativa em Geografia. Trabalho apresentado no **12º Encontro Nacional de Geógrafos**, Belo Horizonte - MG, 2012.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. **Cultural Landscapes**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/#4>>. Acesso em: 15 de junho de 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. **Rio de Janeiro: Carioca Landscapes between the Mountain and the Sea**. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/list/1100/>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. **History**. Disponível em: <<http://www2.unwto.org/content/history-0>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura. **Mata Atlântica**: Reservas do Sudoeste. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/atlantic-forest-south-east-reserves/#c1465030>>. Acesso em: 13 ago. 2016.

URRY, J. **O olhar do visitante**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

WELLS, J. Aspectos teóricos e aplicados da integração da fenomenologia à prática da conservação do patrimônio. **Geograficidade**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 4 – 17, 2016.

WESTPHALEN, C.M. Duas vilas paranaenses no final do séc. XVIII – Paranaguá e Antonina. **Boletim da UFPR**. Departamento de História. Conselho de Pesquisas. Curitiba, n.5, dez. 1964, p. 01-29.

YÁZIGI, E. **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

ZILLES, U. **A crise da humanidade europeia** e a filosofia /Edmund Husserl; introd. e trad. de Urbano Zilles. 4. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Raquel Ribeiro de Souza Silva
E-mail: raquel.ribeiro@ufpr.br

QUESTIONÁRIO (PRÉ-TESTE) MORADORES EM FASE ESCOLAR

Escola:

Série:

- 1) Qual ano de nascimento do município de Antonina?
☐ 1646 ☐ 1714 ☐ 1797
- 2) Historicamente, a fundação do município é atribuída:
☐ à Nossa Senhora do Pilar
☐ ao Sargento – Mor Manoel do Vale Porto
☐ a Manoel Duarte, Pedro Uzeda e Antônio Leão
- 3) Assinale a opção que melhor define patrimônio-histórico cultural para você:
☐ Monumentos: igrejas, museus, palácios, castelos, teatros, templos
☐ Culinária, manifestações artísticas e culturais, crenças, tradições, sítios arqueológicos, edificações, documentos
☐ Atrativos turísticos famosos
☐ Herança familiar
- 4) O centro-histórico de Antonina foi declarado patrimônio nacional pelo IPHAN em 2012, devido à sua importância para:
☐ o turismo ☐ o comércio ☐ a história ☐ a política
- 5) Quais usos você faz do centro histórico?
☐ reside ☐ compras ☐ lazer ☐ escola ☐ igreja ☐ eventos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Raquel Ribeiro de Souza Silva
E-mail: raquel.ribeiro@ufpr.br

ROTEIRO ENTREVISTA MORADORES

Nome:
Idade:
Profissão:
Área de formação:
Escolaridade:

- () morador proprietário de imóveis tombado como patrimônio
- () morador membro de alguma associação de Antonina
- () morador empreendedor do setor turístico
- () morador que não se enquadra em nenhuma das três primeiras alternativas

- 1- Há quanto tempo você é morador de Antonina?
- 2- Quais palavras você usaria para descrever a paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina?
- 3- Quais são os significados e os sentidos dessa paisagem para você?
- 4- Em sua opinião essa paisagem pode ser utilizada como recurso turístico? Como?
- 5- Quais são os elementos dessa paisagem que possuem maior atratividade e possibilidades de uso turístico?
- 6- Qual o sentido da palavra patrimônio para você?
- 7- Você considera essa paisagem como um patrimônio? Por quê?
- 8- Quais outros elementos você identifica como patrimônio de Antonina?
- 9- Em sua opinião quais foram os pontos positivos e negativos que o ato de tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina como patrimônio nacional trouxe ao município?
- 10- Você acredita que a conservação do patrimônio pode contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Antonina? Como?

Autoriza o uso de suas respostas na tese da pesquisadora? () SIM () NÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Raquel Ribeiro de Souza Silva
E-mail: raquel.ribeiro@ufpr.br

QUESTIONÁRIO - MORADORES EM FASE ESCOLAR

Nome: _____ Idade: _____
Escolaridade: _____ Morador Nascido em Antonina () SIM () NÃO

Autoriza o uso de suas respostas no trabalho da pesquisadora?

- () SIM
() NÃO

- 1- Quais palavras você usaria para descrever a paisagem do Conjunto Histórico e Paisagístico de Antonina?
- 2- Quais são os significados e os sentidos dessa paisagem para você?
- 3- Quais são os elementos dessa paisagem que possuem maior atratividade e possibilidades de uso turístico?
- 4- Qual o sentido da palavra patrimônio para você?
- 5- Você considera essa paisagem como um patrimônio? Por quê?
- 6- Quais outros elementos você identifica como patrimônio de Antonina?
- 7- Você acredita que a conservação do patrimônio pode contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Antonina? Como?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Pesquisadora: Raquel Ribeiro de Souza Silva
E-mail: raquel.ribeiro@ufpr.br

QUESTIONÁRIO - VISITANTES

Nome:

Idade:

Profissão:

Área de formação:

Escolaridade:

Cidade de origem:

Tempo de permanência em Antonina:

- 1- Quais são as razões e motivações de sua visita à cidade de Antonina?
- 2- Quais palavras você usaria para descrever a paisagem do Conjunto Histórico de Antonina?
- 3- Você considera essa paisagem como um patrimônio? Por quê?
- 4- Quais elementos dessa paisagem lhe despertaram maior interesse?
- 5- Durante sua visita quais outros elementos você identificou como patrimônio de Antonina?
- 6- Como você avalia sua experiência turística em Antonina?